

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LEITURA E COGNIÇÃO**

Daiana Stockey Carpes

**A AUDIODESCRIÇÃO COMO ESTRATÉGIA NARRATIVA PARA UM**  
**JORNALISMO ACESSÍVEL**

Santa Cruz do Sul

2017

Daiana Stockey Carpes

**A AUDIODESCRIÇÃO COMO ESTRATÉGIA NARRATIVA PARA UM  
JORNALISMO ACESSÍVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, Área de Concentração em Leitura e Cognição, Linha de Pesquisa em Processos Narrativos, Comunicacionais e Poéticos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Demétrio de Azeredo Soster

Santa Cruz do Sul

2017

Daiana Stockey Carpes

**A AUDIODESCRIÇÃO COMO ESTRATÉGIA NARRATIVA PARA UM  
JORNALISMO ACESSÍVEL**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado; Área de Concentração em Leitura e Cognição; Linha de Pesquisa em Processos Narrativos, Comunicacionais e Poéticos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Dr. Demétrio de Azeredo Soster  
*Professor Orientador - UNISC*

Dra. Eunice Terezinha Piazza Gai  
*Professora Examinadora - UNISC*

Dr. Marco Bonito  
*Professor Examinador - UNIPAMPA*

*Dedico este trabalho ao meu irmão, Norton Stockey Carpes (in memoriam), que vive à luz dos sonhos de um menino alegre, de um homem responsável e de um guri para lá de especial. E, que acima de tudo, mostrou-me que a vida só vale a pena se fizermos a diferença. E é com essa lição de vida que trago para o jornalismo a missão de não vender meus olhos perante as diferenças.*

“Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos.”  
Antoine de Saint-Exupéry

## AGRADECIMENTOS

Há certas “coisas” na vida que parecem irreais. A conclusão deste mestrado é uma delas. A tomada desta decisão foi influenciada por algumas pessoas a quem quero e devo agradecer.

Em primeiro lugar, às pessoas com deficiência visual, especialmente Henrique Kipper e todas aquelas que me ensinaram a ver com os olhos da alma e do coração.

Ao meu orientador, Demétrio de Azeredo Soster, pela disponibilidade, pelos ensinamentos e pela paciência em acompanhar a minha pesquisa, desde a graduação.

Ao grupo responsável pela audiodescrição do Unicom: Fernando Franco, Marcel Lovato, Dóris Konrad e Daniel Heck, por me terem recebido de uma forma tão carinhosa e permitido a minha participação durante o semestre letivo.

Aos docentes do PPG Letras, pelos valiosos ensinamentos.

Às secretárias, Luiza e Luana, e aos colegas de aula do programa, pela amizade e pelo apoio durante estes dois anos.

Ao Curso de Ciências Contábeis, pelo incentivo e apoio para realizar esta pesquisa.

À Vanessa Winck, por estar por perto e por ter sempre uma palavra amiga nos momentos de angústia.

Aos meus amigos, que entenderam as minhas ausências e torceram pela minha conquista.

À minha mãe Annelise, à minha irmã Luana, ao meu avô Guilherme, e ao meu namorado Rafael, que acreditaram, apoiaram e incentivaram a conclusão deste sonho.

Ao Programa de Bolsas Institucionais para Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – BIPSS Edital 01/2016, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, por financiar parte desta pesquisa.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação e a realização deste sonho.

A Deus, por tudo.

## RESUMO

A presente pesquisa busca discutir, do ponto de vista do jornalismo laboratório, a audiodescrição (AD), tradução de imagens em palavras, como ferramenta de acessibilidade comunicacional, para promover a inclusão, a cidadania e a promoção do desenvolvimento da informação técnica e inclusiva dos futuros jornalistas. Isso tudo, tendo como pano de fundo, de um lado, a teoria do jornalismo, enquanto que de outro, da narrativa. O objetivo principal é estudar as complexificações e sentidos que se estabelecem quando as narrativas de uma mídia impressa (jornal-laboratório Unicom) são adaptadas para uma mídia em áudio, por meio da audiodescrição. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, que contemplou uma investigação sobre audiodescrição, narrativas e jornal-laboratório. Para fins de operacionalização, utilizou-se como método, a observação participante, que consiste no acompanhamento, junto aos acadêmicos de jornalismo, de todo o processo de produção do jornal audiodescrito. A partir disso, a pesquisa indicou que, os processos de audiodescrição jornalísticos levam a novas práticas do jornalismo e demandam adaptações na sua estrutura narrativa e nas estratégias de diálogo que estabelece com seu público, principalmente aqueles que possuem cegueira. Além disso, esta dissertação também traz para a discussão a proposta da inclusão informacional dos cegos. Este estudo mostra a importância da reflexão sobre o tema da acessibilidade comunicacional na esfera acadêmica pelo viés das narrativas jornalísticas.

**Palavras-chave:** Audiodescrição. Jornal-laboratório. Narrativas. Cegos. Acessibilidade comunicacional.

## ABSTRACT

The present research aims to discuss, from the point of view of laboratory journalism, audiodescription (AD), translation of images into words, as a tool for communicational accessibility, to promote inclusion, citizenship and promotion of the development of technical and inclusive information of future journalists. All this, having as a background, on the one hand, the theory of journalism, while on the other, the narrative. The main objective is to study the complexities and meanings that are established when the narratives of a printed media (Unicom laboratory newspaper) are adapted to an audio media, through audiodescription. In order to do so, a bibliographic research has been carried out on the subject, which contemplated an investigation on audiodescription, narratives and laboratory newspaper. For operational purposes, participant observation has been used as a method, which consists of accompanying, together with journalism undergraduate students, the entire production process of the audiodescription newspaper. From this, the research indicated that the processes of journalistic audiodescription lead to new practices of journalism and require adaptations in its narrative structure and in the strategies of dialog that establishes with its public, especially those who are blind. In addition, this thesis also brings to the discussion the proposal of the informational inclusion of the blind. This study shows the importance of reflection on the topic of communicational accessibility in the academic environment through the point of view of journalistic narratives.

**Keywords:** Audiodescription. Laboratory newspaper. Narratives. Blind people. Communicational accessibility.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Esquema do ciclo da invisibilidade .....	20
Ilustração 2 – Ferramenta do <i>Twitter</i> com descrição de imagens.....	26
Ilustração 3 – <i>Printscreen</i> da página do CNJ no Facebook .....	27
Ilustração 4 – Estrutura da evolução das narrativas .....	48
Ilustração 5 – Estrutura das narrativas do Unicom .....	49
Ilustração 6 – Comunicação narrativa no jornalismo .....	59
Ilustração 7 – Fotografia dos alunos do projeto Unicom audiodescrito .....	83
Ilustração 8 – Esquema da metodologia, na segunda etapa da pesquisa .....	88
Ilustração 9 – <i>Printscreen</i> do grupo Audiodescrição Unicom 2016/1 .....	89
Ilustração 10 – <i>Printscreen</i> da publicação (26/04/2016) do Fernando Franco .....	95
Ilustração 11 – <i>Printscreen</i> da publicação (06/05/2016) do Fernando Franco .....	96
Ilustração 12 – <i>Printscreen</i> da publicação (11/05/2016) do Marcel Lovato .....	97
Ilustração 13 - <i>Printscreen</i> da publicação (18/05/2016) do Fernando Franco .....	98
Ilustração 14 – Fotografia da primeira reunião presencial com o grupo de acadêmicos .....	100
Ilustração 15 – Esquema da produção do Unicom audiodescrito .....	101
Ilustração 16 – <i>Printscreen</i> do site HiperMídia .....	102
Ilustração 17 – <i>Printscreen</i> da publicação (26/05/2016) do professor Demétrio.....	103
Ilustração 18 – <i>Printscreen</i> da primeira publicação (27/05/2016) da Daiana Carpes .....	104
Ilustração 19 – <i>Printscreen</i> da segunda publicação (27/05/2016) da Daiana Carpes .....	104
Ilustração 20 - <i>Printscreen</i> da terceira publicação (27/05/2016) da Daiana Carpes .....	105
Ilustração 21 – <i>Printscreen</i> da publicação (01/06/2016) do Fernando Franco .....	106
Ilustração 22 – <i>Printscreen</i> do site da Revista Fundação Dorina Nowill – Revista Falada ...	106
Ilustração 23 - <i>Printscreen</i> do site da Natura – Revista Natura Falada .....	107
Ilustração 24 – <i>Printscreen</i> da publicação (02/06/2016) do Daniel Heck .....	108
Ilustração 25 – <i>Printscreen</i> da publicação (02/06/2016) da Daiana Carpes .....	108
Ilustração 26– <i>Printscreen</i> da publicação (07/06/2016) do professor Demétrio.....	109
Ilustração 27 – <i>Printscreen</i> da publicação (08/06/2016) do Marcel Lovato .....	110
Ilustração 28 – <i>Printscreen</i> da publicação (08/06/2016) do Daniel Heck .....	110
Ilustração 29 – <i>Printscreen</i> da publicação (11/06/2016) do Marcel Lovato .....	111
Ilustração 30 – <i>Printscreen</i> da publicação (13/06/2016) do Marcel Lovato .....	112
Ilustração 31 – Fotografia dos acadêmicos no laboratório de rádio .....	113
Ilustração 32 – <i>Printscreen</i> da publicação (14/06/2016) do Fernando Franco .....	113

Ilustração 33 – Fotografia do grupo responsável pela audiodescrição do Unicom.....	115
Ilustração 34 – Esquema da AD do Unicom .....	115
Ilustração 35 – <i>Printscreen</i> da publicação (21/06/2016) do Fernando Franco.....	116
Ilustração 36 – <i>Printscreen</i> da publicação (21/06/2016) do Fernando Franco.....	117
Ilustração 37 – Fotografia do grupo da AD, no laboratório de rádio .....	117
Ilustração 38 – <i>Printscreen</i> da publicação do Unicom audiodescrito, pelo Daniel Heck .....	118
Ilustração 39 – <i>Printscreen</i> do <i>site</i> SoundCloud, com as faixas em áudio do Unicom .....	119
Ilustração 40 – <i>Printscreen</i> da publicação (11/07/2016) do Fernando Franco.....	119
Ilustração 41 – Imagem da capa do livro <i>Manual de Audiodescrição</i> .....	120

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 AUDIODESCRIÇÃO: A IMAGEM QUE SE TRANSFORMA EM PALAVRAS .....</b>	<b>19</b>
2.1 Incluir e excluir: os paradigmas de uma sociedade .....	19
2.2 Vendo com os olhos do outro .....	24
2.3 Os primeiros passos rumo à audiodescrição.....	28
2.4 Origens da audiodescrição.....	36
2.5 Jornalismo e a informação.....	39
<b>3 HORA DE CONTAR HISTÓRIAS .....</b>	<b>43</b>
3.1 O que são narrativas?.....	43
3.2 Transformar para compreender: a presença da oralidade e da escrita.....	47
3.3 A reinvenção da linguagem narrativa: conceitos e diferenças da escrita e da fala.....	53
3.4 A narrativa comunicacional e jornalística .....	54
3.4.1 A narrativa jornalística audiodescrita.....	58
<b>4 JORNAL-LABORATÓRIO: VIVENCIANDO A TEORIA NA PRÁTICA .....</b>	<b>60</b>
4.1 A formação dos jornalistas .....	60
4.2 Um breve resgate histórico das escolas de jornalismo .....	61
4.3 O Jornal-laboratório.....	64
4.4 Uma pirâmide perfeita: inclusão x jornal-laboratório x experimentação .....	69
4.4.1 Produzindo materiais audiodescritos .....	73
4.4.2 A audiodescrição no jornalismo .....	78
<b>5 PERCURSO E METODOLOGIA DA PESQUISA: AS COMPLEXIFICAÇÕES DA AUDIODESCRIÇÃO NA SALA DE AULA .....</b>	<b>83</b>
5.1 Primeira etapa: Definição da bibliografia.....	85
5.2 Segunda etapa: Observação .....	87
<b>6 ANÁLISE: A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO ACESSÍVEL .....</b>	<b>92</b>

**7 CONSIDERAÇÕES INTERPRETATIVAS ..... 121**

**REFERÊNCIAS ..... 126**

## 1 INTRODUÇÃO

A paixão pela acessibilidade comunicacional, aliada à percepção de que o tema é bem pouco trabalhado em termos acadêmicos, é o que nos moveu a aprimorar nossos conhecimentos na área e ingressar no mestrado com a proposta de pesquisar o assunto, no jornalismo laboratorial, em especial nos jornais impressos que viriam a ser produzidos pelos futuros jornalistas, que, igualmente, sempre foi objeto de nossa pesquisa.

O interesse pelo assunto surgiu em 2011, durante a formação em jornalismo. Naquele ano, era de nossa responsabilidade a publicação da primeira edição do jornal do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), com notícias direcionadas para seus alunos. Porém, naquele semestre havia ingressado um acadêmico cego, Henrique Kipper, que não teria acesso ao conteúdo daquele impresso. Para não excluí-lo, pensamos, primeiramente, em fazer um jornal em braile. Entretanto, Henrique estava em fase de adaptação à cegueira, e ainda, não sabia usar este sistema de escrita e leitura tátil. Foi então que surgiu a ideia do jornal em áudio. Mesmo sem conhecer profundamente a técnica da audiodescrição (AD), elaboramos um jornal em áudio, com as narrações de todas as matérias e as descrições de todas as imagens da publicação. E, no dia que entregamos os exemplares aos alunos do curso, Henrique recebeu um CD com os áudios correspondentes ao conteúdo do impresso.

A experiência pioneira foi descrita em um artigo e publicada no *livro Tecnologias pra quê? Os impactos dos dispositivos tecnológicos no campo da comunicação*<sup>1</sup> e contou com o relato do Henrique sobre o jornal em áudio:

“Eu como representante dos deficientes visuais, gostei muito do jornal em áudio. Pois, o jornal leu todas as notícias, falando cada detalhe com clareza e descrevendo todas as imagens. Assim, me mantive informado sobre tudo o que aconteceu no curso. Na minha opinião, o projeto deve continuar. Eu, como calouro do curso de Ciências Contábeis quero agradecer a todas as pessoas pela ajuda, e por terem facilitado a minha leitura” (CARPES; STROHSCHOEN, 2012, p. 146).

A partir deste movimento, e do retorno que ele possibilitou, em termos do resultado do trabalho e o entusiasmo que o acadêmico recebeu o material acessível, começamos, por sugestão do orientador desta pesquisa, a focar nossa atenção para a acessibilidade no jornalismo pelo viés da audiodescrição. O resultado mais imediato ocorreu, no ano de 2013, quando

---

1 BENEVENUTO JR., Álvaro; STEFFEN (orgs.). *Tecnologias pra quê? Os impactos dos dispositivos tecnológicos no campo da comunicação*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2012.

apresentamos o Projeto Experimental em Jornalismo<sup>2</sup> e, em 2014, defendemos, a Monografia<sup>3</sup>. Ambos os trabalhos discutiram a temática do jornalismo e da audiodescrição.

A experiência adquirida nestas disciplinas, sob a mesma orientação do professor Demétrio de Azeredo Soster, foi determinante para implantar o recurso laboratorialmente no curso de Jornalismo, nas disciplinas de Jornalismo de Revista<sup>4</sup> e de Produção em Mídia Impressa<sup>5</sup>. Desde então, a experiência sugere que os acadêmicos matriculados nestas disciplinas reconfigurem a maneira de fazer um jornal para um público cego, pois, nessas ocasiões, têm que aprimorar e adaptar as técnicas de jornalismo e buscar conhecimento na área da AD para dar conta de um jornal audiodescrito, a fim de ampliar o entendimento das pessoas com deficiência visual.

Também no ano de 2014, para complementar a pesquisa de Monografia, criamos o *site* acessível Jornalismo em Audiodescrição<sup>6</sup>, com conteúdos destinados a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. A ideia deste portal teve por objetivo reunir os materiais audiodescritos, produzidos pelos acadêmicos da Unisc, em um mesmo ambiente, além de trazer referências sobre o assunto, exemplos de audiodescrições, notícias e *links* de instituições ou empresas que, de alguma forma, dialogam com a temática. A acessibilidade e a usabilidade<sup>7</sup> foram elementos fundamentais para a construção do *site*, visto que a proposta também era interagir com internautas que possuem deficiência.

Neste mesmo ano, o portal ficou em segundo lugar no Prêmio Nacional de Acessibilidade Todos@Web, na categoria institucionais / entretenimento / cultura / educação / blogs. O concurso foi promovido pelo Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em parceria com o W3C Brasil. O concurso busca refletir e incentivar a acessibilidade na *web*, ou seja, que pessoas com deficiência possam

---

2 A disciplina de Projeto Experimental em Jornalismo caracteriza-se pela pesquisa e pela elaboração de uma produção, por meio da exploração de linguagens expressivas no campo específico do jornalismo. A disciplina busca aproximar o ensino da comunicação das demandas da sociedade e do mercado profissional.

3 A disciplina de Monografia tem o objetivo de verificar o desempenho do aluno ao trabalhar com um referencial teórico, sua capacidade de refletir sobre o próprio objeto de trabalho – o Jornalismo –, na medida em que explora novos usos para a comunicação, aperfeiçoando técnicas e linguagens e ampliando a pesquisa sobre os impactos da comunicação na sociedade.

4 Os acadêmicos matriculados nesta disciplina desenvolvem durante o semestre, uma revista. Pensando desde as funções que cada aluno irá desempenhar, o projeto gráfico, as pautas e por fim, a impressão do produto.

5 A disciplina de Produção em Mídia Impressa se aproxima estruturalmente, com a disciplina de Jornalismo de Revista. Entretanto, na Produção em Mídia Impressa, são produzidos dois jornais, enquanto que no Jornalismo de Revista, é veiculada apenas uma revista.

6 Disponível em: <[www.jornalismoemaudiodescricao.com.br](http://www.jornalismoemaudiodescricao.com.br)>.

7 Usabilidade é um termo usado para definir a facilidade com que as pessoas podem empregar uma ferramenta ou objeto a fim de realizar uma determinada tarefa. Se um produto é fácil de utilizar, o usuário tem maior produtividade, conseqüentemente aprende mais rápido a usar, memoriza as operações e, conseqüentemente, comete menos erros.

navegar, entender e interagir no espaço virtual, além de criar e contribuir com conteúdo neste ambiente. A maioria dos *sites* disponíveis na *internet* possuem algumas barreiras de acessibilidade que dificultam ou mesmo tornam impossíveis o seu acesso. O que se pretendeu com o Jornalismo em Audiodescrição é ficar fora desta estimativa. A *internet* proporciona àqueles que possuem deficiência muitas oportunidades que não estão disponíveis em outros meios, pois oferece independência e liberdade aos seus usuários.

Posteriormente, durante o mestrado, organizamos, em 2016, o *e-book Audiodescrição: Práticas e Reflexões* (CARPES, 2016), com o objetivo de mostrar o que está sendo produzido em termos de AD no país. O livro aborda as reflexões e práticas desenvolvidas em torno da necessidade de traduzir imagens em palavras aos cegos. Nesta obra, Daiana e Demétrio assinam um capítulo que relata a experiência em incorporar a AD nas práticas jornalísticas laboratoriais impressas do curso de Comunicação Social da Unisc.

Ainda em 2016, no âmbito acadêmico, agora em parceria com o orientador desta pesquisa, publicamos o *e-book Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos impressos* (CARPES; SOSTER, 2016), para *download* gratuito. O manual traz 12 passos para a realização de produtos audiodescritos em práticas laboratoriais, e tem uma função importante no processo de construção e difusão de conhecimentos sobre este recurso comunicacional no campo do jornalismo impresso. O objetivo da obra é fornecer elementos para que estes profissionais realizem audiodescrições de maneira mais organizada e de acordo com as diretrizes empregadas pelos audiodescritores brasileiros.

Também no ano de 2016, assinamos a Carta Aberta em Defesa da Audiodescrição<sup>8</sup>, ao lado de 65 audiodescritores e pesquisadores do país, no qual são defendidos os princípios e a importância deste recurso, como uma ferramenta fundamental para garantir os direitos humanos<sup>9</sup> das pessoas com deficiência. O documento foi anexado nos anais da VI Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência<sup>10</sup>.

Quando percebemos o quão gratificante é proporcionar acesso àqueles que não o tem e como as pesquisas ainda estão, de certa forma, incipientes nesta área, propomo-nos a querer saber mais, ampliar cada vez mais nosso conhecimento, acumular experiência e, principalmente, divulgar para ainda mais pessoas o potencial inclusivo da audiodescrição,

---

8 Disponível em: <[http://www.sedese.mg.gov.br/conped/images/conferencias/Anais\\_confrenca.pdf](http://www.sedese.mg.gov.br/conped/images/conferencias/Anais_confrenca.pdf)>.

9 Direitos humanos são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos. Seu conceito também está ligado com a ideia de liberdade de pensamento, de expressão, e a igualdade perante a lei.

10 Durante os dias de 24 a 27 de abril de 2016, em Brasília/DF, a conferência discutiu os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência. O evento contou com a participação de 886 representantes dos estados e do Distrito Federal.

principalmente no campo do jornalismo.

Desta forma, o processo de inclusão de pessoas com deficiência é um dos grandes desafios da sociedade atual. A questão da acessibilidade não é apenas um direito, mas a exigência de uma realidade. Percebe-se que, cada vez mais, há uma preocupação em promover o acesso à informação àqueles que possuem deficiência, seja ela visual, auditiva, física, cognitiva ou motora. Entretanto, há um longo caminho a ser percorrido para que efetivamente se tenha uma acessibilidade plena.

No campo da comunicação, mais precisamente do jornalismo, a informação dá liberdade e autonomia a quem a possui. Porém, para aqueles que possuem deficiência visual, as informações contidas nos suportes impressos acabam sendo inacessíveis. Então, a audiodescrição no jornalismo impresso, nos moldes que esta pesquisa propõe, pode ser uma forma de promover o acesso dos cegos neste meio. Por esse viés, a audiodescrição do jornal impresso é considerada um recurso de acessibilidade comunicacional; pesquisá-la é algo urgente, sob muitos aspectos.

Em busca realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes<sup>11</sup> (no período de 2013 a 2016), por exemplo, foram encontrados 53 registros de teses e dissertações que abordam a temática da audiodescrição. Nenhuma, no entanto, aborda a AD e o jornalismo e/ou jornalismo-laboratório. A maior parte das pesquisas está relacionada às audiodescrições de filmes, às produções audiovisuais.

Para pontuar os sentidos que emergem diante deste movimento, pretendemos, com esta pesquisa, discutir a comunicação acessível como forma para promover a inclusão, a cidadania<sup>12</sup>, a promoção do desenvolvimento da informação e a formação técnica e inclusiva dos futuros jornalistas, por meio do jornal-laboratório Unicom. Isso tudo tendo como pano de fundo, de um lado, a teoria do jornalismo, enquanto que de outro, da narrativa, uma vez que a narrativa é considerada uma estratégia organizadora do discurso jornalístico, ou seja:

As narrativas não são apenas, nem principalmente, puras representações da realidade, mas formas de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente, em contexto, de acordo com nossas pretensões (MOTTA, 2013, p. 82).

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>.

<sup>12</sup> Cidadania é a prática dos direitos e deveres de um(a) indivíduo (pessoa) em um Estado. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente numa obrigação de outro cidadão.



Dito isso, é preciso salientar que, para dar conta desta dissertação, procuramos responder o seguinte problema de pesquisa: **de que forma as narrativas laboratoriais impressas se estruturam para dar conta da forma audiodescrita?**

Assim, a proposta desta dissertação dialoga diretamente com a transposição das narrativas do jornal-laboratório Unicom<sup>13</sup> para a audiodescrição. Para isso, analisamos e observamos durante o primeiro semestre de 2016, quando um grupo de acadêmicos matriculado na disciplina de Produção em Mídia Impressa, do curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, da Unisc, produziram um jornal acessível aos cegos, tomando como base o Unicom impresso publicado naquele mesmo semestre, pela mesma turma. E, a partir da observação participante durante o processo da produção do jornal audiodescrito, publicamos o e-book *Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos* (CARPES; SOSTER, 2016).

No Brasil, segundo o último Censo (IBGE, 2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, isto representa 24% da população brasileira, um número muito significativo e que não pode continuar a ser desconsiderado no tocante às questões comunicativas.

Deste modo, justifica-se esta pesquisa por ser uma ferramenta que promove a inclusão comunicacional, e, acima de tudo, por ser um tema que está em constante discussão – inclusão e acessibilidade, pelo viés das narrativas. Além de contribuir com as discussões no contexto da acessibilidade na formação de futuros jornalistas, que por sua vez, levarão este conhecimento para o mercado de trabalho. Este estudo se faz importante não só pelo tema da acessibilidade no jornalismo, mas por discutir esse assunto pelo viés das narrativas jornalísticas. O ineditismo do trabalho representa uma forma de documentação acerca da conscientização em pensar produtos comunicacionais acessíveis a todos.

Como objetivo geral, buscou-se estudar as complexificações e sentidos que se estabelecem quando as narrativas de uma mídia impressa (jornal-laboratório Unicom) são adaptadas para uma mídia em áudio, por meio da audiodescrição. Como objetivos específicos, determinamos: a) revisar os conceitos existentes sobre audiodescrição, narrativas e jornal-laboratório; b) desenvolver um conceito para narrativas jornalísticas para cegos a partir da análise do Unicom Audiodescrito; c) entender que oferta de sentido emerge da prática (audiodescrição de materiais impressos), d) compreender quais são as estratégias propostas no formato de inclusão e como o jornalismo se reconfigura neste contexto; e) discutir o direito à

---

13 Jornal produzido por acadêmicos matriculados na disciplina de Produção em Mídia Impressa, do curso de Comunicação Social habilitação Jornalismo, da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc.

informação e a inclusão e refletir como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) preveem a questão da acessibilidade na grade curricular dos cursos de Jornalismo.

A metodologia escolhida para realizar este trabalho foi a pesquisa qualitativa, utilizada para buscar percepções e entendimento sobre uma questão, abrindo espaço para a interpretação, para isto, optamos pela observação participante, muito mais que um método é o pesquisador dentro do ambiente pesquisado.

A construção do referencial teórico realiza-se nos três capítulos a seguir, dividido nas três áreas que este estudo está centrado: audiodescrição, narrativas e jornal-laboratório. Com base neste processo, buscou-se sistematizar os conceitos propostos, a fim de responder os objetivos desta pesquisa.

No capítulo sobre audiodescrição, realizamos um panorama geral sobre a acessibilidade comunicacional, seguindo pelo conceito da audiodescrição e um breve resgate histórico sobre este recurso, legislação, aplicações e como se estabelece na prática. A leitura destes trabalhos contribuiu significativamente para o entendimento deste recurso de acessibilidade comunicacional, desde o conceito, aplicação e importância para a sociedade.

O capítulo sobre as narrativas buscou contemplar o conceito de narrativas, a presença da oralidade e da escrita. A base teórica foi realizada a partir dos estudos de pesquisadores que são referência no assunto, como Luiz Gonzaga Motta, Roland Barthes, Gérard Genette, Muniz Sodré, Paul Zumthor, Cândida Vilares Gancho, Paul Ricoeur, entre outros. Tais autores foram fundamentais para entender como as narrativas se estabelecem no contexto comunicacional e jornalístico, para então compreender a relação a partir do jornal-laboratório e da audiodescrição.

O último capítulo da revisão bibliográfica refere-se ao jornal-laboratório, que resgatou as pesquisadas dos principais autores da área, como Dirceu Fernandes Lopes, José Marques de Melo, Demétrio de Azeredo Soster, Mirna Tonus, Eduardo Meditsch etc. O capítulo iniciou-se com uma contextualização da formação dos jornalistas e as escolas de jornalismo. Por fim, realizamos uma busca sobre a temática do jornal-laboratório impresso, um breve resgate de como realizar audiodescrição e as práticas laboratoriais acessíveis.

Após a seleção do material do aporte teórico e das informações pertinentes para a pesquisa, iniciamos o processo de elaboração do texto. A pesquisa bibliográfica é o ponto norteador do trabalho, pois a partir dela é possível entender o jornal audiodescrito Unicom. O resultado constitui o referencial de apoio de cunho seletivo, contemplando aspectos histórico-conceituais acerca do tema central da dissertação. Esta etapa foi fundamental para resgatar e entender o que já foi produzido e em que esta pesquisa pode avançar.

Para dar conta de entender o processo de uma narrativa impressa para um novo formato em áudio, pelo viés do recurso da audiodescrição e quais as estratégias que os acadêmicos utilizaram para produzir este material, optou-se pelo método da observação participante, descritos no sexto capítulo, quando realizamos a análise da pesquisa, ou seja, a observação participante da produção do jornal audiodescrito. Esta técnica consiste na observação e acompanhamento da elaboração do Unicom Audiodescrito. Como a pesquisadora já foi aluna desta disciplina, o acompanhamento dos processos produtivos lhe deu aporte para pensar nesta técnica. A metodologia aplicada apresenta um levantamento detalhado e profundo do objeto de estudo, tratando das etapas de planejamento, análise e exposição de ideias, muito além do foco tradicional da coleta de dados ou do trabalho de campo. Desta maneira, foi possível compreender a relação do Unicom Impresso e da versão audiodescrita, pelo viés das narrativas.

Ao fim, foram relatadas as conclusões obtidas pela pesquisa, assim como indicações de conceitos e novas descobertas.

## 2 AUDIODESCRIÇÃO: A IMAGEM QUE SE TRANSFORMA EM PALAVRAS

Para entender como a narrativa laboratorial impressa se estrutura para dar conta do formato audiodescrito, buscar-se-á, antes, aporte teórico adequado, na audiodescrição, aqui entendida como a descrição de imagens por meio de palavras, para uma maior compreensão dos cegos<sup>14</sup>. Neste capítulo, abordar-se-á para fins de pesquisa, esse recurso comunicacional de acessibilidade, iniciando pela sua contextualização histórica, legislação, conceitos, aplicações e como se estabelece na prática.

### 2.1 Incluir e excluir: os paradigmas de uma sociedade

Inicia-se a discussão teórica a respeito da acessibilidade pela leitura do Manual sobre o Desenvolvimento Inclusivo para a Mídia e Profissionais de Comunicação, desenvolvido pela jornalista Cláudia Werneck<sup>15</sup>. Pensar em acessibilidade conforme esta obra (2005, p. 12) exige adotar um enfoque a partir de dois pressupostos: o primeiro é reconhecer que pessoas com deficiência estão em todos os lugares do mundo; em segundo, que a percepção da diferença (deficiências – motora, auditiva, visual e intelectual) à espécie humana é normal, e não um problema extra para as políticas públicas. Para entender a relação da falta de inclusão na sociedade e como as pessoas com deficiência reagem diante disso, Werneck (2005, p. 12) propõe o “ciclo da invisibilidade”, que obedece à seguinte lógica:

1. Pessoas com deficiência não conseguem sair de casa e, portanto, não são vistas pela comunidade;

---

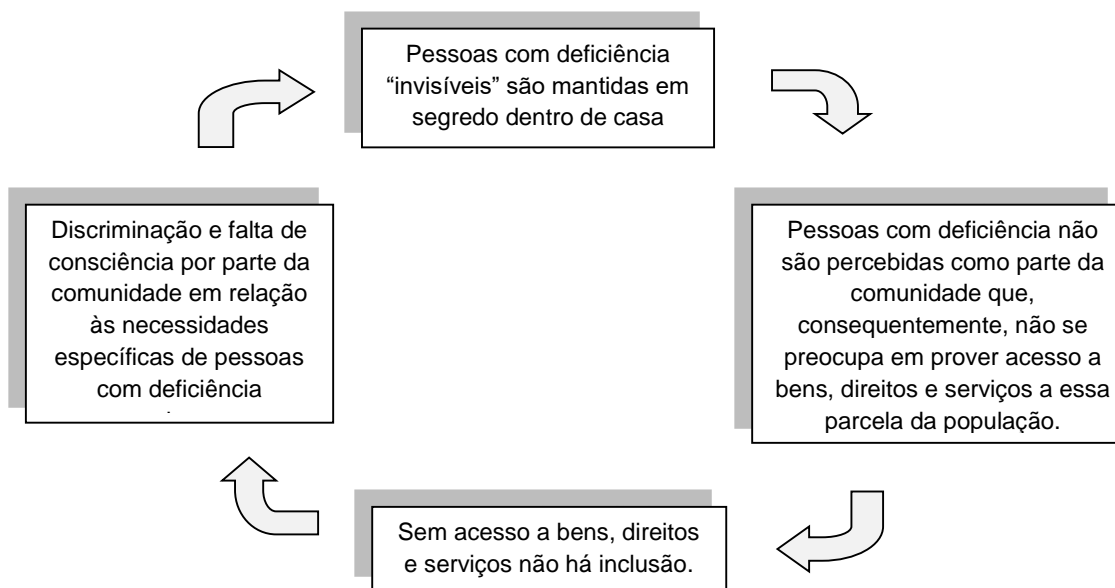
14 Uma pessoa é considerada cega quando corresponde a um dos seguintes critérios: a visão corrigida do melhor dos seus olhos é de 20/200 ou menos, isto é, se ela pode ver a 20 pés (6 metros) o que uma pessoa de visão normal pode ver a 200 pés (60 metros), ou se o diâmetro mais largo do seu campo visual subentende um arco não maior de 20 graus, ainda que sua acuidade visual nesse estreito campo possa ser superior a 20/200. Esse campo visual restrito é muitas vezes chamado "visão em túnel" ou "em ponta de alfinete", e a essas definições chamam alguns "cegueira legal" ou "cegueira econômica". Nesse contexto, caracteriza-se como portador de visão subnormal aquele que possui acuidade visual de 6/60 e 18/60 (escala métrica) e/ou um campo visual entre 20 e 50°. Pedagogicamente, delimita-se como cego àquele que, mesmo possuindo visão subnormal, necessita de instrução em braile (sistema de escrita por pontos em relevo) e como portador de visão subnormal aquele que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos (CONDE, 2016).

15 Jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980) possui pós-graduação em Comunicação e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (1998). Palestrante, pesquisadora e consultora, Claudia Werneck é escritora com dezenas de livros sobre inclusão, direitos humanos, discriminação e diversidade vendidos no Brasil e exterior e 12 títulos publicados para crianças e adultos em português, inglês e espanhol (WVA Editora). É fundadora da OSCIP Escola de Gente – Comunicação em Inclusão. Teve uma atuação pioneira na disseminação do conceito de sociedade inclusiva no Brasil e nos demais países da América Latina desde 1992. É autora de metodologias premiadas e de diversos capítulos de livros editados em parceria com empresas, universidades, institutos, organizações da sociedade civil, cooperação internacional e governos.

2. Por não serem vistas pela comunidade, deixam de ser reconhecidas como parte dela;
3. Por não serem reconhecidas como parte dela, garantir o acesso de pessoas com deficiência a bens, direitos e serviços não é considerado um problema para a comunidade enfrentar e resolver;
4. Sem ter acesso a bens e serviços, não há como serem incluídas na sociedade;
5. Uma vez não sendo incluídas na sociedade, continuam invisíveis, alvo de constante discriminação (WERNECK, 2005, p. 12).

Graficamente, o ciclo proposto por Werneck seguiria esse modelo:

### Ilustração 1: Esquema do ciclo da invisibilidade



Fonte: Manual sobre Desenvolvimento Inclusivo para a Mídia e Profissionais de Comunicação (2005)

O “ciclo da invisibilidade” explica por que pessoas com deficiência são excluídas da vida social, econômica e política de suas comunidades. Suas conseqüências estão relacionadas à falta de oportunidades de trabalho, de lazer, de estudo e de informação a esses indivíduos. Para atender os objetivos desta pesquisa, atem-se, apenas, às questões das pessoas com deficiência visual, apresentando brevemente o contexto de outras deficiências para dar embasamento à proposta do estudo.

A iniciativa em mudar a falta de inclusão e realizar movimentos de conscientização para minimizar os processos de discriminação<sup>16</sup> e preconceito de pessoas com deficiência surgiu nos

16 "Discriminação por motivo de deficiência" significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais

Estados Unidos, na década de 1960. Conforme Mianes (2016, p. 11), deste período em diante, intensificaram-se as políticas públicas que objetivaram criar as condições de participação desses grupos minoritários, como o dos cegos. Tais movimentos não ocorreram de maneira uniforme ou sem resistências, mas trouxeram à tona a discussão que até hoje está em pauta: a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Estas ações foram baseadas pelas diretrizes de Direitos Humanos, cujas metas principais versavam sobre a participação igualitária das pessoas com deficiência na sociedade. Estes princípios levaram cerca de 20 anos para chegar ao Brasil. Em 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil, seu artigo 5º, afirma que está reservado a todos os cidadãos, o direito à informação. Mais adiante, no artigo 227, estabelece-se a obrigação do Estado em criar programas específicos para as pessoas com deficiência física, sensorial ou intelectual e facilitar seu acesso aos bens e serviços coletivos. Dessa forma, a inclusão das pessoas com deficiência não deve ser considerada apenas importante para atender uma legislação, mas, para garantir a inclusão e o direito de igualdade de todos os cidadãos, por meio da acessibilidade de bens e serviços. Como propõe Machado:

Algumas das bases do alicerce que sustenta um indivíduo, com deficiência ou não, são a identidade e a autonomia intelectual, que só podem ser constituídas a partir da possibilidade de comunicação e da liberdade de se relacionar com o mundo. Um indivíduo cuja natureza o tenha privado de um sentido e o Estado, por sua vez, não garanta seus direitos, não pode cumprir seus deveres, nem, portanto, tornar-se cidadão. Entretanto, no percurso da cidadania<sup>17</sup> devem estar garantidas a autonomia intelectual e a possibilidade das pessoas com deficiência visual terem uma vida social digna com justas oportunidades para obter o que lhe é de direito: relacionar-se com o mundo em sua plenitude (MACHADO, 2010a, p. 145).

A autora sugere que a acessibilidade é o meio que irá garantir a inclusão e a cidadania das pessoas com deficiência na sociedade. Neste contexto, o decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, Art. 8º, define acessibilidade como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

---

nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável (BRASIL, 2009).

17 A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas a sociedade nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania leal em relação à qual o sucesso pode ser medido em relação à qual aspiração pode ser dirigida (MARSHALL, 1967, p. 76).

A acessibilidade é um direito garantido por lei no Brasil, quando além do decreto 5.296, existem outras leis que tratam do tema, como a lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que necessitam de acessos específicos, e a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade entre a população. A acessibilidade também é um dos Princípios Gerais da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é um dos signatários. Segundo a Lei nº 13.146 “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Logo, a audiodescrição se insere como um meio de promover e assegurar a inclusão dos cegos na sociedade.

Um avanço significativo no Brasil, em relação aos direitos dessas pessoas, aconteceu em julho de 2015, quando sancionada a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Também chamado de Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146 trouxe dentre seus 127 artigos, dois relacionados à audiodescrição. No artigo 67, relata sobre os serviços de radiodifusão de sons e imagens, aponta que os mesmos devem permitir o uso de recursos acessíveis, como a subtitulação por meio de legenda oculta, janela com intérprete da língua brasileira de sinais e a audiodescrição. Já o artigo 73, dispõe da promoção da capacitação de tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (libras)<sup>18</sup>, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em braile<sup>19</sup>, audiodescrição, estenotipia<sup>20</sup> e legendagem<sup>21</sup>, que deverá ser realizada pelo poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil. Ambos os artigos estão inseridos no Capítulo II, que aborda o acesso à informação e a comunicação.

---

18 Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002)

19 O sistema braile, utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas, foi inventado na França, por Louis Braille, um jovem cego. Reconhecendo-se o ano de 1825 como o marco dessa importante conquista para a educação e a integração das pessoas com deficiência visual na sociedade. O braile utiliza seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas, possibilita a formação de 63 símbolos diferentes que são empregados em textos literários nos diversos idiomas, como também nas simbologias matemática e científica, em geral, na música e na informática (CERQUEIRA).

20 Essa tecnologia permite transformar em texto, em tempo real, a palavra falada.

21 Legendagem ou legenda fechada (*closedcaption*) possui como desafio conseguir expressar na escrita aquilo que é falado nos programas de televisão, os sons locais (risos, telefone tocando) e de efeito (como a música), além de outras complexidades, sem desvincular o texto à imagem que é transmitida. A regra número um da legenda é a condensação do discurso, já que o número de caracteres na tela é extremamente limitado. Junte-se a esse fato a dificuldade de leitura dos surdos, e de identificação do falante com vários atores em cena, ou quando este está fora da tela (FRANCO, 2006).

Para garantir que a pessoa com deficiência – visual, auditiva, motora e intelectual – usufrua do acesso a espaços, bens e serviços, de forma igualitária, a acessibilidade foi dividida em seis dimensões:

- 1) **Acessibilidade arquitetônica:** sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.
- 2) **Acessibilidade comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- 3) **Acessibilidade metodológica:** sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).
- 4) **Acessibilidade instrumental:** sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).
- 5) **Acessibilidade programática:** sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).
- 6) **Acessibilidade atitudinal:** sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, em relação às pessoas em geral (WERNECK, 2005, p. 24).

O acesso a estas dimensões é facilitado, muitas vezes, por meio de tecnologias assistivas<sup>22</sup> de baixo e de alto custo, como equipamentos, produtos ou sistemas capazes de contribuir com o pleno desenvolvimento de pessoas com deficiência. Dessa forma, entende-se que a audiodescrição no jornalismo impresso, objeto de pesquisa desse trabalho, é uma forma de tecnologia assistiva que garante o acesso dos cegos neste meio. À medida que, a audiodescrição do jornal impresso é considerada um recurso de acessibilidade comunicacional.

Para uma sociedade inclusiva que tem nos meios de comunicação uma possibilidade para garantir o acesso de todos às informações e criar pautas para discutir a temática da acessibilidade e da discriminação, requer que sejam pensadas e inseridas medidas inclusivas, o que atualmente é um grande desafio, como explica Martins (2008, p. 30):

Uma sociedade, portanto, é menos excludente, e, conseqüentemente, mais inclusiva, quando reconhece a diversidade humana e as necessidades específicas dos vários segmentos sociais, incluindo as pessoas com deficiência, para promover ajustes razoáveis e correções que sejam imprescindíveis para seu desenvolvimento pessoal e social, assegurando-lhes as mesmas oportunidades que as demais pessoas para exercer todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. É dentro deste paradigma da inclusão social e dos direitos humanos que devemos inserir e tratar a questão da deficiência. O desafio atual é promover uma sociedade que seja para todos e onde os projetos, programas e serviços sigam o conceito de desenho universal, atendendo, da melhor forma possível, às demandas da maioria das pessoas, não excluindo as

---

22 Tecnologia assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e conseqüentemente promover uma vida independente e inclusiva (SARTORETTO).



necessidades específicas de certos grupos sociais, dentre os quais está o segmento das pessoas com deficiência (MARTINS, 2008, p. 30).

Neste contexto, pretende-se discutir a audiodescrição no jornalismo impresso como meio para garantir a inclusão, a cidadania e a promoção do desenvolvimento da informação dos cegos e pessoas com baixa visão. De tal modo, busca-se refletir as questões da audiodescrição na formação de jornalistas e contribuir com as discussões no contexto da acessibilidade comunicacional e na formação de futuros jornalistas.

## 2.2 Vendo com os olhos do outro

No Brasil, de acordo com o último Censo (IBGE, 2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 506,3 mil pessoas afirmaram ser cegas. Sendo que 35,8 milhões de pessoas declaram ter alguma dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato. Quando esses brasileiros se deparam com produtos visuais e audiovisuais, sem acessibilidade, enfrentam barreiras de compreensão, pela falta de informações adicionais. Diante dessa realidade, Silva, Turatto e Machado (2002) apontam em seu artigo a importância do acesso à informação para facilitar a integração dos cegos à sociedade. Para atender esse público, no processo comunicacional, o recurso da audiodescrição é primordial para ampliar o entendimento dos cegos.

É notório que a informação dá liberdade e autonomia a quem a possui. Para aqueles que têm alguma deficiência, no entanto, as informações não estão prontamente disponíveis. Resource (2005, p. 52) observa que (SIC):

Para tornar as informações acessíveis a portadores de deficiência é preciso um compromisso contínuo, pois há ainda muitas lacunas a serem preenchidas. Algumas melhorias são muito fáceis de se providenciar e podem ser prontamente introduzidas; outras exigem mais recursos, coleta de informações e planejamento. Um descuido de uma única pessoa envolvida – o redator, o preparador de texto, o programador visual, o responsável pela impressão, o assessor de marketing – pode ser suficiente para criar obstáculos desnecessários no acesso à informação. Uma política e um plano adequados são os meios mais práticos que qualquer organização pode usar para assegurar-se de que esse acesso esteja sempre em pauta e que verdadeiras melhorias aconteçam (RESOURCE, 2005, p. 52).

Há inúmeras possibilidades de diálogos e conversas. “Elas começam a se tornar reais a partir do momento em que, pela associação e imitação, iniciamos o processo de formulação de nossas mensagens” (SANT’ANA, 2010, p.135). Os sons, os gestos e as imagens compõem a

mensagem que é reconstruída através dos meios, como o rádio, a televisão, o cinema, os cartazes, a música, as conversas, entre tantos outros.

A linguagem tem papel fundamental, seja em sua forma oral, seja através de seu código substitutivo escrito. E, através dela, o contato com o mundo que nos cerca é permanentemente atualizado. Daí, entendemos que toda a nossa vida em sociedade supõe um problema de comunicação e intercâmbio que se realiza fundamentalmente por meio dela, a maneira mais comum de que dispomos para tal. Assim, a linguagem é o suporte de uma dinâmica social, que compreende, além das relações diárias entre os membros de uma comunidade, as atividades intelectuais, que vão desde o fluxo informativo dos meios de comunicação de massa, até sua vida cultural, científica e literária (SANT'ANA, 2010, p. 135).

É necessário compreender que a comunicação não inclui apenas as trocas de diálogos entre as pessoas. Além da conversa verbal, Díaz (1994, p. 50) explica que há ainda uma troca de mensagens inconscientes, numa espécie de paracomunicação ou paralinguagem. Em vista disso, a audiodescrição se torna um recurso imprescindível aos cegos diante de produtos audiovisuais, materiais impressos e eventos. Pois, conforme explica o autor, a mensagem de uma narrativa vai além dos diálogos, ela também está contida no silêncio, no comportamento do sujeito, em suas vestimentas, no cenário, entre outros, e é pela audiodescrição que estes elementos passam a ser percebidos pelos cegos, ampliando a compreensão de toda a narrativa que está posta.

A função mais básica da comunicação, como mostra Días (1991, p. 26) é a de ser elemento formador da personalidade, sem a comunicação, de fato, o homem não pode existir como pessoa humana. O autor ainda elenca algumas funções da comunicação, como: a expressiva, a informativa ou de conhecimento do mundo. Por esse viés, onde “tudo comunica”, principalmente o visual, a audiodescrição torna-se um recurso essencial àqueles que não veem.

O problema surge quando esse canal não é acessível àqueles que possuem cegueira. Quando o visual assume uma interação indispensável entre o emissor e o receptor da mensagem, a audiodescrição emerge como um recurso para facilitar o entendimento dessa mensagem aos cegos ou àqueles que possuem baixa visão. Conforme Sant'anna (2010, p. 137), não há dúvidas de que a ausência da audiodescrição cria uma situação de desconforto e, em inúmeros momentos, os cegos sentem falta de um detalhamento do que está acontecendo. Esse recurso se torna fundamental para a participação efetiva das pessoas com deficiência visual na interação com a sociedade.

A satisfação de espectadores que utilizam o serviço de audiodescrição foi comprovada em uma pesquisa do Ofcom<sup>23</sup> em 2008 com espectadores que utilizam esse recurso.

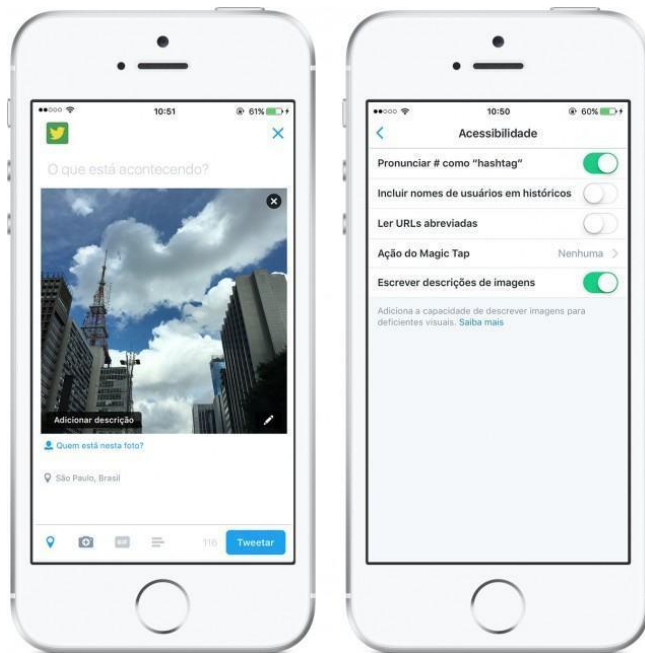
---

23 Ofcom (*Office of Communication* – órgão regulador do setor de comunicação do Reino Unido).

Entre os principais benefícios apontados estão: o ato de assistir à televisão ficou mais agradável, a sensação de igualdade por poder comentar com pessoas sem deficiência os programas de TV, independência e inclusão social. Porém, segundo o mesmo estudo, ainda há muito para ser melhorado. Os espectadores com deficiência visual responderam que se deve aumentar o número de programas que disponibilizam o recurso, bem como a ampliar dos gêneros de programas e ainda melhorar a forma como é informada a existência da opção do serviço no programa (MACHADO, 2010b, p. 2).

Aliando força de vontade, uso de novas tecnologias e profissionais qualificados, há a possibilidade de transformar produtos imagéticos em materiais compreendidos pelos cegos. Exemplo disso são os avanços em prol da acessibilidade nas redes sociais. O Twitter<sup>24</sup>, em março de 2016, incluiu uma nova ferramenta que permite uma descrição das imagens, com até 420 caracteres. Para adicionar o recurso à imagem, basta ativar a nova opção em “Configurações > Acessibilidade” (ver ilustração 2)

**Ilustração 2:** Ferramenta do Twitter com descrição de imagens



E em abril de 2016, o Facebook criou uma ferramenta semelhante a do Twitter, que permite a inclusão de descrição de imagens, o recurso começou a funcionar somente nos Estados Unidos, porém a empresa afirma que a novidade chegará a outros países. Chamada de texto alternativo<sup>25</sup>, o recurso permite ao usuário escrever um breve texto que será captado por

<sup>24</sup>Twitter é uma rede social e um servidor para microblogging, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos.

<sup>25</sup> O texto alternativo é, como o nome diz, uma alternativa aos elementos não-textuais de uma página web. Adicionar o texto alternativo em imagens é o primeiro princípio na acessibilidade. O princípio do texto alternativo

qualquer *software* de leitura de tela. A ferramenta é mais um avanço em direção ao cenário universal das redes sociais, proporcionando a inclusão de pessoas com deficiência visual, além de eliminar a necessidade de o usuário descrever a imagem diretamente na publicação, como tem sido feito pelos usuários brasileiros do Facebook, por meio da campanha criada #PraCegoVer<sup>26</sup> (ver ilustração 3).

### Ilustração 3: *Printscreen* da página do CNJ no Facebook



Fonte: Facebook – Página do CNJ

Patrícia Silva de Jesus<sup>27</sup> percebeu que o Facebook era pouco acessível e decidiu mudar essa realidade, descrevendo todas as imagens publicadas em seu perfil. Assim, surge a página #PraCegoVer. A ideia cresceu e passou a ser seguida por políticos, empresas, blogueiros, pessoas em geral. “Que alegria eu senti ao ter consciência de que contribuí com uma revolução comportamental nunca vista antes. As pessoas se conscientizando que o cego existe, usa Facebook e quer interagir”, escreveu Patrícia em sua *fanpage*<sup>28</sup>. Mas até que esse movimento se tornasse realidade, a audiodescrição percorreu um longo caminho, que veremos a seguir.

é que os sistemas atuais não têm capacidade de analisar e determinar o que uma imagem representa no contexto de uma página. Resta a equipe que alimenta a página, o fator humano, determinar o conteúdo e a função de uma dada imagem na página (GOVERNO ELETRÔNICO).

26 Disponível em: <<https://www.facebook.com/PraCegoVer/?fref=ts>>

27 Também conhecida como Patrícia Braille, é consultora da UNESCO no Projeto Livro Acessível/Mecdaisy (2009 a 2013); especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (UNEB), autora do projeto *Pra Cego Ver*, é atuante na editoração de livros com audiodescrição nos formatos braile, livro falado e daisy.

28 Disponível em: <<https://www.facebook.com/patricia.braille/posts/1179678068709108?fref=nf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

### 2.3 Os primeiros passos rumo à audiodescrição

Até a obrigatoriedade da audiodescrição no Brasil, um recurso de tecnologia assistiva, mais especificamente, uma tradução intersemiótica, pois transmuta as imagens de produtos (áudio)visuais em palavras, foi percorrido um longo caminho de leis, normas e decretos que garantissem o direito à informação e à acessibilidade dos cegos.

A audiodescrição traduz as imagens, as expressões faciais e corporais, os sentimentos e as emoções, os cenários, as paisagens, os figurinos, os efeitos especiais, as mudanças de tempo e espaço em palavras. Enfim, o recurso possibilita que qualquer informação visual relevante seja repassada aos cegos por meio de sons. Assim, o cego, possui condições de entender e de chegar a suas próprias conclusões acerca da obra audiodescrita.

Esse recurso, conforme explica Tavares (2013, p. 11) também pode ser aplicado em imagens – estáticas ou em movimento, em eventos com ou sem deslocamento do público – em sons e que permitem a uma pessoa cega ou com baixa visão compreender o que está contido no visual. Para que a audiodescrição cumpra o seu objetivo, ela deve ser breve e concisa, evitando afirmações com significados semelhantes ou óbvios. Franco e Silva (2010, p. 23) sinalizam como objetivo principal da audiodescrição o de tornar os mais diferentes e variados tipos de materiais audiovisuais acessíveis aos cegos ou às pessoas com baixa visão. “Entretanto, a audiodescrição não é meramente uma descrição falada, e nem uma descrição exclusivamente transmitida por áudio, como o nome pode sugerir” (LIMA; LIMA, 2013, p. 3). A audiodescrição é uma forma de tradução e, enquanto tradução pode ser feita oralmente ou também por escrito.

Portanto, a audiodescrição é considerada um recurso de acessibilidade. E acessibilidade é o termo usado para indicar a possibilidade de qualquer pessoa usufruir de todos os benefícios da vida em sociedade. É o acesso a produtos, serviços e informações de forma irrestrita.

Quando pensamos no termo acessibilidade, logo pensamos nas obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios. Porém, acessibilidade não significa apenas permitir que as pessoas com deficiência possam se locomover pelos espaços. Pensar em acessibilidade é garantir a inclusão de todos em qualquer ambiente, atividade ou uso de recurso (SCHIRMER, 2008, p. 4).

No âmbito comunicacional, a inclusão das pessoas com deficiência emerge como pauta e está em constante discussão nos meios de comunicação. Diante da necessidade de promover o acesso desse público aos produtos comunicacionais, o Ministério das Comunicações aprovou em 2006, a Portaria nº 310, que prevê a audiodescrição e também LIBRAS na programação

veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens (BRASIL, 2006). Porém, passaram-se cinco anos até que a obrigatoriedade da audiodescrição na televisão aberta se tornasse realidade.

O começo da obrigatoriedade da transmissão da audiodescrição (AD) na TV é fruto de mais de dois anos de briga entre as emissoras, o governo, especificamente o Ministério das Comunicações, e grupos sociais envolvidos na busca pela garantia da implementação de medidas de acessibilidade. Nesse período houve grande aumento na divulgação da AD como recurso de tecnologia assistiva e como uma modalidade de tradução. Ainda se faz muito necessário ampliar a divulgação da AD para que mais pessoas a conheçam e possam dela se beneficiar. Também se faz necessário divulgar a ideia de que esse recurso constitui um tipo de tradução, já que boa parte da parcela do público e das emissoras que conhecem a audiodescrição não a identificam como uma atividade tradutória (COSTA; FROTA, 2011, p. 6).

Paulo Romeu Filho<sup>29</sup> buscou na obra *Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras*, para criar a saga da audiodescrição no Brasil e a atualizou-a com fatos ocorridos após a publicação do livro e os publicou no Blog da Audiodescrição. Nesta linha do tempo, têm-se:

**Dezembro de 2000:** Foi sancionada a Lei 10.098, conhecida como Lei da Acessibilidade, por estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, além de outras providências.

**Dezembro de 2004:** Foram necessários quatro anos para que fosse publicado o Decreto 5.296, que regulamenta a Lei da Acessibilidade, inclusive no que se refere à acessibilidade na comunicação, de modo geral, e, na televisão, em particular.

**Fevereiro de 2005:** Foi assinado o Decreto 5.371, que reformulou e estabeleceu as competências do Ministério das Comunicações e da Anatel, no que se refere aos serviços de transmissão e retransmissão da programação de televisão. A reformulação nas competências do Ministério das Comunicações e da Anatel estabelecida por este decreto exigiu, em consequência, que o artigo 53 do Decreto 5.296 também fosse reformulado.

**Junho de 2005:** A Rede Globo de Televisão apresenta a novela América, que tem em sua trama dois personagens cegos. Para auxiliar a autora da novela na construção desses personagens, uma de suas assessoras cria um grupo de discussão na Internet do qual participam aproximadamente cinquenta pessoas cegas. Durante essas discussões, surge a solicitação para que a TV Globo incluía a audiodescrição na produção e veiculação da novela, que foi formalizada para a diretoria da emissora como carta aberta.

---

29 Criador do site Blog da Audiodescrição e ativista em prol da audiodescrição.

**Outubro de 2005:** O Comitê Brasileiro de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT publicou a Norma Brasileira NBR 15290: Acessibilidade em Comunicação na Televisão.

**Novembro de 2005:** O Ministro das Comunicações assinou a Portaria 476, submetendo a consulta pública uma minuta de Norma Complementar, destinada a regulamentar o artigo 53 do Decreto 5.296.

**Dezembro de 2005:** Foi assinado o Decreto 5.645, que deu nova redação ao Artigo 53 do Decreto 5.296, atribuindo ao Ministério das Comunicações a responsabilidade pela regulamentação das diretrizes de acessibilidade na programação das emissoras de televisão, bem como estabeleceu prazo de 120 dias para a publicação dessas diretrizes, ficando assim compatível com as novas determinações estabelecidas pelo Decreto 5.371. Deste modo, no que se refere à audiodescrição, entendida como descrição e narração, em voz, de cenas e imagens, os artigos do Decreto 5.296 passaram a vigorar com a seguinte redação.

**Janeiro de 2006:** O Ministério das Comunicações publicou a Portaria nº 1/2006 e realizou audiência pública para discussão dos comentários recebidos na consulta pública instituída pela Portaria MC 476/2005, da qual participaram representantes da ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores, ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Fundação Roquete Pinto representando as emissoras públicas, a CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, o CONADE – Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e a UBC – União Brasileira de Cegos. Participei dessa audiência pública acompanhando o presidente da União Brasileira de Cegos, Volmir Raimondi.

**Março de 2006:** Realizada reunião no Ministério Público Federal, para discutir a redação original do Decreto 5.296 que remetia para a Anatel a competência para regulamentar a questão da aplicação de recursos de acessibilidade na televisão para pessoas com deficiência. Esse decreto foi alterado e a responsabilidade passou a ser do Ministério das Comunicações, cuja competência restringe-se à televisão aberta, de recepção livre e gratuita para o público em geral.

**Abril de 2006:** Foi assinado o Decreto 5.762, que prorrogou por 60 dias o prazo para o cumprimento do que determina o Decreto 5.645, ou seja, ampliou o prazo para o Ministério das Comunicações publicar a regulamentação do artigo 53 do Decreto 5.296.

**Junho de 2006:** Em 27 de junho de 2006, depois de ter ouvido e analisado toda a argumentação técnica, econômica e jurídica apresentadas na consulta e na audiência pública citadas, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 310, oficializando a Norma

Complementar nº 1 que estabeleceu o cronograma de implantação e os requisitos técnicos para tornar a programação das TVs abertas acessível para pessoas com deficiência. Dois dias após o Ministério das Comunicações ter publicado a Portaria 310, o Presidente da República assinou o Decreto 5.820, que dispõe sobre a implantação do SBTVD-T – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre –; estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão; e dá outras providências. Este decreto, além de estabelecer o modelo japonês de televisão digital para o Brasil, também determinou que os padrões analógico e digital de televisão devessem conviver por dez anos, contados a partir da publicação do decreto.

**Outubro de 2006:** O Ministério das Comunicações publicou a Portaria 652, que estabeleceu critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T.

**Dezembro de 2006:** A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, que trata especificamente sobre a acessibilidade na televisão em seu artigo 30.

**Março de 2007:** O Presidente da República protocola, na ONU, o depósito da assinatura da Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. O Presidente da República também depositou assinatura de um protocolo adicional a esta convenção, que submete seus signatários ao monitoramento da ONU para o cumprimento dos princípios da convenção.

**Maior de 2008:** Em 26 de maio de 2008, um mês antes do final da carência de dois anos determinada pela Norma Complementar nº 1/2006 para o início das transmissões de programação com os recursos de acessibilidade previstos, a ABERT enviou ofício ao Ministério das Comunicações oferecendo uma série de motivos para solicitar prorrogação de prazo. O documento alegava impedimentos de ordem legal e uma série de dificuldades técnicas, operacionais e econômicas para a implementação dos recursos de acessibilidade na programação veiculada pelas emissoras afiliadas.

**Julho de 2008:** Em 9 de julho, o Congresso Nacional promulgou o Decreto Legislativo 186 – Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência – tornando-se o primeiro tratado internacional a vigorar no Brasil com status de Emenda Constitucional. Em 30 de julho, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 466, restabelecendo a obrigatoriedade de



veiculação do recurso da audiodescrição e determinou prazo de 90 dias para o início das transmissões.

**Outubro de 2008:** Antes do término do prazo de 90 dias estabelecido na Portaria 466, o Ministério das Comunicações novamente suspendeu a aplicação somente do recurso da audiodescrição, conforme previsto na Portaria 310, para a realização de nova consulta pública com prazo até 30 de janeiro de 2009.

**Dezembro de 2008:** Em 30 de dezembro de 2008, o Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente e a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down ingressaram no Supremo Tribunal Federal com Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 160) contra a União. No documento, alegaram o descumprimento, pelo ministério, dos prazos estabelecidos no Decreto Federal 5.296/2004, que determinou ao Ministério das Comunicações a responsabilidade pela regulamentação dos artigos referentes à acessibilidade nos meios de comunicação.

**Mai de 2009:** O Ministro das Comunicações, Hélio Costa, mediante despacho, abriu nova consulta pública para receber contribuições a respeito da audiodescrição. Para essa nova consulta pública, o Ministério publicou em seu site uma série de documentos recebidos na consulta pública instituída pela Portaria 661, que se encerrou em janeiro de 2009. No entanto, esses documentos foram publicados em formatos inacessíveis para pessoas cegas, justamente os maiores interessados na implementação do recurso da audiodescrição.

**Junho de 2009:** O Conselho Nacional de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (CONADE) emitiu um ofício ao Ministro das Comunicações, repudiando a edição da Portaria 661 e as sucessivas protelações da obrigatoriedade da veiculação de programas com audiodescrição pelas emissoras brasileiras de televisão. O CONADE também se manifestou contra a falta de acessibilidade aos documentos publicados no site do Ministério das Comunicações, e para os quais pede contribuições.

**Agosto de 2009:** Em decisão liminar, o Superior Tribunal de Justiça ordenou ao Ministério das Comunicações a reabertura da consulta pública, pelo prazo de 45 dias, determinando que todos os documentos publicados no site do Minicom fossem acessíveis e os documentos publicados em outros idiomas fossem traduzidos para o português.

**Setembro de 2009:** O Ministério das Comunicações reabriu a consulta pública por 45 dias, e disponibilizou todos os documentos em formatos acessíveis para pessoas com deficiência.

**Outubro de 2009:** Uma vez que puderam ter acesso aos documentos publicados pelo Ministério das Comunicações, as pessoas com deficiência enviaram suas contribuições.

**Novembro de 2009:** O Ministério das Comunicações publicou a Portaria 985, abrindo mais uma consulta pública na qual apresentou uma minuta de alteração da Norma Complementar nº 1/2006, propondo as seguintes modificações:

1. Torna o recurso da audiodescrição exigível apenas na programação veiculada pelas emissoras no sistema de televisão digital;
2. Altera o cronograma de implementação da audiodescrição originalmente proposto para iniciar em 2 horas por dia chegando a 100% da programação após 10 anos, para 2 horas por semana a partir de julho de 2011 chegando, no máximo, a 24 horas por semana após 10 anos;
3. Desobriga as retransmissoras afiliadas a emissoras cabeça-de-rede de tornar acessíveis a programação própria.

**Dezembro de 2009:** O CONADE aprovou, em reunião extraordinária realizada em 20 de dezembro, parecer no qual analisa os atos do Ministério das Comunicações a respeito do cumprimento ao disposto no Decreto 5.296/2004.

**Fevereiro de 2010:** A Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, promoveu nova reunião técnica para a qual foram convidados diversos audiodescritores, entidades representativas de pessoas com deficiência, entidades representativas das emissoras de televisão, diversos órgãos do governo federal, dentre outros. Como resultado dessa reunião, foi protocolado no Ministério das Comunicações.

**Março de 2010:** O Ministério das Comunicações publicou, em março de 2010, a Portaria nº 188, formalizando diversas modificações na Norma Complementar nº 1/2006, como:

- A quantidade de programação audiodescrita a ser veiculada pelas emissoras que estava inicialmente prevista em duas horas diárias passou para duas horas semanais;
- A quantidade de programação audiodescrita a ser veiculada pelas emissoras após dez anos do início da implementação que estava prevista em 100% da programação passou para apenas vinte horas semanais;
- As emissoras ficam obrigadas a transmitir seus programas com audiodescrição apenas pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital, excluindo-se a obrigação de veiculação pelo sistema de televisão analógico;
- A nova Portaria do Ministério das Comunicações também deixou de tratar de questões importantes como a exigência de que as emissoras de televisão divulguem sua grade de programação informando quais programas serão acessíveis. Deixou de exigir que as emissoras publiquem relatórios periódicos da programação transmitida com cada recurso de acessibilidade para permitir melhor acompanhamento do cumprimento de suas obrigações.

Deixou de estabelecer responsabilidades para o próprio Ministério como, por exemplo, ações efetivas para a disponibilização de Set Top Box adaptadas para o uso por pessoas com deficiência a custo acessível.

**Fevereiro de 2011:** Empossada a nova presidente, Dilma Roussef, Paulo Bernardo foi indicado como ministro das comunicações. Por meio das redes sociais, pessoas com deficiência iniciaram uma campanha para fazer com que o ministro fosse informado das discussões sobre audiodescrição que ainda se desenrolavam em sua pasta.

**Abril de 2011:** Às vésperas do início das transmissões de programas com audiodescrição pelas emissoras brasileiras de televisão aberta e, preocupada com possíveis pressões da Abert para novo adiamento de suas obrigações, a Organização Nacional de Cegos do Brasil manifesta-se preventivamente.

**Julho de 2011:** A primeira emissora a oferecer o recurso, conforme lembra Monte (2016, p. 96) foi o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), com o seriado Chaves<sup>30</sup> e cria vinheta para anunciar a presença do recurso. Alguns dias depois, a TV Globo também anunciou os programas que teriam o recurso.

O não cumprimento desta norma acarreta pesadas multas e sanções às empresas televisivas. Hoje, a expectativa é de se atingir a cota de 24 horas semanais até 2020.

**Outubro de 2013:** O Superior Tribunal de Justiça cancelou os efeitos da Portaria nº 188 e restabeleceu os efeitos da Portaria nº 310 do Ministério das Comunicações.

**Dezembro de 2013:** Reagindo a decisão do Superior Tribunal de Justiça, a Abert impetrou ação no Supremo Tribunal Federal. Em decisão liminar, o ministro Marco Aurélio acatou os argumentos da representação dos radiodifusores.

**Setembro de 2014:** O pleno do Supremo Tribunal Federal ratificou a liminar proferida pelo ministro Marco Aurélio.

Para essa pesquisa, delimita-se a audiodescrição como meio para promover a acessibilidade comunicacional dos cegos, em materiais jornalísticos impressos. De tal modo, para chegar aos objetivos deste trabalho, propõem-se a um breve resgate histórico da implantação da audiodescrição na televisão e depois, no cinema.

Em se tratando de cinema, a Instrução Normativa 116, de dezembro de 2014, determinou que todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE) deveriam contemplar serviços

---

<sup>30</sup> É uma série de televisão mexicana de comédia, criada por Roberto Gómez Bolaños. A cultura popular do “Chaves” possui como o status de ser um dos melhores programas de entretenimento mais reconhecidos e sendo uma das séries com maior sucesso na televisão latino-americana.

de acessibilidade nos seus orçamentos. Assim, Mianes explica essa relação:

A cultura foi um importante cenário de reivindicações de direitos e a luta pela acessibilidade nesses ambientes segue sendo uma das prioridades para esses grupos. Participar da vida social e cultural em igualdade de condições é fundamental tanto para o incremento de informações quanto para o processo de fruição artística. Isso só é possível em sua plenitude na medida em que existam recursos que contemplem as especificidades dos sujeitos (MIANES, 2016, p. 11).

Além dos produtos culturais, a audiodescrição pode auxiliar os cegos em outros eventos. Tavares (2013, p. 4) analisa outros momentos em que o recurso é realizado sem a elaboração de um roteiro completo, como em feiras, congressos, palestras, eventos esportivos, cerimônias de abertura e de encerramento de festivais, entre outros. “Mas o ideal, obviamente, é que todo o material informativo relativo ao evento chegue às mãos do audiodescritor com antecedência, o que tornará a audiodescrição mais precisa” (TAVARES, 2013, p. 4).

Segundo Lima (2011, p. 3), a audiodescrição se insere no conceito de adaptação razoável, de baixo custo, e que não onera os projetos culturais, educacionais e de lazer. Porém, quando não ofertada pelos promotores desses projetos, constitui crime de discriminação.

Já as audiodescrições de imagens estáticas, como fotografias de um livro, exposições em museus ou em galerias, por exemplo, para Tavares (2013, p. 3), o roteiro da audiodescrição, pode ser em meio impresso em braile, ou gravado em um CD ou em um *pen drive*. O CD pode ser encartado no livro ou pode ser o catálogo da exposição. No caso de exposições de arte, o conteúdo da audiodescrição pode ser gravado em um *MP3* ou impresso em braile, não sendo necessária a presença do audiodescritor – embora, claro, ele possa também atuar ao vivo nesses casos, propiciando uma mediação mais personalizada e calorosa.

As vantagens desse recurso não se limitam apenas aos cegos, mas também as pessoas idosas, com deficiência intelectual, disléxicas<sup>31</sup>, com síndrome de Down e para todos aqueles com dificuldades de compreensão de leitura e de textos com imagens.

No entanto, uma sociedade só será considerada inclusiva se fornecer recursos adicionais que contemplem as pessoas com deficiência. A partir disso, nota-se a importância dessa pesquisa, que busca discutir a inserção da audiodescrição no jornalismo laboratorial impresso, uma vez que leva os acadêmicos a pensar nas práticas jornalísticas acessíveis e levam a importância da inclusão para além da sala de aula.

---

31 A dislexia é um transtorno na área da leitura, escrita e soletração, que pode também ser acompanhado de outras dificuldades, como por exemplo, na distinção entre esquerda e direita, na percepção de dimensões (distâncias, espaços, tamanhos e valores), na realização de operações aritméticas (discalculia) e no funcionamento da memória de curta duração. A dislexia costuma ser identificada nas salas de aula durante a alfabetização, sendo comum provocar uma defasagem inicial de aprendizado.

## 2.4 Origens da audiodescrição

Desde a antiguidade clássica, segundo Santaella (1993, p. 37), a imagem não é simplesmente um tipo de signo, mas um princípio fundamental que mantém a unidade do mundo. Na Grécia Antiga, Diónisos de Halicarnasso foi o primeiro a discutir a temática da descrição imagética em sua retórica. Para essa atividade, o filósofo criou o termo *ecfrase*, ou seja, a descrição literária ou pictórica de um objeto real ou imaginário. A *ecfrase* também pode ser definida como a relação entre palavra-imagem. Após esses estudos, na Grécia Antiga, conforme demonstra Medina (2016), a *ecfrase* tornou-se um exercício escolar para aprender a descrever pessoas e lugares. Poderíamos dizer que esses movimentos foram os percussores para a chegada da audiodescrição, a fim de promover o entendimento dos cegos.

Segundo Franco e Silva (2010, p. 19), a prática de descrever o mundo visual para cegos é antiga. No entanto, enquanto atividade técnica e profissional, a audiodescrição nasceu na década de 1970, nos Estados Unidos, a partir da dissertação de mestrado de Gregory Frazier<sup>32</sup>, com o tema, cinema para cegos.

Porém, a audiodescrição só foi posta em prática dez anos após o estudo desenvolvido por Frazier, pelo trabalho do casal Margaret e Cody Pfanstiehl, segundo Franco e Silva (2010, p. 20). Margaret, cega, e seu marido foram responsáveis pela audiodescrição da peça de teatro “Major Barbara”, exibida na *Arena Stage Theater*, em Washington, no início de 1981. A partir de então, o casal passou a audiodescrever diversas produções teatrais. Eles também foram responsáveis pelas primeiras audiodescrições em fita cassete usadas em visitas a museus, parques e monumentos nos Estados Unidos, além de contribuírem de maneira significativa para levar a audiodescrição à televisão.

Logo o recurso se expandiu, chegando imediatamente ao Japão, por meio da rede de televisão NTV, que inaugura em 1983 a audiodescrição em sua programação. O mesmo seria seguido por emissoras da rede aberta de televisão da Catalunha, na Espanha. Por tratar-se de uma ampliação na oferta de espetáculos e produtos culturais e de lazer, em 1989, o Festival de Cinema de Cannes também se junta à ideia e divulga já naquele ano algumas obras com o recurso da audiodescrição. No ano seguinte, ainda nos Estados Unidos, com a Media Access Group, há grande impulso da audiodescrição nas programações.

Com a inserção deste recurso em diversas ocasiões, os audiodescritores estadunidenses criaram parâmetros para elaborar roteiros, que mais tarde foram sistematizados no documento

---

32 Frazier, G. (1975). *The autobiography of Miss Jane Pitman: an all-audio adaptation of the teleplay for the Blind and visually handicapped*. San Francisco: San Francisco State University. MA Dissertation.

Standards for *Audio Description and Code of Professional Conduct for Describers*<sup>33</sup>, da organização americana *Audio Description Coalition*<sup>34</sup>.

Já no Brasil, conforme Mianes (2016, p. 11), a audiodescrição teve seu marco inicial em 1999, quando Bell Machado realizou atividades de narração audiodescritiva de filmes em uma associação de cegos de Campinas. Comercialmente, surgiu em 2003, quando foi realizado o festival Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência<sup>35</sup>, cuja temática é voltada às pessoas com deficiência.

Considerado um recurso de acessibilidade recente, não causa surpresa o fato de que as pesquisas sobre a audiodescrição só tenham começado a ser apresentadas em meados da década de 1990. Franco (2010, p. 2) relata que a inserção da audiodescrição no Brasil foi consequência da Lei nº 10.098, de 2000, que assegura as pessoas com deficiência auditiva e visual o livre acesso aos meios de comunicação:

A audiodescrição foi realizada publicamente no país pela primeira vez em 2003, em um festival de cinema temático, que é promovido a cada dois anos por uma produtora cinematográfica do Rio de Janeiro. A partir daí, e devido à divulgação da lei de acessibilidade, a audiodescrição começou a ser discutida e praticada por iniciativas privadas de diversos segmentos: produtores de filmes, publicitários, empresas de telefonia e outros. (FRANCO, 2010, p. 2).

E no ano de 2005, foi lançado o primeiro DVD audiodescrito do país, do filme *Irmão de Fé* (2004), de autoria do Padre Reginaldo Rossi e dirigido por Moacyr Goés. Além desse longa, em 2008, foi lançado o *Ensaio Sobre a Cegueira* (2008), de Fernando Meirelles, inspirado no livro homônimo de José Saramago, as únicas duas produções audiodescritas disponíveis em locadoras à época. Em agosto de 2010, o filme *Chico Xavier*, de Daniel Filho, foi lançado em DVD com versão audiodescrita disponível em todas as suas cópias.

No âmbito publicitário, em 2008 surgiu a primeira propaganda acessível promovida pela marca Natura<sup>36</sup>. Na edição de 2007 do Festival de Cinema de Gramado, nas edições de 2006 e 2007, no Festival Internacional de Curtas-metragens de São Paulo, foram realizadas as

<sup>33</sup> Disponível em: [http://www.audiodescriptioncoalition.org/adc\\_standards\\_090615.pdf](http://www.audiodescriptioncoalition.org/adc_standards_090615.pdf)

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.audiodescriptioncoalition.org/index.html>

<sup>35</sup> O “Assim Vivemos” foi o primeiro festival de cinema, no Brasil, a oferecer acessibilidade para pessoas com deficiência visual (audiodescrição em todas as sessões e catálogos em Braile) e para pessoas com deficiência auditiva (legendas *Closed Caption* nos filmes e interpretação em libras nos debates). Quanto à acessibilidade física do local do evento, o Centro Cultural Banco do Brasil tem sua arquitetura concebida para garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes. Fonte: <http://www.assimvivemos.com.br/2015/pt/apresentacao/>.  
<sup>36</sup> O filme publicitário marca o lançamento da linha infantil Natura Naturé, o primeiro comercial acessível produzido com audiodescrição e *Closed Caption* simultâneos, a ser veiculado pelas emissoras de televisão brasileira. O vídeo está disponível no canal do *Youtube* em <[https://www.youtube.com/watch?v=FdgQ\\_Xww6Mw](https://www.youtube.com/watch?v=FdgQ_Xww6Mw)>.

primeiras mostras não temáticas de filmes audiodescritos. O primeiro espetáculo de teatro a contar com a audiodescrição aconteceu no ano de 2007, com a peça *Andaime*, exibida em São Paulo. E em maio de 2009, em Manaus, o público com deficiência visual pôde apreciar a primeira ópera audiodescrita do país, *Sansão e Dalila*, atração do XII Festival Amazonas de Ópera (FRANCO; SILVA, 2010, p. 31).

Mas foi apenas no primeiro semestre de 2006, conforme Nunes *et al* (2010), que representantes da Associação Brasileira de Radiodifusores, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Fundação Roquete Pinto, Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e da União Brasileira de Cegos se reuniram com o Ministério das Comunicações em audiência pública para discutir as sugestões recebidas na consulta do ano anterior. Em 27 de junho, o Ministério das Comunicações publicou a portaria 310 e oficializou a norma complementar nº 01, que estabeleceu os recursos de acessibilidade na programação da televisão, com seu cronograma de implantação (BRASIL, 2010).

É perceptível que o recurso da audiodescrição está conquistando diferentes segmentos da sociedade, uma vez que é oferecido em inúmeras ocasiões. Também percebemos que a audiodescrição está cruzando diversos países e levando a esperança aos cegos de receberem acesso à informação, à cultura e ao lazer, como explicam Franco e Silva (2010).

Apesar dessa trajetória promissora, é importante frisar que a audiodescrição não se encontra no mesmo estágio de desenvolvimento em todas as partes do mundo. Em países como o Brasil, por exemplo, o recurso ainda dá seus primeiros passos. É vital, portanto, que pesquisas na área sejam estimuladas e que o recurso ganhe maior visibilidade entre o público em geral, inclusive o vidente. Quanto mais pesquisas, mais publicações e mais cursos formais na área, maior será a consolidação do direito à acessibilidade audiovisual pelas pessoas com deficiência visual, direito esse materializado através da audiodescrição (FRANCO; SILVA, 2010, p. 30).

Em países da Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, a audiodescrição vem ganhando maior visibilidade e projeção. Percebe-se também, o avanço do recurso em outros locais, à medida que é reconhecido e garantido o direito das pessoas cegas à informação e ao lazer. Conforme Franco e Silva (2010, p. 26), os países que mais investem na audiodescrição, tanto na televisão como no cinema e no teatro são a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, a Espanha, a Alemanha, a Bélgica, o Canadá, a Austrália e a Argentina.

Em vários países, como Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, a audiodescrição também já é regulamentada e existe, no caso dos EUA desde a década de 70. Espanha, Alemanha, Canadá e outros países, também já adotaram a AD em sua produção audiovisual e programações televisivas.

Apesar da audiodescrição ainda ser um recurso muito novo no universo da produção audiovisual brasileira, e ainda passar por alguns “ajustes de rota” devido ao seu ineditismo em algumas áreas, tem ganhado espaço em muitos projetos por todo o país. São inúmeros festivais e mostras de cinema [...] que adotam o recurso da audiodescrição para pessoas com deficiência visual (SANTANA, 2010, p. 106).

Do mesmo modo, Lima, Lima e Guedes (2009) afirmam que a audiodescrição é considerada uma ferramenta de acesso ao lazer e também à educação daqueles que possuem cegueira. Se aos videntes é reservado o acesso às informações visuais, essas informações devem, igualmente, ser disponibilizadas aos cegos. De outra forma, essas pessoas estariam novamente sendo discriminadas por causa da deficiência, “já que nem mesmo o conceito de adaptação razoável<sup>37</sup> pode servir de justificativa para a não oferta da audiodescrição” (LIMA, LIMA; GUEDES, 2009).

Por outro lado, Michels e Silva (2016, p. 116) analisam que nem sempre a acessibilidade está disponível a quem precisa, principalmente no quesito de descrição das imagens em livros, jornais, revistas, vídeos e *sites*, pelo simples fato de profissionais que trabalham em tais áreas não se preocuparem em ofertar as informações adicionais. A partir disso, percebe-se a importância de trabalhar a audiodescrição na formação de futuros jornalistas. Nesse contexto, a universidade estará formando profissionais mais conscientes, que irão se preocupar em excluir os obstáculos de comunicação presente no cotidiano de pessoas cegas. Conseqüentemente, o país começa a ganhar maior visibilidade na área da audiodescrição.

A inclusão comunicacional é pertinente para remoção de barreiras e para a construção de uma sociedade justa, sem discriminação e de um sujeito crítico. Assim, para o próximo assunto, contextualiza-se o papel do jornalismo na difusão da informação.

## **2.5 Jornalismo e a informação**

No âmbito do jornalismo, a audiodescrição cumpre um papel essencial e primordial aos cegos, o de informar e, conseqüentemente, proporcionar que a informação chegue a um número maior de cidadãos. Por esse viés, o jornalista tem uma importância fundamental quanto ao abastecimento de notícias, além de averiguar e divulgar os fatos e as informações de interesse público e de provocar e formar a opinião. Para Kotscho (1995, p. 8) ser repórter é bem mais do que simplesmente cultivar belas-letas, mas, sobretudo, é a arte de informar para transformar.

---

<sup>37</sup> Adaptação razoável significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.



Os veículos de comunicação usam e abusam das imagens para ilustrar suas reportagens. Fotografias, gráficos, vídeos e ilustrações são alguns exemplos de materiais encontrados diariamente em jornais impressos e nos portais noticiosos. Logo, a qualidade das informações recebidas pelo público cego está diretamente ligada à acessibilidade promovida por quem disponibiliza o conteúdo jornalístico.

Conforme Motta (2015, p. 1) vivemos em um mundo visual que exprime significados pelas imagens e nas imagens que são produzidas e reproduzidas continuamente em jornais, revistas, livros, internet, além daquelas que são clicadas freneticamente por milhares de usuários de celulares que passam a compartilhá-las nas redes sociais. Assim, a escola como construção de saberes e de formação de cidadãos precisa preparar docentes que sejam capazes de fazer a leitura desse mundo caoticamente imagético e de ensinar seus alunos a fazê-lo. Todas as imagens têm significado e desempenham um papel importante na aprendizagem. Elas ilustram, provocam reflexões e emoções, estimulam, motivam, promovem a curiosidade, completam e antecipam os sentidos que serão construídos pela leitura, contribuindo para o entendimento do próprio texto. Daí a necessidade de fazer a leitura e traduzi-las em palavras.

Para Werneck (2005, p. 24) a meta é que a própria sociedade pressione a mídia por um jornalismo mais engajado e proativo, o que já é comum em relação a determinados temas. E também, que a mídia e os profissionais de comunicação se unam para provar que a deficiência é transversal aos temas de desenvolvimento, porque pessoas com deficiência estão em todos os lugares, em todos os países, em qualquer tempo. Por outro lado, Saker (2010, p. 142) salienta o papel dos jornalistas em relação àqueles que possuem deficiência:

Os jornalistas [...] não são os únicos responsáveis pelos estigmas em relação às pessoas com deficiência, nem são aqueles que devem resolver seus problemas com acessibilidade e direitos; tal responsabilidade cabe aos governantes [...]. Mas seu trabalho permite exatamente combater estes estigmas na sociedade, levar conhecimento a todos os cidadãos e, assim, levar à inclusão efetiva destas pessoas (SAKER, 2010, p. 142)

Por esse viés, jornais de grande repercussão no país estão proporcionando recursos de acessibilidade para que todos tenham acesso aos conteúdos publicados. Em 2014, a TV Folha<sup>38</sup> exibiu a primeira reportagem com audiodescrição e legendas, tendo como personagem o radialista Alberto Pereira, que conta a história do cão-guia Simon, que estava próximo de se aposentar. A repórter, Melina Cardoso, idealista do projeto, explicou que a ideia era colocar em

---

<sup>38</sup> Matéria divulgada pelo Portal da Imprensa – Jornalismo e Comunicação na Web. Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/68024/acessibilidade+nao+e+privilegio+e+direito+diz+jornalista+sobre+audiodescricao+na+tv+folha>>.

prática os seus estudos, além de proporcionar as pessoas com deficiência o direito de ter acesso a notícias de forma clara, principalmente os vídeos da TV Folha, que são tão visuais e cheios de informação.

Em seu artigo sobre audiodescrição em charges do jornal a Folha de São Paulo, Cardoso (2016) destaca que quando os cegos não percebem a falta que as imagens significam é importante alerta para os veículos de comunicação que esquecem o público cego. “A falta de acesso aos conteúdos imagéticos, além de contrariar a lei e desrespeitar o leitor, o desmotiva a buscar informações nos veículos que têm essa lacuna” (CARDOSO, 2016, p. 45).

Em relação ao jornalismo *online*, Cardoso (2016, p. 56) relata a importância da audiodescrição:

Oferecer a audiodescrição não só das charges, mas de todo o conteúdo imagético nos jornais online, além de ampliar consideravelmente o número de leitores, fará com que as demais empresas concorrentes se espelhem e também promovam a acessibilidade. Assim, permitirá que o leitor vivencie seu amplo papel, de não só ter aquele lê livros, e sim o que também lê imagens (CARDOSO, 2016, p. 53).

A partir desse contexto, percebe-se a importância de se repensar as práticas jornalísticas e adaptar materiais para meios acessíveis, desde a formação dos futuros comunicadores. Pois, incluir a audiodescrição na grade curricular é proporcionar aos acadêmicos participar ativamente da função primordial do jornalista, a de informar a todos. Por outro lado, os acadêmicos terão a oportunidade de levar esse conhecimento para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, terão a preocupação de elaborar materiais acessíveis, criando, dessa forma, um ciclo de cidadania e inclusão social. Silva, Turatto e Machado (2002) analisam a importância do papel do profissional da informação em relação à comunicação das pessoas com deficiência, no mercado de trabalho:

Portanto, para a pessoa cega ocupar seu espaço, tanto no setor social, quanto no profissional, o acesso à informação, sem dúvida, é essencial. A responsabilidade das instituições informacionais é enorme. A responsabilidade dos profissionais da informação é ainda maior. Cabe, na condição de futuros profissionais da informação, ter consciência que o mercado de trabalho é amplo, mas que nessa área de informação para o deficiente visual tem um papel fundamental que é proporcionar a estes usuários a possibilidade de acesso à informação (SILVA; TURATTO; MACHADO, 2002).

A partir disso, a audiodescrição do jornal-laboratório Unicom, cumpre seu papel para a construção de uma sociedade mais inclusiva, a partir da conscientização e capacitação de futuros jornalistas em promover produtos acessíveis. Esse movimento da recriação do jornal impresso para o jornal audiodescrito será abordado posteriormente, mas, para entender como

será realizado esse processo, faz-se necessário explicar, desde agora. Assim, na ocasião, os acadêmicos matriculados na disciplina de Jornalismo Impresso (2016/1) foram divididos, divisão essa baseada nas funções propostas por Mianes (2016), conforme citadas anteriormente, para dar conta das traduções dos conteúdos imagéticos do periódico. Dessa forma, cada aluno é responsável por uma etapa da audiodescrição e juntos, a turma conhece na prática a importância desse recurso, além de ampliar o conhecimento para confecções de produtos audiodescritos. A atividade sensibiliza os alunos para as práticas comunicacionais, além de estar preparando-os para entrar no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, exigente e carente por profissionais que façam a diferença.

Essa preocupação, em pensar meios acessíveis comunicacionais na academia, também é observado por Saker (2010, p. 142), que enfatiza a necessidade, de permitir aos novos profissionais em comunicação, de levar em conta a pluralidade e as necessidades específicas de cada pessoa para permitir uma comunicação inclusiva a todos, uma comunicação mais humana.

Como visto, a audiodescrição está presente em eventos, cinema, teatros e museus. Porém, em materiais jornalísticos, principalmente os impressos há uma carência. Essa lacuna pode ser um nicho de trabalho promissor para jornalistas que optarem em trabalhar na área, assunto que discutiremos no capítulo quatro, desta pesquisa.

Neste capítulo, abordou-se o conceito da audiodescrição e o panorama de possibilidades que se abrem a partir dessa prática. O próximo passo desta pesquisa é buscar, na teoria das narrativas, como efetivamente as narrativas laboratoriais impressas se estruturam para dar conta do formato audiodescrito, pois, além de contemplar um dos objetivos deste trabalho, o próximo capítulo servirá como referencial para analisar os produtos produzidos pelos acadêmicos.

### 3 HORA DE CONTAR HISTÓRIAS

Para entender como a prática laboratorial impressa se estrutura para dar conta do formato audiodescrito, faz-se necessário pensar as narrativas a partir do aspecto comunicacional. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica, dialogando com os principais autores da área, como Luiz Gonzaga Motta, Roland Barthes, Gérard Genette, Muniz Sodré, Paul Zumthor, entre outros. Primeiramente, abordou-se o conceito de narrativas, seguindo pelas narrativas orais e escritas e por último, uma reflexão sobre as narrativas jornalísticas audiodescritas.

#### 3.1 O que são narrativas?

Narrar, segundo Motta (2013, p. 71), é relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho. Para o autor, narrar implica narratividade, uma sucessão de estados de transformação responsável pelo sentido. Ou seja, é expor os processos de mudança, de alteração e de sucessão inter-relacionados. Com a narrativa, Motta sugere que os acontecimentos são colocados em perspectiva, que irá unir os pontos, ordenar os antecedentes e os consequentes, além de relacionar as coisas, criar o passado, o presente e o futuro, encaixar significados parciais em sucessões de tempo, explicações e significações estáveis.

Assim, as narrativas são manifestações que acompanham o homem desde sua origem e está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades. Da mesma forma, o ato de narrar está na literatura e no jornalismo, para essa pesquisa, abordaremos o campo comunicacional das narrativas.

Gancho (2006, p. 6) enumera diversos exemplos de narrativas, como as gravações em pedra nos tempos da caverna, os mitos, a Bíblia. Nos dias atuais, as narrativas podem ser encontradas nas novelas, nos filmes de cinema, nas peças de teatro, nas notícias de jornais, nos gibis, nos desenhos animados, nos videogames, entre tantos outros. Em outras palavras, Carvalho (2012, p. 173) explica:

As narrativas constituem exatamente o que permite ao tempo ser, independente de sua remissão ao passado, de sua projeção no futuro ou de sua fugacidade no presente. Narrar, portanto, é ação de permanente atualização, é a capacidade humana de tornar a atualidade mais do que um momento que logo em seguida se perderá da memória. Narramos para criar mundos idealizados, nas fabulações que constroem mundos imaginários, sugerem realidades fantásticas, mas também para buscarmos explicações racionais, para entendermos nosso passado (CARVALHO, 2012, p. 173).

São inúmeras as narrativas. Além dos exemplos citados anteriormente, pode-se encontrar as narrativas inseridas na linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, pelo gesto ou pela mistura de todas elas. Segundo Motta (2005, p. 2), as narrativas são formas de relações que se estabelecem em detrimento da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder. A narrativa traduz o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos em relatos.

É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo. Isso quer dizer que a forma narrativa de contar as coisas está impregnada pela narratividade, a qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. É a enunciação dos estados de transformação que organiza o discurso narrativo, que produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos (MOTTA, 2005, p. 2).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Gancho (2006, p. 6) explica que a narrativa é como contar histórias, uma atividade praticada no dia a dia por qualquer pessoa, como pais, filhos, professores, amigos, namorados, avós. Já os meios de transmissão dessas narrativas também são diversos, como a conversa, o rádio, a televisão, o jornal, o desenho, a *internet*, o livro, entre tantos outros. Assim, trazendo essa reflexão para esta pesquisa, o Jornal Unicom é o meio de transmissão das narrativas, assim como as matérias audiodescritas, pois cada áudio por si só é uma forma narrativa.

Ricoeur (1994, p. 21) analisa que toda narrativa responde à questão *por quê?* Ao mesmo tempo em que responde à questão que aconteceu, é dizer por que isso aconteceu. Seguir uma história, conforme o autor é um processo difícil, penoso, que pode ser interrompido ou bloqueado. “Quem narra, narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também o que imaginou, o que sonhou, o que desejou” (LEITE, 2000, p. 6).

Diante de cada narrativa, pode-se identificar os elementos fundamentais, sem os quais ela não existiria. Esses elementos, de certa forma, responderiam às seguintes questões, conforme propõe Gancho (2006, p. 6): “O que aconteceu? Quem viveu os fatos? Como? Onde? Por quê?”. Para o jornalismo seria o *lead*<sup>39</sup> da notícia. Em outras palavras, “a narrativa é estruturada sobre cinco elementos principais: enredo, personagens, tempo, espaço e narrador” (GANCHO, 2006, p. 6).

---

39 O lead é, em jornalismo, a primeira parte de uma notícia, geralmente posta em destaque relativo. Ele fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. Geralmente responde as seguintes questões: o quê? Quem? Como? Onde? Por quê? Quando?

Em síntese, narrativa, conforme Sodr e e Ferrari (1986, p. 11), é todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado. Porém, Motta (2013, p. 74), salienta que narrar não é apenas contar ingenuamente uma história; é, portanto, uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor e envolvente. E, neste contexto, Motta (2013, p. 27-62) identifica seis razões, pelas quais o estudo da narrativa é importante:

- 1<sup>a</sup>) para compreender quem somos;
- 2<sup>a</sup>) para entender como os homens criam representa es e apresenta es do mundo;
- 3<sup>a</sup>) para esclarecer as diferenças entre representa es factuais e fictícias do mundo;
- 4<sup>a</sup>) para enunciar fen menos tão diferentes como a literatura ficcional e a historiografia f tica;
- 5<sup>a</sup>) para identificar como os indivíduos e sociedades cotejam o excepcional e o consuetudinário a fim de tornar familiar o que antes era não familiar;
- 6<sup>a</sup>) e por último, “precisamos estudá-las para melhor cont -las (*storytelling*)”.

A narratologia é o estudo das narrativas de fic o e de não fic o. Motta (2013, p. 78) explica que a narratologia nasce do esforço dos analistas decompor as partes componentes das estórias narradas e estabelecer uma gramática ou sintaxe narrativa única. Conforme o autor, além da teoria literária (onde ela mais se desenvolveu), a narratologia, hoje, é utilizada na antropologia, na teoria dos discursos, na história, na pragmática, na teoria cognitiva, nas teorias da comunica o e em tantas outras áreas do conhecimento.

Essa nova narratologia,   qual me filio, dedica-se ao estudo dos processos de rela es humanas que produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, biografias, manifesta es orais, por exemplo) ou ficcionais (romances, contos, cinema, telenovelas, mitos). Procura entender como os sujeitos constroem intersubjetivamente seus significados pela apreensão, representa o e expressão narrativa da realidade. A produ o cultural de sentidos é, portanto, um fato prévio que implica e engloba essa nova narratologia (MOTTA, 2013, p. 79)

A partir disso, chega-se   importância de estudar a audiodescri o no jornalismo laboratorial pelo viés das narrativas comunicacionais. Pois, estudá-las   conscientizarmos que algumas pessoas precisam de informa es adaptadas para melhor compreendê-las e, por isso, se faz necessário o uso da audiodescri o, no caso dos cegos. Além de refletirmos sobre o papel do jornalista na difusão da informa o sem barreiras e sem obstáculos. E também, para pensar como a narrativa se estabelece em rela o ao jornalismo laboratorial audiodescrito, no que toca as representa es e apresenta es do mundo, a partir das perspectivas do cego e também dos acadêmicos que adaptam a versão impressa para o áudio do Unicom.

Contudo, essa relação (do jornalista para o leitor) não é ingênua e sempre possui um propósito, como explica Motta:

Quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua. A análise deve, portanto, compreender as estratégias e intenções textuais do narrador, por um lado, e o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor, por outro lado. A ênfase está no ato de fala, na dinâmica de reciprocidade, na pragmática comunicativa, não na narrativa em si mesma (MOTTA, 2005, p.3).

Sobre esse assunto, Benjamin (1975, p. 65) compara o narrador como um conselheiro do seu ouvinte. Além disso, para aconselhar alguém, conforme o autor, é necessário antes de mais nada, saber narrar a estória. Contudo, esse indivíduo só será receptivo a um conselho na medida em que expõe a sua situação. “A arte de narrar aproxima-se do seu fim por extinguir-se o lado épico da verdade, a sabedoria” (BENJAMIN, 1975, p. 65). O autor infere a importância da sabedoria e do propósito que se quer atingir na narrativa. Trazendo a reflexão de Benjamin para essa pesquisa, entende-se que o jornalista possui um papel fundamental ao contar histórias e se o meio que ele usar for acessível, teremos o ciclo da narrativa – de um lado o contador de histórias e do outro aquele que recebe e acima de tudo, entende o que está sendo contado. A partir disso, faz-se necessário saber o que contar e como contar.

Quando se atinge esse propósito da narrativa, ou melhor, quando se afirma que houve entendimento, Scholes e Kellogg (1957, p. 56) explicam que encontramos um relacionamento ou conjunto de relacionamentos satisfatórios entre o mundo real e o da ficção. Também Barthes (2008, p. 48) sugere que, no interior da narrativa, há uma grande função de troca (repartida entre um doador e um beneficiário) para que efetivamente a narrativa atinja a sua função de entendimento. Por esse viés, Motta (2013, p. 74) analisa narrar como uma atitude – quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração.

As indicações do tempo das narrativas, conforme Reuter (2011, p. 56), contribuem primeiramente, para realizar a fixação realista ou não realista da história. Quanto mais precisas elas forem, em harmonia com aquelas que regem nosso universo, mais participarão da construção do efeito de real. Nesse sentido, Reuter (2011, p. 57) explica que, do mesmo modo que é para o espaço, o efeito real é um produto da organização textual. Essas indicações temporais também determinaram a orientação temática e genérica das narrativas e assumem múltiplas funções narrativas, tais como:

- Qualificam lugares, ações e personagens de maneira direta e indireta (as rugas, as rachaduras);
- Estruturam e distinguem os produtos de personagens (mortos/vivos; jovens/idosos; adultos/crianças);

- Facilitam, dificultam ou determinam as ações;
- Contribuem para a dramatização das narrativas (no caso do suspense, por exemplo, com o aumento do tempo e a multiplicação temporais) (REUTER, 2011, p. 58)

Para Motta (2004, p. 5) a narração fixa ações relacionadas a personagens em um suceder temporal encaminhado a um determinado desenlace. Conforme o autor, aquele que narra, segue o argumento, evoca acontecimentos conhecidos que presenciou pessoalmente ou não, e configura o relato de forma verossímil de maneira a induzir o leitor a participar como espectador quase presente nos eventos que relata. Entretanto, Gaudreault e Jost (2009, p. 33) afirmam que toda e qualquer narrativa põe em jogo duas temporalidades: por um lado, aquela da coisa narrada; por outro, a temporalidade da narração propriamente dita.

Após a reflexão do que são narrativas, o próximo tema que será abordado são as narrativas orais e as escritas e como elas estão estruturadas na história. Essa abordagem se faz necessário para entender a transição e a relação do Unicom impresso para o Unicom audiodescrito (áudio).

### 3.2 Transformar para compreender: a presença da oralidade e da escrita

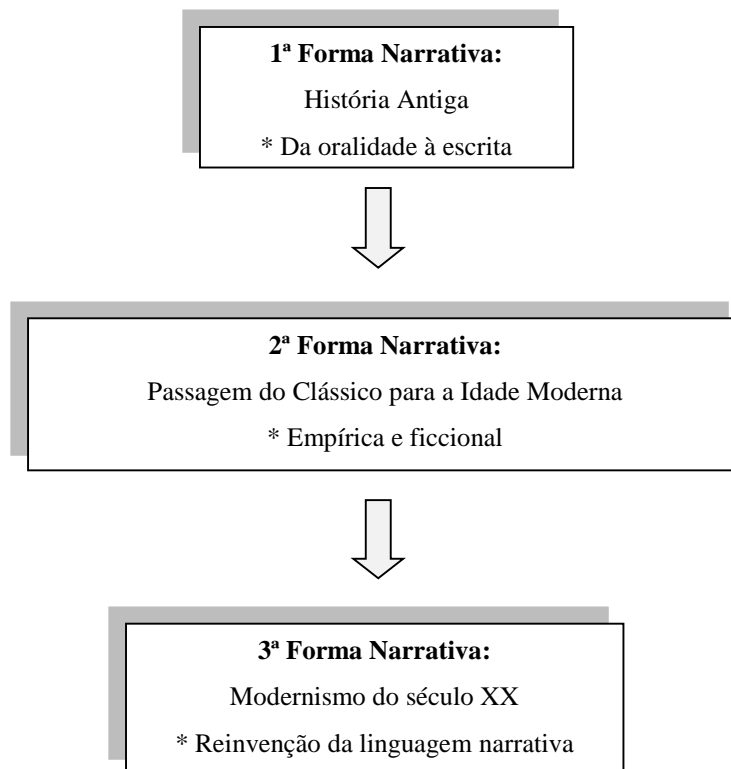
Para dar conta dessa pesquisa, faz-se necessário realizar um resgate da história das narrativas ao longo dos tempos. A evolução das formas narrativas é estruturada por Motta (2007, p. 265) em três partes:

A primeira corresponde à **história antiga da narrativa**, compreendendo os tempos primordiais e a formação do período clássico greco-latino. A segunda parte realiza a **passagem do núcleo clássico para a Idade Média** e tem o seu ponto culminante no período do pós-Renascimento, com o início da formação do romance. Completado o círculo de invenção e amadurecimento do gênero, a terceira parte considera o **Modernismo do século XX** como um período de reinvenção, em que a ficção empreende um movimento de retorno, dialogando com obras prototípicas da tradição (MOTTA, 2007, p. 266).

Sintetizando a origem das narrativas, tem-se a seguinte figura:



#### Ilustração 4: Estrutura da evolução das narrativas



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos estudos de Motta (2007)

A primeira parte, conforme Motta (2007, p. 266), refere-se ao percurso da oralidade à escrita. Nessa etapa apareceram as formas originárias do gênero, como o mito sacro e os rituais de fertilidade; as lendas; o conto ficcional e folclórico. A partir disso, surgiram os três fios eixos da narrativa literária ancestral: o mítico, o mimético e o ficcional<sup>40</sup>. A partir desses três eixos, originou-se a síntese épica, que marca a passagem da oralidade à escrita, na qual a narrativa histórica foi gerada, que por sua vez possibilitou o desenvolvimento da prosa.

Convém, primeiramente, aplicar a divisão dos três tipos de oralidade, lembrada por Zumthor (1993, p. 18-19), que corresponde a três situações de cultura:

40 Para exemplificar essas três ocorrências da ficção brasileira, Motta (2007, p. 268) cita a obra *O Guarani*, de José de Alencar, que carrega um apelo histórico, em uma estrutura de romance, com base ficcional e mítica. O segundo exemplo analisado é do romance *Iracema*, de José de Alencar, com a presença de fortes traços da epopeia, principalmente na construção sonora e musical de uma poética oral, a sua estrutura ficcional faz uso do legendário para gerar um efeito histórico. E a terceira referência é o livro *Primeiras estórias*, de Guimarães Rosa, que traz uma reconstituição do universo ficcional, com a função mágica e lúdica dos contos populares e imaginativos dos tempos primordiais da tradição oral.

**1º Tipo:** *Oralidade primária e secundária* – quando não comporta nenhum contato com a escritura<sup>41</sup>. Esse tipo de oralidade é encontrado nas sociedades que não possuem o sistema de simbolização gráfica, ou nos grupos isolados e analfabetos.

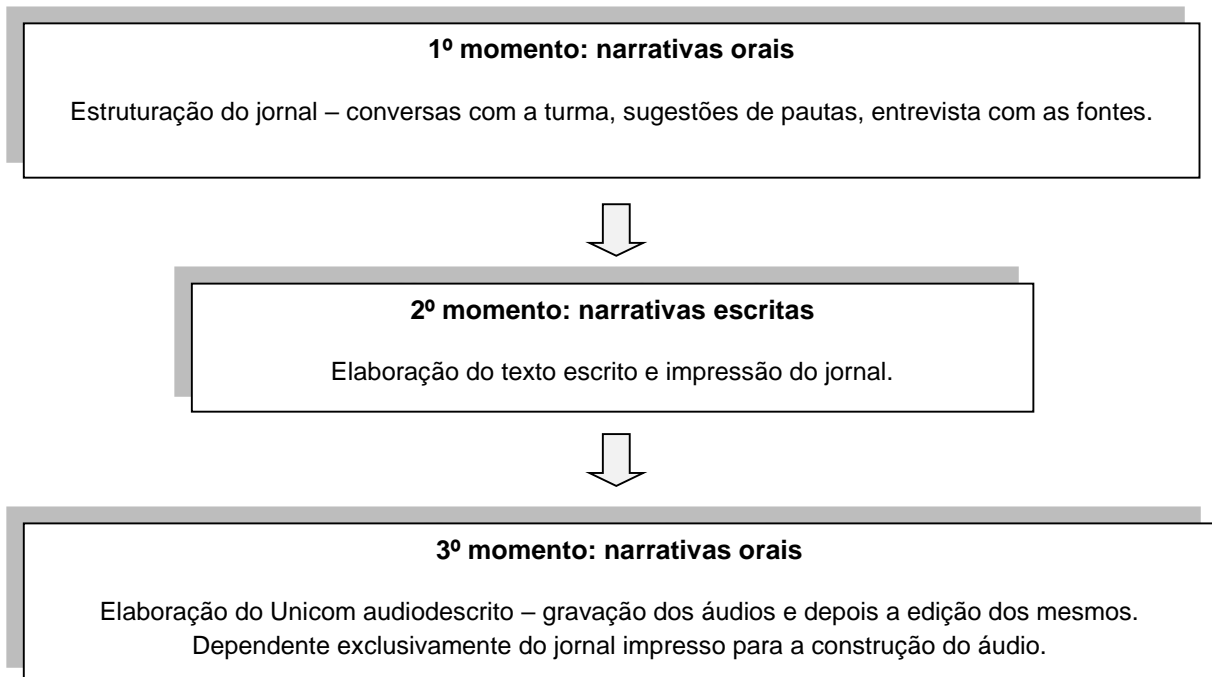
**2º Tipo:** *Oralidade mista* – quando a influência do escrito permanece externa, parcial e atrasada. Esse tipo de oralidade procede da existência de uma cultura “escrita” (no sentido de “possuidora de uma escritura”).

**3º Tipo:** *Oralidade segunda*, quando se recompõe com base na escritura em um meio onde esta tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário. Ou seja, procede de uma cultura “letrada” (na qual toda expressão é marcada mais ou menos pela presença da escritura).

Essa subdivisão não é cronológica, mesmo que no geral, seja possível que a importância da oralidade tenha aumentado a partir do século XIII.

Para a construção e elaboração do Unicom, teremos o seguinte esquema de narrativas:

#### **Ilustração 5:** Estruturas narrativas do Unicom



Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se, a partir desse esquema, a transição das narrativas orais e escritas. Em um primeiro momento, temos a forte presença da narrativa oralizada, sem o contato da escritura, marcado então pela oralidade primária. Seguido das narrativas escritas, ou seja, a oralidade

41 O sentido do termo escritura não é uniforme, podendo referir-se a técnicas, atitudes e condutas diversas, conforme os tempos, os lugares e os contextos eventuais (ZUMTHOR, 1993, p. 99).

segunda, resultado da forte presença da escrita, com a publicação do Unicom impresso. E após, tem-se um retorno às narrativas oralizadas, quando são realizadas as audiodescrições e narrações do jornal, pode-se ainda fazer uma associação dessa etapa com as contações de histórias realizadas na antiga Grécia, com o rapsodo<sup>42</sup>.

Pelo viés da narrativa da fala, Benjamin (1975, p. 64) analisa a experiência transmitida oralmente pelos narradores e a presença da narrativa na Idade Média:

Na Idade Média ela foi especialmente frutífera, graças à regulamentação das profissões da época. Nas mesmas oficinas trabalhavam tanto o mestre sedentário quanto o aprendiz vagante e acrescente que qualquer mestre tinha sido aprendiz vagante antes de estabelecer-se em sua cidade ou outro lugar qualquer. Se agricultores e marinheiros foram os antigos mestres da arte de narrar, os artífices medievais constituíam o conjunto mais destacado desta arte. Ligava-se aqui a noção das terras estrangeiras, importada pelo antigo vagante, agora mestre, ao conhecimento do passado tão do agrado do indivíduo sedentário (BENJAMIN, 1975, p. 64).

Para Zumthor (1993, p. 96) a Idade Média também é considerada como um período da escritura. Principalmente com a expansão lentamente do uso deste escrito em alguns mosteiros e nas classes dirigentes dos estados europeus. Entretanto, conforme o autor, só foi possível a propagação dessa forma narrativa em virtude da relação estreita que ela mantinha com a voz: “Para cima, na medida em que a escrita servia para fixar mensagens inicialmente orais; contudo, mais radicalmente, para baixo, porque o modo de codificação das grafias medievais fazia destas uma base de oralização” (ZUMTHOR, 1993, p. 97).

Seguindo a linha de evolução da narrativa, Motta (2007, p. 268) explica que com o avanço da prosa escrita, surgiu a narrativa empírica e a ficcional, no qual se diferenciam o mito da história e os fatos, da ficção:

A narrativa histórica, seguindo a progressão da escrita e um conceito linear de tempo, contribui para a formação do gênero narrativo, à medida que delineia, sob o comando de um impulso histórico, na cultura grega, um padrão de narração biográfico, em terceira pessoa, e outro, já no período de domínio romano, de ordem autobiográfica, na primeira pessoa. Essa contribuição pode ser vista sob dois aspectos: primeiro, no desdobramento que esses padrões narrativos tiveram na geração das formas consolidadas na Idade Média, como a crônica, os anais e os diários; segundo, como concomitância e repercussão no lado oposto da árvore, com o desenvolvimento do ramo ficcional, quando se desenvolveram dois padrões narrativos, o biográfico, da narrativa grega, e o autobiográfico, da sátira latina (MOTTA, 2007, p. 268).

E com o nascimento da narrativa grega em prosa escrita, conforme Motta (2007, p. 268) algumas mudanças formam marcadas, como o do rapsodo assumindo o lugar do narrador, “uma

---

42 É o nome dado a um artista popular ou cantor que, na antiga Grécia, ia de cidade em cidade recitando poemas (principalmente epopeias), uma espécie de contador de histórias.

invenção do autor, que precisa encontrar novos mecanismos de verossimilhança para o convencimento de seu novo destinatário: o leitor” (MOTTA, 2007, p. 268). Essa trajetória durou até o Romantismo do século XIX, depois disso, há uma recriação da narrativa em novas propostas de invenção a partir do Modernismo. O autor salienta também, o início da forma do romance, ocorrido durante a passagem do núcleo clássico da prosa ficcional greco-latina, pelo final da Idade Média e concentrado no pós-Renascimento. Nas palavras de Motta (2007, p. 270) o romance “inaugura a história moderna do gênero”.

Assim, Zumthor (1993, p. 160) comporta ao texto escrito um duplo efeito de comunicação: um causado pelas polivalências geradas pela formalização poética e outro, pelo afastamento de tempos e de contextos entre o momento em que é produzida a mensagem e aquele em que esta é recebida. Contudo, o texto oralizado e o escrito, não podem diferir da linguística organizada de ambos. O ouvinte da mensagem segue o fio da narração, sendo que, muitas vezes não é possível retornar<sup>43</sup>, diferentemente do impresso.

Por outro lado, Brasil (2005, p. XVIII) analisa que da palavra à imagem abrem-se novos horizontes, pois os recursos tecnológicos estão em constante evolução, mas é da união da palavra com a própria imagem que se encontra uma nova forma de pensar. “Narrar estórias é sempre a arte de transmiti-la depois, e esta acaba se as estórias não são guardadas” (BENJAMIN, 1975, p. 68). Pois, de acordo com Busatto (2003, p. 53), narrar significa também a capacidade de traduzir oralmente as imagens contidas no texto.

O conto de literatura oral serve a muitos propósitos, a começar pela formação psicológica, intelectual e espiritual do ser humano. Através do conto podemos valorizar as diferenças entre os grupos étnicos, culturais e religiosos, e introduzir conceitos éticos. O conto pode ser um estímulo que dará origem a estas e muitas outras reflexões (BUSATTO, 2003, p. 37).

Busatto (2003, p. 45) explica que ao contar histórias atingimos não apenas o plano prático, mas também o nível do pensamento e, sobretudo, as dimensões do mítico-simbólico e do mistério. “O contador de histórias cria imagens no ar materializando o verbo e transformando-o ele próprio nesta matéria fluida que é a palavra” (BUSATTO, 2003, p. 9).

Assim, Busatto enumera algumas funções do ato de contar:

- Para formar leitores,
- Para fazer da diversidade cultural um fato,

---

43 Nota-se que o autor utiliza-se dos poemas oralizados para explicar a distinção do oral para o escrito. Para essa pesquisa, entendemos que a mensagem oralizada, pode ser retornada, à medida que o áudio encontra-se na internet, exemplo disso, são as edições do Unicom Audiodescritos, publicadas na rede.

- Para valorizar as etnias,
- Para manter a História viva,
- Para estimular o imaginário,
- Para articular o sensível,
- Para tocar o coração, onde está presente o afeto e não apenas o impulso profissional em repassar conhecimentos,
- Para alimentar o espírito,
- Para resgatar o significado para nossa existência e reativar o sagrado.

Contudo, Benjamin (1975, p. 66) analisa o primeiro indício de um processo experimentado pelo impulso do romance, no começo da idade contemporânea, resultou na decadência da narrativa. Assim, Benjamin aponta a diferença do gênero romance do gênero épico, com o fato do primeiro depender inteiramente do livro. Dessa forma, a divulgação do romance só foi possível após a invenção da imprensa. Já o gênero épico, é transmitido oralmente, o que se diferencia do típico romance e de todas as outras formas de literatura em prosa, como a lenda, a saga, a novela, por não procederem da tradição oral nem por provocá-la.

Benjamin explica como se dá a narrativa oral: “A experiência propicia ao narrador a matéria narrada, quer esta experiência seja própria ou relatada. E, por sua vez, transforma-se na experiência daqueles que ouvem a história” (BENJAMIN, 1975, p. 66). Por outro lado, o romance tem sua origem na solidão do indivíduo, que não sabe discutir e nem transmitir seus assuntos e conselhos. Entretanto, o romance só se desenvolveu, quando encontrou elementos necessários na burguesia. Tais elementos influenciaram o início da narrativa e sua demorada passagem ao estágio arcaico, pois, ainda que utilizasse novos conteúdos, não se deixava determinar pelo mesmo. A partir disso, nasce uma nova forma de narrativa, como explica Benjamin:

Por outro lado, reconhecemos o surgimento de uma nova forma de comunicação que, assim como a imprensa, pertence aos instrumentos mais importantes do domínio da burguesia do período áureo do capitalismo e, que por mais distante que se encontre a sua origem no tempo, nunca influenciou em nenhum momento anterior a forma épica. Agora esta influência se verifica, sendo digno de nota que ela não é menos estranha à narrativa do que o próprio romance, porém, muito mais ameaçadora. Esta nova forma de comunicação é a informação e é de notar que leva o romance a uma crise (BENJAMIN, 1975, p. 67).

E a última parte da evolução narrativa, conforme Motta (2007, p. 268), possui em sua forma narrativa contribuições provenientes das etapas anteriores, e que caracteriza o

Modernismo do século XX, como um período de reinvenção da linguagem da narrativa a partir das convenções da tradição. O que temos a partir daí é a união da escrita/visual com o áudio.

### 3.3 A reinvenção da linguagem narrativa: conceitos e diferenças da escrita e da fala

A escrita e a fala constituem duas modalidades de uso da língua. Embora se utilizem do mesmo sistema linguístico, possuem características próprias, o que discutiremos nesse subtítulo. Pensando por esse viés, Koch (2007, p. 78) estabeleceu uma tabela, baseada na visão dicotômica, com as diferenças entre a fala e a escrita.

**Tabela 1:** Diferenças entre a fala e a escrita

Fala	Escrita
Contextualizada	Descontextualizada
Implícita	Explícita
Redundante	Condensada
Não planejada	Planejada
Predominância do “modus pragmático”	Predominância do “modus sintático”
Fragmentada	Não-fragmentada
Incompleta	Completa
Pouco elaborada	Elaborada
Pouca densidade informacional	Densidade informacional
Predominância de frases curtas, simples ou coordenadas	Predominância de frases complexas, com subordinação abundante
Pequena frequência de passivas	Emprego frequente de passivas
Poucas nominalizações	Abundância de nominalizações
<b>Menor densidade lexical<sup>44</sup></b>	<b>Maior densidade lexical</b>

Fonte: Koch (2007, p. 78)

O que a autora sugere a partir dessa tabela é que nem todas essas características são exclusivas da escrita ou da fala. E tais características são estabelecidas, tomando por base, o parâmetro ideal da escrita, o que levou a uma visão preconceituosa da fala, chegando a ser comparada à linguagem rústica das sociedades primitivas ou à das crianças em fase de aquisição.

O texto falado apresenta-se “em se fazendo”, isto é, em sua própria gênese, tendendo, pois, a “pôr a nu” o próprio processo de sua construção. Em outras palavras, ao contrário do que acontece com o texto escrito, em cuja elaboração o produtor tem

<sup>44</sup> O léxico é o conjunto de palavras de uma língua.

maior tempo de planejamento, podendo fazer rascunhos, proceder a revisões e correções etc., no texto falado planejamento e verbalização ocorrem simultaneamente, porque ele emerge no próprio momento de interação: ele é o seu próprio rascunho (KOCH, 2007, p. 79).

Em se tratando do objetivo da escrita, segundo Cunha (2014, p. 5) é grafar o que não se poderia repassar oralmente como os registros, diários de quaisquer espécies, balanços de contabilidade, contas e transações bancárias, matemática instigada por cálculos, interesse em ciclos exatos, datações cotidianas, calendários lunares e solares, cronologia extemporânea, relógios, gráficos atemporais, medidas e notações físicas, atitude histórica, arqueologia, entre outros.

Para sinalizar a característica do texto falado, Flôres e Silva (2005, p. 42) propõem a transcrição, ou seja, a fala passada a limpo, através da escrita. Nesse sentido, Zumthor (1993, p. 160) infere:

Ao texto oralizado – na medida que, pela voz que o traz, ele engaja um corpo – repugna mais que ao texto escrito toda percepção que o diferencie de sua função social e do lugar que ela lhe confere na comunidade real; da tradição que talvez ele alegue, explícita ou implicitamente, das circunstâncias, enfim, nas quais se faz escutar (ZUMTHOR, 1993, p. 160).

O texto escrito e o oralizado apresentam características distintas, conforme explica Flôres e Silva (2005, p. 41): “O texto falado caracteriza-se por apresentar todo o seu processo de elaboração a olhos e ouvidos presentes, diferentemente do texto escrito que apresenta basicamente o produto final”. Nesse contexto, a escrita não pode ser uma representação fiel da fala, pelo fato de não conseguir reproduzir alguns fenômenos da oralidade. Entretanto, a escrita apresenta elementos ausentes na fala como o tamanho e tipo das letras, as cores, os formatos e a maneira que as informações são distribuídas. As autoras analisam que nenhuma das modalidades é melhor do que a outra. Enquanto a fala tem uma primazia cronológica (surgiu antes), a escrita simboliza educação e poder.

### **3.4 A narrativa comunicacional e jornalística**

Como visto, as narrativas estão divididas em históricas, literárias e comunicacionais. A narrativa histórica pode ser vista na Idade Média, a partir da cultura grega, com a consolidação da crônica, dos anais e dos diários, escritos em formato de narração biográfica e em terceira pessoa. Além da cultura grega, também é visto no período de domínio romano, com a sátira, de ordem autobiográfica, escrita em primeira pessoa. A partir desses dois movimentos,

desenvolve-se a prosa, que originou por sua vez, a narrativa literária, de âmbito ficcional, sem a preocupação com a verdade e com o real. A narrativa histórica possui a função de preservar e “guardar” a história do homem, por meio de documentos, objetos, construções, escritas e imagens, o que se assemelha, de certa forma, com as narrativas jornalísticas. E por último, tem-se a narrativa comunicacional, aquela que faz referência à comunicação do homem, e nesse sentido, está implícita a narrativa jornalística, que contará à população os acontecimentos, as histórias de vidas, as descobertas científicas, entre tantas outras narrativas observadas nos jornais impressos, rádio, *onlines* e telejornais. A narrativa jornalística narra a história do presente, enquanto a histórica, a do passado.

Por meio da narrativa comunicacional, há a narrativa jornalística. Sodré e Ferrari (1986, p. 11) exemplificam esse fenômeno: “Quando o jornal diário noticia um fato qualquer, como um atropelamento, já traz aí em germe, uma narrativa<sup>45</sup>”.

O Dicionário de Teoria da Narrativa (REIS; LOPES, 1988, p. 19) entende que comunicação narrativa é algo específico do processo de transmissão de textos narrativos, relevando, por um lado, as circunstâncias e condicionamentos que presidem à comunicação de um modo geral e reclamando, por outro, a ação de fatores e agentes que determinam a qualidade da narrativa desse tipo de comunicação.

A força da narrativa jornalística, segundo Motta (2004, p. 11) está na compreensão do jornalismo como uma forma de “domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura”. Portanto, a realização de uma análise da narrativa jornalística não deve se ater às formas narrativas no texto jornalístico, nem em encontrar até onde o texto pode se transfigurar em pequenas ou falsas narrativas. Para o autor, isso pode ser importante, mas não é determinante.

Motta (2004, p. 6) lembra que José Francisco Sánchez<sup>46</sup> foi um dos primeiros pesquisadores a analisar a narrativa jornalística, em 1992. O estudioso tentou identificar, por contraste, as características das narrativas da ficção, da história e do jornalismo. A distinção entre a narrativa literária e a jornalística, conforme Motta se dá pela diferente intenção de cada um desses discursos (pretensão de verdade), ou seja:

---

<sup>45</sup> Outras formas de jornalismo, como a reportagem, a crônica, o novo jornalismo, o romance-reportagem têm uma identidade maior com a literatura e fazem maiores concessões poéticas. Buscam outro tipo de relação pragmática com o leitor, diferente do jornalismo factual. Nesses casos, a identificação narrativa é mais fácil e imediata.

<sup>46</sup> SANCHEZ, José Francisco. El relato periodístico. El periodista como contador de historias. In: AGUILERA, Octavio (org). *Estudios de Periodística: Ponencias del I Congreso de la SEP*. Madrid, Universidad Complutense, Facultad de Ciencias de La Información, 1992.



O discurso informativo tem uma finalidade externa ou instrumental, precisa ajustar-se ao mundo real, o conhecimento e o fato conhecido são distintos e o sujeito falante é empírico desde a situação determinada, se dirige a alguém com a finalidade de comunicar informação. É um ato político e social. O discurso literário, por outro lado, só se compara consigo mesmo, cria o que diz, o sujeito é universal em uma situação eterna, não se dirige a nada, mas a todos indiferenciadamente em todos os tempos. É um discurso absoluto. Já as narrativas histórica e jornalística, embora diferentes, tem para ele inúmeras semelhanças e dessemelhanças dependendo do grau de rigor, do uso de fontes, tentativa de isenção, tratamento dos personagens e linguagem (MOTTA, 2004, p. 6).

O que diferencia a narrativa jornalística, das outras duas, é da ordem interna da história, com preocupação em mostrar a realidade. Como explicado anteriormente, essa narrativa está intrinsecamente relacionada com o *lead*, ou seja, com o desdobramento das clássicas perguntas do jornalismo. Ela constitui segundo Sodré e Ferrari (1986, p. 11), uma narrativa conduzida pela realidade dos fatos do dia a dia, que, quando trabalhados pelo repórter, resulta em uma reportagem.

Diferente da histórica e da literária, conforme aponta Motta (2004, p. 23), a narrativa jornalística, possui um caráter singular, além de sua configuração moral e ainda que utilize predominantemente o pretérito perfeito ou imperfeito em seu discurso, diz respeito ao presente. “O jornalista narra continuamente a história do presente imediato, uma história fugidia, inacabada, aberta, mas, uma história” (MOTTA, 2004, p. 23).

Recorrendo a conceitos de narratologia, podemos considerar que na dimensão axi tica do jornalismo há um ideal de focalização externa – objetiva, sem interferência – em particular na separação entre os relatos e comentários. Por outro lado, na dimensão instrumental dos fatos, e sobretudo na sua construção como relato de reportagem, a focalização torna-se mais próxima da onisciente, faz uso de um conhecimento superior ao fornecido, o narrador pode controlar os eventos reportados, as personagens que os interpretam, o tempo em que se movem, os cenários em que se situam. Mantendo as distâncias entre o real e ficção, haverá esses processos de controle na escolha de quem é chamado para o *lead*, nos momentos e ambientes privilegiados e ignorados (PONTE, 2005, p. 46).

As narrativas jornalísticas estão escritas no presente. Esse tipo de narrativa se caracteriza pela maneira de contar o mundo, de tornar os acontecimentos conhecidos e atualizar a sociedade a respeito deles, além de possuir entre suas funções, a de registro histórico ao narrar os fatos no mundo. Conforme Carvalho (2012, p. 173), ao narrar as ações humanas cotidianamente, no momento mesmo em que estão ocorrendo, s    possível, pelas tecnologias que facultam o tempo real, como a internet e as transmissões radiofônicas e televisivas.

Para contar a atualidade, o jornalismo lança mão de variadas estratégias narrativas, como o simples relato, entrevistas, reportagens, cr nicas e outras possíveis, nunca escolhidas aleatoriamente, mas em função de objetivos est ticos e, por que não, a

partir de uma intencionalidade de criar efeito, ao que sempre corresponderão formas de leitura potencialmente tão múltiplas quanto a própria quantidade de leitores (CARVALHO, 2012, p. 178).

Portanto, o jornalismo apresenta uma atividade mimética, ou seja, a representação da vida, das ações do homem, e também, relata os dramas, tragédias, as sagas e as epopeias. Nesse sentido, Motta (2004, p. 15) descreve:

As notícias são relatos fragmentados e contraditórios sobre a nossa existência, sobre as nossas dores e os nossos amores, nossos sofrimentos e gratificações, sobre os acasos e contingências que nos afetam. O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humana. Como atividade mimética, é sobre esse pano de fundo da cultura e do tempo humanos, como todas as suas fortunas e infortúnios, paradoxos e ordenações, que o jornalista trabalha, e no qual ele se encontra com seus leitores ou ouvintes (MOTTA, 2004, p. 15).

Carvalho (2012, p. 180) salienta a importância do jornalismo como mediador entre acontecimentos e leitores das narrativas noticiosas. Dessa forma, o autor coloca uma série de questões éticas como pontos de reflexão quando se pensa nessas narrativas. “A construção das notícias como narrativas, implicando, assim, os processos de tessitura da intriga, diz respeito aos limites entre narrar o acontecimento de maneira fidedigna” (CARVALHO, 2012, p. 180).

Para que seja estabelecida essa relação no contexto da notícia, Fraga e Motta salientam que:

A construção da notícia, portanto, não depende somente de fatores espontâneos ou aleatórios. O fato, conforme contado pela mídia, é fruto de disputas de sentido entre os vários agentes envolvidos ou com algum interesse sobre o assunto. Cada personagem quer expor com maior ênfase o seu ponto de vista e o seu modo de configurar a realidade. O modo como agem, falam ou se silenciam configura a imagem que esperam construir: cada ator quer que o seu ponto de vista seja predominante na narrativa (MOTTA; FRAGA, 2013, p. 4).

É nesse jogo de interesses entre o veículo de comunicação, os jornalistas e as fontes que a narrativa jornalística é influenciada. Dessa negociação entre os três narradores, surge um produto, o texto jornalístico, ou a notícia, que está em relação com eles. Porém, Motta (2005, p. 9) afirma que será o leitor ou o ouvinte que irá revelar a narrativa desse produto no momento em que a notícia for lida ou ouvida pelo rádio e pela televisão. Dessa forma, pode-se analisar que o texto jornalístico é um aglomerado de instruções que o leitor recria de modo ativo. “O texto só se torna obra na interação entre ele e o receptor. É um permanente jogo entre as intenções do jornalista e as interpretações do receptor” (MOTTA; FRAGA, 2013, p. 11).

Além disso, as narrativas jornalísticas, sempre referenciais – pois reportam a algo exterior e cujo domínio especializado está também nas fontes de informação, e não somente nos narradores – necessitam de instrumentos que as tornem legítimas, motivo pelo qual são empreendidos esforços no sentido de dar a elas uma aparência de objetividade, ainda que este seja apenas um ideal (CARVALHO, 2012, p. 179).

Porém, só haverá a narratividade e a consistência na narrativa jornalística, segundo Motta e Fraga (2013, p. 15), quando houver a interpretação do leitor ou ouvinte. “O leitor faz isto porque ele precisa e busca encadear temporalmente os fragmentados episódios das notícias com as difusas histórias de sua vida, repondo continuamente o ato de recepção na cultura, no tempo, no mundo da vida” (MOTTA; FRAGA, 2013, p. 15).

Em qualquer narrativa audiovisual, os elementos fundamentais são personagens, tempo, ambiente e focalização/ponto de vista, que se constituem e se organizam segundo o gênero e o meio em que a narrativa está inserida. Segundo Mascarenhas (2013, p. 186), além desses elementos, devem-se levar em conta, nas narrativas, os aparatos técnicos característicos do seu meio, sejam televisivos, cinematográficos ou eletrônicos. “Nessa perspectiva, a narrativa audiovisual é composta por uma linguagem cujo código se articula com outros subcódigos (cenários, enquadramentos, músicas, ruídos, montagens, dentre outros)” (MASCARENHAS, 2013, p. 187).

Para esta pesquisa, compartilha-se o mesmo conceito de narratologia adotado por Motta, no qual inclui todas as produções do ser humano, das quais sejam um relato de uma sucessão de estados de transformação e cujo princípio organizador do discurso é o contar.

### **3.4.1 A narrativa jornalística audiodescrita**

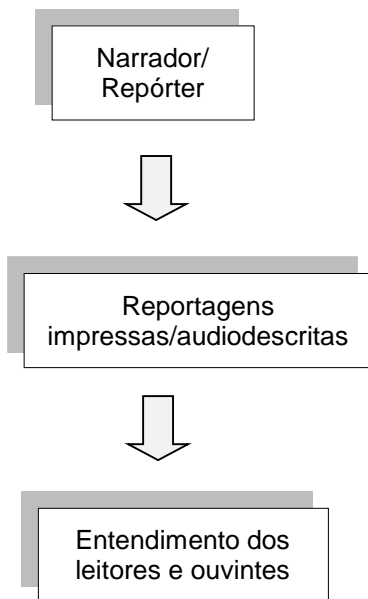
Se todo texto jornalístico é uma forma narrativa, então, a audiodescrição deste produto também é uma narrativa. Quando um texto jornalístico impresso recebe o recurso da audiodescrição, a distância entre o leitor/ouvinte cego e a informação veiculada é minimizada, de forma que será possível a esses sujeitos ter conhecimento do que foi publicado no periódico. Conforme Mascarenhas (2013, p. 56) a audiodescrição possui natureza narrativa, uma vez que compreende a descrição de uma sucessão de fatos visuais.

Para que o jornalismo impresso seja acessível, é necessário pensar que as narrativas trazem um propósito em si, de levar a mensagem compreendida e entendida ao seu destinatário, sem ruídos e nem interferências. Logo, as narrativas em audiodescrição estão inseridas como uma forma de promover a acessibilidade, uma vez, que os cegos, não teriam as informações de determinados conteúdos visuais, salvo com a ajuda desse recurso. Então, audiodescrição

cumpra esse propósito e a narrativa veiculada no Unicom impresso e que recebeu esse recurso é entendida pelos cegos. Fechando assim, o ciclo da narrativa: por um lado o narrador/repórter conseguiu contar a sua história e, por outro, o narratário<sup>47</sup>/leitor, recebeu e, principalmente, entendeu essa narrativa. Dessa forma, estabelece-se a comunicação narrativa.

O Unicom apresenta-se nos formatos impresso/escrito e em áudio/audiodescrito. Na edição acessível para cegos, estão inseridas as descrições das imagens, por esse viés Hamon (1976, p. 57) analisa as descrições e as narrações: “O leitor reconhece e identifica sem hesitar uma descrição: ela é um ‘corte’ na narrativa, a narrativa ‘interrompe-se’, o cenário ‘passa para primeiro plano’, etc.”. Nestas linhas entende-se que o formato audiodescrito é uma narrativa com pequenas interrupções advindas das descrições das imagens. Como mostra o esquema:

### **Ilustração 6:** Comunicação narrativa no jornalismo



Fonte: Elaborado pelo autor

Entende-se que refletir as práticas jornalísticas acessíveis é dever de todo profissional, entretanto, algumas rotinas devem ser apreendidas e alteradas nas redações dos jornais. Pensando por esse viés, no próximo capítulo será abordado e discutido o jornalismo-laboratorial.

<sup>47</sup> É o receptor do discursivo narrativo

## **4 JORNAL-LABORATÓRIO: VIVENCIANDO A TEORIA NA PRÁTICA**

Para que os cursos de Comunicação Social habilitação Jornalismo sejam validados pelo Ministério da Educação (MEC), é necessário que a instituição ofereça um jornal-laboratorial, ou seja, um jornal produzido pelos próprios acadêmicos, com a supervisão de um professor, com o objetivo de aplicar na prática, o que foi ensinado na teoria. Em pesquisa publicada por Eduardo Meditsch (2012, p. 229), estima-se que atualmente sejam mais de 300 cursos superiores de Jornalismo em Universidades e outras instituições de ensino superior no país. “Portanto, o Brasil acumula, há pelo menos seis décadas, experiência na formação universitária de jornalistas, tendo construído uma matriz pedagógica que lhe confere singularidade em nível mundial” (MEDITSCH, 2012, p. 230).

Em recente livro sobre jornalismo-laboratorial impresso, Soster e Tonus (2013) atestam que “a atividade laboratorial em jornalismo vive um momento particularmente exuberante” (2013, p. 14), decorrente do aumento de cursos de Comunicação – e de Jornalismo. Um mapeamento feito pelos autores sobre os produtos laboratoriais do país revela que 88% deles são jornais, comprovando a importância do jornal-laboratório.

Neste capítulo, reconhece-se que há jornalismo-laboratorial em rádios, web, televisão e impressos. Contudo, para essa pesquisa, serão abordados apenas os meios impressos.

### **4.1 A formação dos jornalistas**

O jornalismo, como campo profissional, está passando por uma série de mudanças tecnológicas, que influenciam diretamente os processos de produção, formatos e suportes, aliado a um mercado cada vez mais exigente, para atender essa demanda, a formação dos jornalistas precisa se adequar a essa nova realidade. A formação dos jornalistas, como lembra Meditsch (2012, p. 228) desafia a sociedade brasileira há mais de cem anos. A demanda surgiu com a industrialização da imprensa, no qual, os jornais deixavam de serem correias de transmissão dos partidos políticos para se converter em empresas autossustentáveis.

Melo (2004, p. 74) afirma que a legitimação do jornalismo enquanto área de conhecimento pela comunidade acadêmica reflete historicamente o processo de institucionalização social da profissão informativa. No Brasil, o campo acadêmico do jornalismo, vem sendo construído a partir da década de 1960, e teve um incentivo decisivo com a concretização da pós-graduação, nos anos 90. Essa nova fase demandou um aumento no interesse pelos saberes teóricos e metodológicos.

## 4.2 Um breve resgate histórico das escolas de jornalismo

Antes das escolas de jornalismo surgirem, houve um período no qual não era exigida a formação especial para produzir notícias aos jornais da época. Segundo Melo (2004, p. 74) esse cenário só mudou, a partir da segunda metade do século XVIII, quando a Revolução Burguesa se disseminou, tanto na Europa, como na América, melhorando a capacidade intelectual. Além disso, os leitores exigiam informações atuais, rápidas, resumidas e facilmente compreensivas.

Diante desse panorama, foi natural a criação de escolas para capacitar esses profissionais. No entanto, a inserção do ensino do jornalismo no Brasil foi tardia. Conforme Melo (2004, p. 78), meio século nos separa das iniciativas pioneiras na Europa e Estados Unidos.

Evidência disso é a difusão precoce das primeiras reflexões europeias sobre o fenômeno informativo propiciadas pelo Correio Braziliense de Hipólito José Carlos da Costa<sup>48</sup>. Nas primeiras edições do seu jornal paradigmático, o patrono da imprensa brasileira traduzia artigos do teórico alemão Johann Freidrich sobre a questão da liberdade de imprensa (MELO, 2004, p. 78).

No panorama latino-americano, as primeiras experiências educacionais surgem na Argentina, em 1935, com a criação da *Escuela Argentina Del Periodismo*, e somente na década seguinte, foi criada uma escola de jornalismo no Brasil. Melo (2003, p. 162) indica que na década de 30 surgiram programas de capacitação para jornalistas. Na Argentina, há uma inclinação para o modelo profissionalizante norte-americano, enquanto no Brasil, recorre-se ao padrão europeu. Em ambos os países ocorrem processos de nacionalização das pioneiras escolas de jornalismo, que aos poucos foram sufocadas pelas burocracias de suas universidades.

A oscilação entre o pragmatismo norte-americano e o academicismo europeu tem sido constante em nossa cultura universitária. Ela seria reforçada pela influência modernizadora do CIESPAL<sup>49</sup>, na década de 60. Entretanto, começavam a viscejar em território brasileiro projetos que buscavam a superação da dependência externa, figurando como mais expressivas as inovações engendradas por Luiz Beltrão, na cidade de Recife, e por Pompeu de Souza, no planalto central (MELO, 2004, p. 81).

Após o diagnóstico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre o estado da comunicação do continente, no qual atestava o fracasso das

---

48 É considerado o fundador do jornalismo brasileiro, por atuar como editor no Correio Braziliense (1808-1822). O periódico era essencialmente política, que abriu um espaço para a informação de natureza científica, quase sempre divulgando fatos e ideias ocorridos na Europa e considerados relevantes pelo Hipólito para divulgar no Brasil (MELO, 2003, p. 29).

49O Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina, CIESPAL, nasceu em 1959, durante a Conferência X Geral da UNESCO, realizada em Paris.

escolas de jornalismo brasileiras, foi criado o CIESPAL. O centro é considerado um marco decisivo e objetivava capacitar os professores das escolas de jornalismo e treinar os novos docentes. Meditsch (2002, p. 2) reflete: “naquele encontro, a entidade, na época amplamente dominada pela política dos Estados Unidos, resolveu dar atenção especial à formação dos jornalistas no terceiro mundo”. O centro propôs pesquisar e desenvolver a comunicação social, com o objetivo de tornar uma área de conhecimento. Entretanto, o Ciespal foi duramente criticado, pois foi visto como um ponto de apoio à política de intervenção dos Estados Unidos no continente (MARTINO, 2010, p. 62). Por outro lado, Melo (2003, p. 163) afirma que o centro cumpriu um papel modernizador e multiplicador, disseminando novos conceitos e instrumentos de ação. Dentre eles, destaca-se a pesquisa científica como instrumento indispensável ao planejamento de novas estratégias de comunicação.

Paralelamente, nesse mesmo período, inicia-se um movimento na tentativa de refletir a comunicação social na Europa, pelo viés da inserção universitária no campo jornalístico. Segundo Melo (2003, p. 172), tal iniciativa foi motivada pelo impacto do jornal diário no cenário europeu. Então, em 1960, Tobias Peucer<sup>50</sup> defendeu sua tese de doutorado sobre o jornal diário, na Universidade de Leipzig, estimulando inúmeros estudos que procuram desvendar a imprensa e os processos noticiosos.

O ensino superior de jornalismo no Brasil começou na década de 1940, segundo Teixeira (2011a, p. 19), e passou por uma série de mudanças pautadas, principalmente, por currículos mínimos, que vieram constituir parâmetros capazes de estimular os professores dos jornalistas, conscientes de que as estruturas de ensino precisam ser amadurecidas, sem minimizar as correntes internacionais.

Somente em 1947, entrava em funcionamento, em São Paulo, a primeira escola de jornalismo, mantida pela Fundação Cásper Líbero e integrada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Universidade Católica de São Paulo (Escola de Jornalismo Cásper Líbero). Em 1948, no Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil começava a preparar alunos para o primeiro curso oficial. Já em 1963, a Universidade de Brasília cria a sua Faculdade de Comunicação de Massa, e após três anos, a Universidade de São Paulo implanta a sua Escola de Comunicações Culturais.

Todas essas contribuições pioneiras, conforme lembra Melo (2003, p. 23), tanto em São Paulo, com a Cásper Líbero, quanto no Rio de Janeiro, com a UFRJ, formaram grupos de

---

50 Em 1690, Peucer, que tinha estudado teologia e medicina, apresentou, na Universidade de Leipzig, Alemanha, a sua tese doutoral sobre as relações e relatos de novidades, ou seja, sobre jornalismo, o tempo era de mudança política e social.

pesquisadores responsáveis pelas primeiras obras que analisavam fenômenos do jornalismo contemporâneo. Pertencem a essa geração Carlos Rizini, Danton Jobim, Pompeu de Souza, Celso Kelly, Marcelo de Ipanema, Freitas Nobre, entre outros.

Desde a sua origem, a formação dos profissionais da comunicação coletiva no Brasil pauta-se pelos princípios vigorantes na nossa estrutura universitária, refletindo seus modelos institucionais, mas assimilando também suas contradições pedagógicas (MELO, 1991, p. 12).

Verificando os fatos históricos desde os primeiros cursos de Jornalismo no Brasil, na década de 1940, até hoje, o ensino desta área vive o dilema sobre qual conhecimento privilegiar na construção do currículo do curso. Para Ferreira (2011, p. 157), “é consenso, entretanto, que a concepção prática das disciplinas nos cursos possibilita ao estudante vivenciar os conceitos nos diversos campos da produção jornalística, como nos veículos impressos, eletrônicos e, agora digitais”.

Conforme Lopes (2001, p. 15), antes da regulamentação da profissão, os cursos de Jornalismo estavam unidos aos cursos de Filosofia e preparavam eruditos e homens de letras, no lugar de profissionais de imprensa, dando ênfase aos estudos da Língua e da Literatura nos currículos. Os cursos passaram por um momento histórico, chamado de Ditadura da Teoria<sup>51</sup>. Com a regulamentação da profissão, em 1969, a situação se inverteu.

Mesmo que as mudanças, nos processos educativos, tendam a ser mais lentas e precisem de muito mais tempo para se adequarem aos movimentos da atualidade, é inegável a conquista de melhorias quando se trata de aproximação entre tecnologias da comunicação e o campo jornalístico na era da convergência digital, permitindo, se não o ideal, muito próximo do que se vivencia no mercado profissional para estes estudantes se comparada aos que passaram pelos bancos universitários há apenas duas décadas passadas (FERREIRA, 2011, p. 166).

De modo geral, Beltrão (2012, p. 30), cita as funções primordiais do curso superior de Jornalismo:

a) formar profissionais, ministrando-lhes conhecimentos da técnica da colheita, redação, interpretação, seleção e apresentação gráfica da notícia, pela utilização de

---

51 A integração dos cursos de Jornalismo às faculdades de Filosofia imprimiu à formação dos futuros profissionais uma orientação teórico e humanista. Preparavam-se homens de letras, eruditos e estilistas da pena no lugar de homens de imprensa. Isso levou, durante muito tempo, os cursos a terem natureza discursiva. Assim, os profissionais formados nos cursos de Jornalismo voltados para essa tendência não levavam para as redações dos jornais a experiência prática ou o conhecimento teórico de sua profissão, embora tivessem um bom embasamento humanístico (LOPES, 1989, p. 31)



métodos e processos racionais e práticos, e, simultaneamente, das ciências e das artes que lhes elevem o nível cultural;

b) promover e desenvolver pesquisas e análises sobre os meios de comunicação das massas, baseados nos modernos métodos de investigação e com emprego de instrumento adequado, visando não somente a melhoria dos padrões técnicos da imprensa da sua região ou país como a sua maior influência na formação da opinião pública;

c) funcionar como um núcleo de renovação dos processos jornalísticos, servindo de laboratório para experimentações de forma (gráficas) e de conteúdo (redacionais) das matérias, secções e serviços que a comunidade espera encontrar nos veículos de publicidade (BELTRÃO, 2012, p. 30).

Complementando a ideia de Beltrão, Teixeira (2011b, p. 88) explica que o sucesso do jornalismo contemporâneo depende do aproveitamento das oportunidades que se apresentam.

É verdade que ainda há um longo caminho a ser percorrido, a fim de atribuir outras muitas competências necessárias aos futuros profissionais. Mas, de qualquer modo, já é possível perceber que o rumo está traçado para a formação de jornalistas, que além de desempenharem com competência as atividades tradicionais, sejam multifacetados, saibam trabalhar em equipes interdisciplinares, pensem o jornalismo com base na integração entre teoria e prática e, principalmente, inovem (TEIXEIRA, 2011b, p. 95).

Ou seja, por meio da prática laboratorial, tais experiências poderão dar suporte à formação dos jornalistas, o que será visto a seguir.

### **4.3 O jornal-laboratório**

O jornal-laboratório prepara o acadêmico para o exercício profissional, sem se submeter com os condicionamentos exigidos no mercado. Ou seja, no espaço laboratorial é, mais do que nunca, permitido e exigido que se ouse, que se experimente, que se vá além do exercício de sala de aula, que tente superá-lo, transformá-lo e inová-lo.

O Decreto de Lei 972, de 17 de outubro de 1969, que regulamentou a profissão de jornalista, tornando o diploma obrigatório, exigiu a implantação dos órgãos laboratoriais nas faculdades. Terminava assim a ditadura da teoria e começava a ditadura da prática, com os cursos passando a ser quase exclusivamente tecnizantes. Os alunos passavam a fazer notícias, reportagens e comentários e até editoriais, sem ter embasamento teórico (LOPES, 2001, p. 15).

Com a obrigatoriedade dos jornais-laboratoriais, os cursos de jornalismo tiveram que se adaptar a um novo currículo escolar. Lopes (1989, p. 33) relata que o ensino discursivo foi cedendo lugar a um ensino que dava ênfase à prática. O ponto fundamental dessa mudança foi a aprovação pelo Conselho Federal de Educação a resolução que determinava que as escolas devessem contar também com órgãos laboratoriais. Essa nova norma é considerada um avanço

nas escolas de Jornalismo, pois a prática laboral possui um papel fundamental na formação de jornalistas.

O órgão laboratório é um instrumento de reprodução da prática jornalística vigente ou um veículo para a criação das alternativas em relação ao que existe na sociedade? As duas opções são fundamentais: reproduzir a realidade, criar inovações. É importante manter as duas formas combinando-as, intercalando-as e integrando-as. Nos próprios exercícios didáticos que se realizam nos laboratórios é possível contrabalançar a reprodução dos padrões jornalísticos dominantes com a criação de novos modelos que possam constituir alternativas viáveis (LOPES, 1989, p. 34).

Contudo, os jornais-laboratório se fortaleceram a partir da proibição dos estágios profissionais, conforme prevê o Decreto nº 83.284/79 (que regulamenta a profissão de jornalista), em seu artigo de número 19. Diante disso, os órgãos laboratoriais passaram a se destacar por oferecerem uma dupla perspectiva aos estudantes, como mostram Spannenberg, Barros e Jerônimo (2013, p. 22): “Por um lado, um espaço de vivência das práticas de redação e, por outro, uma possibilidade de refletir sobre o mercado e repensar seus modelos”. E, mais tarde, torna-se obrigatório a inserção de jornais-laboratório nos cursos de jornalismo.

[...] o ponto alto do ensino profissionalizante em jornalismo ocorreu com a Resolução nº. 03/78, aprovada pelo Conselho Federal de Educação, que estabelecia a obrigatoriedade de órgãos laboratoriais dentro das faculdades. Desse modo, esses veículos passaram a desempenhar o papel de instrumento didático básico do curso de jornalismo, e, desde então, devem ser utilizados pelos estudantes como forma de articular a teoria apreendida em sala de aula com a prática (VILLAÇA, 2010, p. 3).

De tal modo, segundo Lopes (2001, p. 11), a preocupação com a prática no ensino de Jornalismo, sugeriu na década de 60, durante a Conferência Nacional de Jornalistas, em Manaus, a reestruturação dos cursos e a implantação de laboratórios experimentais. Lopes (2001, p. 16) lembra que havia debates entre aqueles que defendiam o tecnicismo e aqueles que lutavam pela formação humanística. A partir da década de 1970, com a criação dos cursos de pós-graduação, os jornalistas que lecionavam disciplinas práticas e estavam fazendo pós, tinham condições de fundamentar teoricamente suas aulas. Enquanto o debate continuava nos cursos de Jornalismo, a prática laboratorial se fortalecia.

Diante desse panorama, foi natural o desenvolvimento de pesquisas em torno do jornal-laboratório. O primeiro pesquisador a discutir a temática do jornalismo-laboratorial foi Dirceu Fernandes Lopes, em sua tese de doutorado, defendida em 1988 e transformada em livro, em 1989. Lopes (1989) mostra que os alunos se sentiam mais motivados quando o veículo tinha um leitor definido, além de reforçar a necessidade do jornal-laboratório como aprendizado de

jornalismo, principalmente em países como o Brasil, onde a legislação trabalhista vetava o estágio em empresas jornalísticas.

Outros pesquisados precursores do jornalismo-laboratorial no Brasil foram Luiz Beltrão, em 1960, com a criação do Jornal Cobaia, uma forma de simular as situações profissionalizantes, e José Marques de Melo, que destacava que os órgãos laboratoriais eram fundamentais como espaço de pesquisa, reprodução ou inovação da prática jornalística (LOPES, 2001, p. 16-17). Melo (2003, p. 23) relata que na década de 1940, a equipe em torno de Luiz Beltrão, fundador do Instituto de Ciências da Informação da Universidade Católica de Pernambuco e da revista Comunicações & Problemas, primeiro periódico acadêmico nacional dedicado às ciências sociais da comunicação, influenciou e se ampliou por todo o país.

Melo, ao prefaciá-la obra *Jornal-laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor*, de Dirceu Fernandes Lopes, mostra a importância do jornal-laboratório.

Ao jornal-laboratório pode-se creditar uma mudança significativa na apreensão da competência profissional pelos jovens estudantes que optaram pelo ingresso no Jornalismo através dos bancos universitários. Trata-se de uma experiência pouco conhecida fora do mundo acadêmico, cuja repercussão sociocultural começa a ganhar terreno em função de iniciativas duradoras realizadas pelas principais universidades brasileiras (MELO, 1989, p.11)

Seguindo esta linha, Barbosa (2016, p. 254) enfatiza que a prática laboratorial, compreende uma articulação constante com a teoria, além de requerer uma aproximação epistemológica com o que se discute a respeito do jornal. “É oportunidade de refletir e constantemente repensar modos de fazer a atividade, ancorada na tradição do pensamento acerca do jornal como produto e como objeto de pesquisa – como ciência” (BARBOSA, 2016, p. 254). Como exemplo disso, pode-se citar as práticas inovadoras em transformar um jornal impresso em uma versão audiodescrita, cujo projeto está sendo desenvolvido pelos acadêmicos de Jornalismo da Unisc.

Durante o VII Encontro de Jornalismo Regional, realizado em 1982, sobre órgãos laboratoriais impressos, na Faculdade de Comunicação de Santos, chegou-se ao seguinte conceito para jornal-laboratório:

[...] é um veículo que deve ser feito a partir de um conjunto de técnicas específicas para um público também específico, com base em pesquisas sistemáticas em todos os âmbitos, o que inclui a experimentação constante de novas formas de linguagem, conteúdo e apresentação gráfica. Eventualmente seu público pode ser interno, desde que não tenha caráter institucional (LOPES, 1989, p. 50).

Essa comissão ainda concluiu que é necessária a existência de múltiplos veículos em uma mesma escola, a fim de proporcionar aos acadêmicos a prática das diferentes técnicas jornalísticas. E durante todo o projeto (linhas gráficas e editoriais) devem contar com a participação de alunos e professores.

A produção de jornais-laboratórios enfrenta, hoje, dilemas inerentes à natureza da prática jornalística contemporânea, marcada por rápida e constante transformação, tanto no que diz respeito às linguagens quanto na relação com as novas tecnologias de disseminação e compartilhamento da informação. Na atualidade, a experiência de trabalhar com veículos impressos não se restringe – como em outros tempos – ao processo de reportagem, edição e impressão de jornais ou revistas. Trata-se, de outro modo, do desafio da permanente convergência (de mídias, linguagens e procedimentos): para além da relação com o leitor da publicação, é preciso construir inovadoras plataformas de “convívio”, diálogo e coparticipação (CUNHA; SILVA JR, 2013, p. 92).

O jornal-laboratório, conforme Silva Filho (2012, p. 30), é um meio de comunicação feito por alunos do curso de jornalismo sob a supervisão e orientação de professores, capazes de contribuir de forma eficaz para a formação do futuro profissional. Por esse viés, Marques (2013, p. 107) sinaliza dois caminhos para o exercício laboratorial: ser um espaço de prática ou tornar-se um espaço de experimentação. Contudo, os cursos de Jornalismo devem assumir sua condição de espaço de pesquisa e enfatizar, mais do que nunca, o caráter experimental de seus laboratórios: ambiente para tentar e errar, mas também para reconhecer que a ciência é uma atividade criativa.

A importância dos laboratórios é, entre outras funções, formar jornalistas que tenham interesse pela análise crítica e as desenvolvam através de suas práticas profissionais em produção laboratorial. O importante não é a mera demonstração de como fazer, mas de experimentação crítica dos modelos jornalísticos dominantes e a criação de modelos alternativos ou modos de fazer alternativo. E as tecnologias digitais transformaram essa experimentação em algo “vivo” e imediato. Em uma única plataforma como o computador, a prática multimídia converge, como nunca antes foi possível (FERREIRA, 2011, p. 159).

Neste sentido, Melo (1985, p. 121) salienta o papel importante dos órgãos laboratoriais no processo de aprendizagem:

Eu acho que eles são o espaço através do qual o ensino de jornalismo adquire a sua própria vivacidade. Mas nós não podemos manter órgãos laboratoriais independentes das atividades de transmissão de conhecimento, nas próprias disciplinas de natureza profissional. Eu só entendo a existência de órgãos laboratoriais, em qualquer curso de jornalismo, na medida que eles estejam a serviço da teoria, eles estejam para permitir a aplicação prática de conhecimentos sedimentados e muitas vezes para negar a própria teoria, para produzir um conhecimento novo. Sem essa orientação, parece-me que esses laboratórios podem se tornar verdadeiros equívocos (MELO, 1985, p. 121).

Os apontamentos realizados por Melo (1985) sobre a prática laboratorial são pertinentes, mesmo sendo feitas há quase 30 anos, e com o passar do tempo, amadurecimento das instituições e dos cursos de Jornalismo, o jornal-laboratório deixa de ser um mero exercício escolar, que atende ao currículo do curso, e passa a se tornar uma atividade pedagógica relevante. O autor (1985, p. 124) também defende que os jornais-laboratório devem ser entendidos como espaços pedagógicos e vinculados a uma comunidade à qual eles se dirigem. Além de serem espaços de criação livre e de ter também a sua própria política

Outro aspecto para tornar-se jornalista, apontado por Moraes Júnior (2013, p. 69), é conter na sua formação os valores de cidadania e de sociedade. “As práticas laboratoriais ultrapassaram a noção de ensaio experimental para se tornarem uma iniciativa factível de serviço comunitário e produção midiática alternativa” (FERREIRA, 2011, p. 158). A partir disso, percebe-se que a prática laboratorial audiodescrita, analisada nesta dissertação, também assume os valores de cidadania e de sociedade, proposta por Moraes Júnior, além de prestar um serviço comunitário, como sugere Ferreira.

Formar jornalistas sem que lhes desperte o interesse pela crítica dos padrões vigentes na sociedade e sem que lhes ofereça oportunidades de testar tais modelos em laboratórios e de criar alternativas inovadoras, sempre foi motivo de frustração generalizada na área desde a década de 1950 (FERREIRA, 2011, p. 158).

Neste sentido, preocupado com a inserção das pessoas com deficiência visual na sociedade, o professor Demétrio de Azeredo Soster implantou a audiodescrição, em disciplinas que produzem jornais-laboratório, do curso de Jornalismo, da UNISC. A iniciativa possibilita uma melhora na qualidade de vida dos cegos, além de torná-los mais autônomos e informados. Por outro lado, traz aos acadêmicos a questão social, uma vez que desperta a consciência social, a necessidade em pensar produtos comunicacionais acessíveis. Aliado a isso, a ação contribui para informar e também para instrumentalizar uma parcela da população que não teria acesso aos conteúdos imagéticos do impresso.

Nas palavras de Lopes (1989, p. 159), “não basta fazer jornais-laboratório que se preocupam apenas com a expectativa dos participantes, sem se preocupar com a recepção”. Entende-se que a partir disso, pensar como o leitor/ouvinte/internauta/telespectador irá receber essa informação também faz parte do processo de aprendizagem nos órgãos laboratoriais. Contudo, pensar nas práticas jornalísticas acessíveis, para que todos recebem essa informação, sem barreiras, é tão importante quanto pensar no conteúdo do jornal. Assim, a experimentação

no Jornal Unicom encontra um terreno fértil para tentar novas práticas no jornalismo, com a produção de materiais audiodescritos.

#### **4.4 Uma pirâmide perfeita: inclusão x jornalismo-laboratorial x experimentação**

O jornalismo, como salienta Koshiyama (2011, p. 33), é uma atividade fundamental para a defesa dos direitos e a veiculação dos deveres dos cidadãos em um estado democrático, liberal e capitalista, pois possibilita a difusão da informação. Entretanto, quando dizemos que o jornalismo possibilita que todos sejam informados, temos que garantir que o meio de comunicação seja acessível também àqueles que possuem alguma deficiência. A partir disso, a preocupação de inserir a acessibilidade no currículo de formação de jornalistas, passa a ser fundamental.

Melo (2007) desafia a nova geração dos estudiosos do jornalismo a buscarem alternativas pedagógicas que correspondam aqueles que não possuem acesso às informações. Para o autor os pesquisadores da área possuem o dever de repensar as estruturas de ensino, pesquisa e extensão, tornando o espaço universitário um instrumento de transformação social, bem como da elevação do nível cognitivo daqueles que estão excluídos da sociedade de consumo. “Nossa meta é construir um jornalismo radicalmente inclusivo” (MELO, 2007).

A audiodescrição no jornalismo laboratorial impresso induz pensar nas imagens contidas neste meio. Ou seja, descrever as fotos jornalísticas e as ilustrações. Para Buitoni (2011, p. 90) a foto jornalística está vinculada a valores informativos e/ou opinativos e à veiculação num órgão dotado de periodicidade. Além disso, a fotografia possui relevância social e política e possui relação com a atualidade com um caráter noticioso. A partir disso, percebemos a importância em audiodescrever as imagens do impresso.

A narratividade que pode estar presente numa foto isolada é a mesma potencialidade narrativa de um fragmento de ação. O jornalismo tem uma natureza intrinsecamente narrativa, pois relata acontecimentos e ações de pessoas, animais e meio ambiente. Daí podemos inferir que uma foto que apresenta uma narratividade latente estará mais apta a fazer interface com o texto (BUITONI, 2011, p. 58).

A elaboração de um produto jornalístico acessível é uma tarefa difícil, exige preparo, atenção e criatividade:

A dificuldade se dá, principalmente, devido ao despreparo desses profissionais para lidar com temas preponderantes, como educação, saúde, violência e inclusão. As faculdades de comunicação raramente oferecem disciplinas que qualifiquem os

futuros comunicadores para compreender ou tratar dessas questões. Por outro lado, aqueles que atuam no campo dos direitos, sejam eles juristas ou ativistas, que, enquanto fontes privilegiadas, poderiam estabelecer um diálogo sistemático e educativo com a mídia, pouco sabem lidar com os processos e os profissionais da comunicação. Assim, o que poderia se tornar uma aliança estratégica acaba por se constituir em um grande fosso de incompreensão (ESCOLA DE GENTE, 2002, p. 100).

O jornalismo impresso utiliza a fotografia como uma ferramenta para o testemunho ocular, um registro da realidade e, sobretudo a marca da credibilidade. Quando o conteúdo imagético não é acessível aos cegos, o veículo de comunicação não está promovendo a inclusão. Assim, a audiodescrição no jornalismo impresso pode ser uma alternativa para garantir o acesso das pessoas com deficiência visual à comunicação. Pensando nisso, a jornalista Melina Cardoso, inseriu a técnica nas charges políticas da Folha de São Paulo, a experiência foi retratada em um artigo publicado no *e-book Audiodescrição: práticas e reflexões* (CARPES, 2016).

Eis uma questão bastante pertinente, a inserção da temática acessibilidade na formação de jornalistas. Sobretudo porque o fazer jornalístico está exatamente na esfera do interesse público e só tem sentido quando cumpre a sua função social e seu compromisso com a cidadania. Nesse sentido, Moraes Júnior (2013, p. 64) analisa a trajetória do jornalismo e seu compromisso com o interesse público e revela que, assim como a cidadania, o jornalismo não implica apenas um direito – o direito fundamental à informação –, mas também um dever. Ou seja:

Aprender o sentido do jornalismo, hoje, passa pelo entendimento de que o acesso dos indivíduos às tecnologias de informação e comunicação infere em uma dimensão até agora inusitada na construção da notícia jornalística. Em linhas gerais, o público passa a ter papel cada vez maior, efetivo e colaborativo nesse processo (MORAES JÚNIOR, 2013, p. 64)

Por esse viés, podemos analisar o quão importante é o acesso sem barreiras à informação. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresenta uma preocupação em promover a inclusão comunicação. No título IV – da Ciência e Tecnologia, desta lei apresenta:

Art. 78. Devem ser estimulados a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação e às tecnologias sociais.  
Parágrafo único. Serão estimulados, em especial:  
Parágrafo único: I - o emprego de tecnologias da informação e comunicação como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência.

A ética jornalística também implica responsabilidade social. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), contempla claramente esses valores, quando reserva o primeiro capítulo para tratar do Direito à Informação:

I – Do direito à informação

Art. 1o – O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2o – A divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade.

Art. 3o – A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art. 4o – A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

Art. 5o – A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

Em linhas gerais, o documento reflete os princípios da igualdade, liberdade, justiça e paz no mundo, que também estão inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>52</sup> e serve de referência de como a prática profissional do jornalista está comprometida com o interesse público. Assim, conforme Moraes Júnior (2013, p. 95) são valorizadas as prerrogativas de uma formação humanística, baseada em uma perspectiva reflexiva e crítica da sociedade. “Por essa razão, projetos pedagógicos dos cursos valorizam objetivos e conteúdos curriculares voltados para as Ciências Sociais e Humanas em articulação com as especificidades e práticas jornalísticas” (MORAES JÚNIOR, 2013, p. 95).

A UNESCO (1980, p. 230) também está engajada na causa em prol da comunicação a todos, inclusive considera a comunicação como um aspecto dos direitos humanos. A organização recomenda àqueles que trabalham com os meios de informação, contribuir para a realização dos direitos humanos, tanto individuais como coletivos, colaborando, dessa forma, para que nenhum direito humano seja violado. A organização ainda ressalta que todos têm o direito de comunicar. Para garantir o direito de comunicar seria preciso dedicar todos os recursos tecnológicos de comunicação a atender às necessidades da humanidade a esse respeito.

Entende-se, a partir disso, que o meio de comunicação que levará a informação precisa

---

<sup>52</sup> Disponível em: [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em 09 ago. 2016.



ser acessível. Pois só há cidadania, liberdade de opinião e expressão quando a informação não encontra barreiras. Por esse viés, é imprescindível que as escolas e as universidades adotem medidas de inclusão social na estrutura curricular dos cursos, como forma de aprendizagem e conscientização dos acadêmicos. “Do contrário, o direito de comunicar se esvazia, na medida em que o seu exercício fica limitado aos poucos instruídos, capazes de formular mensagens, recheá-las de conteúdos e disseminá-las adequadamente” (MELO, 1986, p. 69).

Pelo viés da educação, o MEC inseriu a acessibilidade em diversos aspectos nos cursos superiores. Assim, o órgão publicou em junho de 2015, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância<sup>53</sup>, no qual apresenta a acessibilidade como critério de avaliação em diversos quesitos. Como:

**Estrutura curricular:** A estrutura curricular contempla, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica<sup>54</sup> e atitudinal<sup>55</sup>, articulação da teoria com a prática.

**Conteúdos curriculares:** Possibilitar o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia, abordagem de conteúdos referentes às relações étnico-raciais, direitos humanos, políticas ambientais, bem como acessibilidade.

**Metodologia:** Quando as atividades pedagógicas se apresentam excelente coerência com a metodologia prevista/implantada, inclusive em relação aos aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal.

Além dos quesitos citados acima, o documento propõe acessibilidade em outros aspectos, como: apoio ao discente, tecnologias de informação e comunicação – no processo ensino aprendizagem, material didático institucional, infraestrutura da universidade, equipamentos de informática, laboratórios didáticos especializados.

Neste espaço laboratorial, os professores precisam de uma busca constante de aperfeiçoamento para repassar aos acadêmicos os conhecimentos necessários. Teixeira explica:

O jornalista não pode e nem deve ser um mero “produtor” de conteúdo e sua formação, no nosso entender, ultrapassa esta perspectiva. Acreditamos ser fundamental que os alunos concebam, a partir da orientação de seus professores e de um ensino calçado

53 Este Instrumento subsidia os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para a modalidade presencial e a distância. De acordo com o art. 1º da Portaria Normativa 40/2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010.

54 Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

55 Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras

na investigação permanente, produtos para plataforma distintas, pensando em fatores igualmente distintos e em suas especificidades, mas a partir da organização de trabalho através de equipes multidisciplinares que integrem estudantes, técnicos e professores/pesquisadores (TEIXEIRA, 2011a, p. 28)

Sugere-se que as práticas inclusivas laboratoriais sejam estabelecidas a partir da inserção de novas linguagens por docentes capacitados, com o objetivo de que os acadêmicos se sintam atraídos pelo ensino, sendo capazes de aprender e refletir sobre o que está sendo ensinado. Assim, o diálogo entre professor-aluno juntamente com as demandas do mercado torna possível a implantação das práticas inclusivas laboratoriais.

#### **4.4.1 Produzindo materiais audiodescritos**

Conforme Ferreira (2011, p. 151) a estrutura da informação jornalística considerada como tradicional, com seus elementos comuns bem definidos de fontes, mediadores e receptores está em transformação frente às novas realidades já consolidadas e provocadas pelas inovações tecnológicas, transformações sociais e atitudes e políticas das que se tinha até então. “Nessa perspectiva é indiscutível que o jornalismo, entendido como profissão, está em mudança” (FERREIRA, 2011, p. 95). Diante do exposto, faz-se necessário preparar os futuros jornalistas a esta nova realidade e uma das demandas refere-se às questões da acessibilidade comunicacional, ou ainda, aos jornais impressos, o uso da audiodescrição para conteúdos imagéticos.

Uma das poucas certezas que se tem é que o cenário do Jornalismo audiovisual contemporâneo passará por profundas mudanças, não apenas em decorrência dos avanços tecnológicos, mas sobretudo em função do estabelecimento de um novo modelo de transmissão de conteúdo, o qual afetará os produtos e processos jornalísticos e, por conseguinte, os profissionais. O desafio atual é, portanto, desenvolver formas diferenciadas de produção, gerenciamento e distribuição de conteúdos para as ferramentas digitais emergentes. As experimentações já identificadas hoje, nos permitem afirmar que têm sido dado passos a fim formar profissionais preparados e capacitados para a construção de um Jornalismo baseado nas possibilidades e especificidades do novo meio (TEIXEIRA, 2011b, p. 95).

Para produzir a audiodescrição de um material (áudio) visual, deve-se partir do princípio de que esse recurso é sempre realizado a partir de um produto finalizado. “Primeiramente fazemos o que podemos chamar de decupagem” (SANTANA, 2010, p. 112), ou seja, é realizada a separação de todas as informações para entender o produto, como o ritmo, o enredo, enfim, todas as características que se julgam essenciais para esse primeiro momento. Tavares (2013, p. 4) explica que a melhor forma de executar uma audiodescrição é com planejamento e

entendimento com o produtor contratante<sup>56</sup>. Também é importante que o profissional que fará a audiodescrição tenha conhecimento prévio da obra e de suas peculiaridades.

No caso das artes performáticas, por exemplo: o *script*, as informações sobre o cenário, o figurino, a iluminação, a trilha sonora etc. O ideal é que o audiodescritor escreva um roteiro (composto de notas proemias e da audiodescrição propriamente dita) e, dependendo da situação, grave ou ensaie o roteiro com o elenco quantas vezes achar necessário (TAVARES, 2013, p. 4).

A construção de uma audiodescrição com qualidade implica o estudo sobre o contexto do material que receberá o recurso, suas características e o campo em que a obra se situa, como, por exemplo, a arte, a dança, o cinema, o teatro, a pedagogia, etc. Nesse momento, é imprescindível compreender se os elementos linguísticos foram respeitados com rigor para que o significado da mensagem a ser passada pelo recurso seja a mesma daquela a ser passada pela imagem.

A audiodescrição vai muito além da descrição de informações percebidas pela visão. Conforme Araújo (2010, p. 84), questões técnicas, linguísticas e fílmicas precisam ser observadas para realizar esse trabalho. Um audiodescritor competente precisa estar preparado para lidar com problemas, tais como:

1. Que informação priorizar?;
2. A sobreposição entre o áudio do filme e da AD é sempre não recomendável?
3. Como deve ser a narração? Semelhante a uma contação de histórias? Monocórdia ou com inflexões de voz?
4. Quais as características do texto da AD? Semelhante a um texto literário? Com descrições detalhadas dos personagens, do enredo e da ação? Ou deve somente privilegiar a ação? (ARAÚJO, 2010, p. 84).

Outro detalhe importante é quanto à possibilidade da participação do autor da obra junto a um consultor como parceiros na construção do roteiro da tradução. Essa ação conjunta resulta diretamente em uma melhor percepção do audiodescritor, dando à obra maior riqueza em detalhes e informações para aqueles que não a enxergam.

Assim, há uma grande demanda por profissionais qualificados e experientes para atuar nessa área, reflexo da constante evolução em prol da acessibilidade e, conseqüentemente, a constituição de um mercado. Porém, para realizar qualquer audiodescrição é exigida uma equipe de multiprofissionais envolvidos, que contribuem significativamente com a qualidade e maior clareza do produto final. Mianes (2016, p. 12) sugere como seria uma equipe ideal para as elaborações das audiodescrições:

---

<sup>56</sup> Aquele que irá contratar os serviços de audiodescrição.

Dentro da equipe de audiodescrição (AD), existem o audiodescritor-roteirista, o audiodescritor-narrador e o consultor. O roteirista é o profissional que faz a tradução das imagens e estímulos sonoros, que não se pode compreender, para palavras. É quem toma as decisões tradutórias e escreve as imagens para elaborar o roteiro, pensa a estrutura da AD dentro de determinada produção cultural, redige o texto, calcula o tempo e os espaços que a AD poderá ser inserida.

O audiodescritor-narrador é aquele que realiza a locução do roteiro, observando a entonação, a velocidade e a modulação da voz afim de torná-la a mais adequada possível para a compreensão do público. O roteirista e o narrador podem ou não ser a mesma pessoa, já que em alguns casos ocorre a acumulação dessas duas funções pelo mesmo profissional (MIANES, 2016, p. 12).

Além desses profissionais, Mianes (2016, p. 13) recomenda que nessa equipe de multiprofissionais, faça-se presente o consultor em audiodescrição, pessoa com deficiência visual – cega ou com baixa visão – que avalia a pertinência e a qualidade do roteiro da audiodescrição.

A profissão de audiodescritor foi incluída no Código Brasileiro de Ocupações, na família de tradutores, intérpretes de língua de sinais, filólogos e linguistas. Essa foi a primeira etapa para o reconhecimento da profissão. Este novo mercado profissional está se constituindo pouco a pouco, à medida que a sociedade se conscientiza sobre a necessidade de oferecer oportunidades de acesso à cultura e à informação para os cegos. A execução de uma AD deve ser realizada por profissionais preparados para decidir que estratégia adotar na hora em que estas dificuldades aparecerem.

Além disso, o audiodescritor deve ter habilidades linguísticas para descrever o que está vendo, ser objetivo e ético, aptidões que também são desenvolvidas pelos jornalistas. Também é fundamental que o profissional siga uma trajetória lógica para que o ouvinte entenda da melhor forma possível. É importante utilizar um vocabulário rico para traduzir as diferentes ações que estão ocorrendo e fazer uso de uma entonação de voz correta, com pausas bem marcadas, contribuindo, assim, para a produção de sentidos e para um bom entendimento daquele que está usando o recurso da audiodescrição. O audiodescritor, portanto, será a ponte entre a imagem não vista e a imagem construída por meio de referências sonoras, conduzidas e esculpidas na imaginação de quem as ouve.

Segundo Santana (2010, p. 112), é imprescindível mapear o que for audiodescrever, o que tem relevância para o melhor entendimento da mensagem, e o que pode, caso for necessário, ser cortado em termos de descrição. Para o autor, é importante respeitar integralmente a obra original, tomando cuidado para não fazer suposições nem antecipar alguma situação ou informação que ainda não foram concretamente apresentadas.

Silva *et al* (2010) relatam a importância da execução do roteiro para produzir materiais com recurso da audiodescrição:

O roteiro é um recurso de suporte para a execução do trabalho do audiodescritor que deverá ser discutido, preferencialmente, por mais de um profissional, por isso recomenda-se que o tradutor dialogue com artistas ou pessoas envolvidas na atividade em questão. Assim, quanto mais o roteiro é debatido, analisado e revisado, mais susceptível a acertos. (SILVA *et al*, 2010, p. 12).

Porém, conforme Silva *et al* (2010, p. 12), nem sempre quem faz o roteiro realiza a locução, portanto, “é essencial que o texto seja claro e fiel ao objeto da audiodescrição para que qualquer pessoa possa fazer a elocução dele”.

Embora para a elaboração de um roteiro e locução de um material audiodescrito seja necessário um conjunto de normas, não há dúvidas de que cada meio em que será veiculado o produto adaptado possua suas características peculiares. “Definir tais regras, mais do que um profundo estudo, terá papel fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de consumo do produto audiodescrição” (SANT’ANA, 2010, p. 141). Para isso, é essencial que, cada vez mais, sejam ofertados eventos que possuem esse recurso. Sant’ana (2010) explica ainda que é importante a criação de mecanismos que garantam uma evolução harmoniosa entre os mais diversos segmentos da audiodescrição, para que o movimento ganhe força e coesão no tratamento do assunto de maneira ampla, ficando somente as especificidades de cada segmento como algo a ser considerado particularmente.

Ainda sobre a elaboração do roteiro, Tavares (2013, p. 36) destaca o trabalho do consultor de audiodescrição, o mais indicado é uma pessoa com deficiência visual, com conhecimento da técnica desse recurso e da área da linguagem da obra que está sendo audiodescrita, além de revisar o roteiro do audiodescritor e apontar as possíveis lacunas de incompreensão. Apesar de todo o referencial teórico que embasa os audiodescritores e as pesquisas dos grupos acadêmicos, é fato que a pessoa com deficiência visual não pode iniciar o processo de construção do roteiro, uma vez que não está vendo a cena. “Porém, é de extrema importância que essa pessoa seja um elemento-chave na finalização do roteiro de audiodescrição” (FRANCO, 2010, p. 3).

Diante do exposto, os autores Lima e Silva (2010, p. 10) defendem o direito à acessibilidade à informação na dimensão da inclusão social, na qual o audiodescritor possui papel fundamental. Esse profissional deve estar consciente dos benefícios da audiodescrição para os usuários diretos e indiretos do serviço. O tradutor também precisa considerar claramente

que a acessibilidade comunicacional é um direito assegurado pela legislação internacional e nacional.

O alcance da audiodescrição também mostra ampliações em termo de público. Santana (2010, p. 113) salienta que as empresas certamente ficarão atentas a essa nova possibilidade de comercializar seus produtos para um novo mercado, um novo público. A competitividade nesse meio é muito acirrada e cada nova fatia conquistada significa muito na disputa.

A audiodescrição é, sem sombra de dúvidas, um mercado de trabalho cujo potencial é riquíssimo, tanto para os audiodescritores roteiristas e narradores, quanto para as próprias pessoas com deficiência visual, que são os mais adequados para trabalharem como consultores de obras audiodescritas (CAMPOS, 2010, p. 119).

Desta forma, quando surge a preocupação de uma empresa em tornar seu material acessível, algumas recomendações são necessárias para que o produto audiodescrito cumpra sua função. Segundo Tavares (2013, p. 34),

[...] para realizar a audiodescrição, é preciso contratar um audiodescritor, pessoa capacitada, com formação e experiência em audiodescrição, que tenha conhecimento da pessoa com deficiência e de suas necessidades. Preferencialmente, um profissional que tenha familiaridade com a área do trabalho a ser audiodescrito. Isto significa dizer que o audiodescritor não deve ter apenas conhecimento da técnica da audiodescrição, mas também precisa conhecer a linguagem artística que será audiodescrita, seja circo, teatro, artes plásticas etc. Tal conhecimento decerto fará com que o audiodescritor se aproxime com mais facilidade da intenção da obra e das ideias do autor. Lembramos que a audiodescrição deve ser encarada como uma mediação da obra e, portanto, cabe à equipe de produção e à direção permitirem que o audiodescritor tenha acesso a qualquer informação que se faça necessária para a produção da audiodescrição (TAVARES, 2013, p. 34).

O jornalismo e audiodescrição são áreas que possuem semelhanças. Por exemplo, Beltrão (2012, p. 99) conceitua a descrição jornalística, principal instrumento da narração, como uma exposição detalhada. Para o autor, é uma espécie de retrato por meio da linguagem, dos tipos, de determinado momento ou circunstância da ação e do ambiente em que o fato se desenvolve. Pois, “o jornalista deverá, portanto, para bem descrever, exercitar os seus dotes pessoais para ver, e saber ver mais coisas ao mesmo tempo, exigências à dinâmica do seu ofício” (BELTRÃO, 2012, p. 100). Assim, a descrição jornalística compreende três tipos:

- **Descrição pictórica:** tanto o objeto descrito como o sujeito que descreve estão imóveis, em posição semelhante a de um pintor diante de seu modelo. O paralelismo entre a atividade do jornalista que descreve pictoricamente e a do pintor se estende também aos elementos a que ambos devem atender e manejar e que são, pela ordem de importância e surgimento nesta espécie de trabalho, a **luz**, a **cor** [...] e, finalmente, a **massa**, isto é, o conjunto dos objetos, seres, coisas apresentadas dentro dos limites do quadro que pretendemos descrever.

- **Descrição tipográfica:** o objeto está imóvel e o sujeito que o descreve, em movimento. Temos em jogo os mesmos elementos, sendo a sua ordem de importância e surgimento na descrição que difere. [...] Assim, o primeiro elemento da descrição desse tipo comporta: a **massa**, o relevo, o volume dos seres, objetos e coisas distribuídas na cena. Logo, a **luz** e a **cor** restarão como elementos decorativos.
- **Descrição cinematográfica:** o objeto está em movimento, e o sujeito que o descreve permanece imóvel. A situação é semelhante a do espectador de uma cinta cinematográfica. Além dos elementos já referidos, um outro surge agora: o **som** (BELTRÃO, 2012, p. 100).

O que se percebe a partir disso, é que na audiodescrição há uma tradução do visual em verbal, para ampliar o entendimento dos cegos a determinados produtos. Já na descrição jornalística, o profissional utiliza a técnica para mostrar ao seu público que esteve na cena ou ainda para dar mais detalhes do fato, o que será visto a seguir.

#### 4.4.2 A audiodescrição no jornalismo

Pode-se adaptar o trabalho da audiodescrição de produtos imagéticos com a rotina do radiojornalismo. Barbeiro e Lima (2003, p. 94) relatam que para a redação de uma rádio *all-news* deve levar em consideração a funcionalidade e a proximidade dos equipamentos e das pessoas. Se não houver organização, fatalmente a qualidade do trabalho será comprometida e salientam que nada adianta conhecermos toda a tecnologia de hoje, se não houver colaboração de todos os jornalistas da redação.

Compreendido como a audiodescrição se estabelece em conteúdos imagéticos, o próximo passo é compreender algumas recomendações para a produção de radiojornais. O roteiro e a locução do Unicom audiodescrito, por exemplo, é elaborado a partir do entendimento de audiodescrição, de descrição de imagens e de radiojornalismo.

Barbeiro e Lima (2003, p. 72-77) sinalizam algumas recomendações para a redação do texto no rádio, nas quais, foi adaptado para o Unicom audiodescrito:

- O texto pode ser corrido, quando lido por um único narrador, ou manchettato, quando lido por dois locutores. A decisão do uso do texto cabe à equipe.
- O texto começa com o *lead*. Iniciar o texto com a novidade, o fato que atualiza a notícia e a torna o mais atraente possível, a missão aqui é conquistar o ouvinte na primeira frase.
- O texto deve ter uma sequência lógica.
- A pontuação merece atenção especial.

- Adjetivação excessiva ou inadequada enfraquece a qualidade e o impacto da informação. Substantivos fortes e verbos na voz ativa reforçam a densidade indispensável ao texto jornalístico.

- O texto precisa ter ritmo. Evite frases longas, elas dificultam a respiração do narrador e são mais difíceis de ser entendida pelo ouvinte. Cada frase deve expressar uma ideia.

- Prefira a forma coloquial.

- Evite a repetição de palavras.

- Os termos técnicos devem ser explicados.

- A revisão de um texto é a melhor maneira de se evitar erros. Com a leitura em voz alta é possível descobrir problemas com sonoridade das palavras, concordância, cacofônicos, frases sem sentido, entre outros que podem comprometer a qualidade da informação.

No que tange a edição de matérias radiofônicas, Barbeiro e Lima (2003, p. 78) explicam que é a forma de se construir de maneira mais organizada uma reportagem ou uma sequência de sonoras capazes de relatar um fato jornalístico, da mesma forma acontece com as edições audiodescritas. Os autores (2003, p. 78-83) citam algumas orientações, das quais também são importantes nas edições de jornais audiodescritos, tais como:

- A edição deve sempre refletir a verdadeira condição dos fatos. É uma questão ética.

- Preste atenção no ritmo da fala, na entonação, pausa e respiração. Esses detalhes são importantes nos cortes e emendas necessários em uma edição.

- Os pontos ideais para os cortes e emendas são descobertos pelo editor com a prática e a sensibilidade. A regra básica é dar sentido à fala.

- Algumas reportagens são passíveis da utilização de músicas. Não há qualquer impedimento para que sejam usadas, apenas há que se ter critério e bom senso, considerando-o sempre o valor desse tipo de sonora para ilustrar a edição e sua função na história. A música pode aparecer tanto no desenvolvimento como no final da edição. No último caso é sempre conveniente encerrar com a queda do áudio e indicar no texto o uso desse recurso para que não haja corte brusco no encerramento da matéria.

Em suma, conforme o Manual de audiodescrição elaborado para produtos jornalísticos laboratoriais impressos (CARPES; SOSTER, 2016), há doze passos para inserir a técnica da AD no jornal-laboratório:

1º) Formar a equipe: Escolher os alunos que serão responsáveis pela audiodescrição do jornal. A equipe ideal é composta pelo editor, roteirista, narradores e o consultor.



2º) Pesquisar o produto que será audiodescrito: A audiodescrição é realizada a partir de um produto finalizado, a partir disso, é essencial conhecer o produto em questão e materiais audiodescritos.

3º) Planejar a produção: Esta etapa é destinada ao planejamento. Definir o cronograma, tempo de envolvimento da equipe no projeto, material de apoio e equipamentos disponíveis.

4º) Estude o material que será audiodescrito: É importante destacar as informações mais relevantes, que ampliam o entendimento dos cegos.

5º) Escreva o roteiro: Com as páginas diagramadas, inicia-se o processo de produção do roteiro da audiodescrição.

6º) Ensaie a audiodescrição: Os ensaios evitam erros. É importante, nesta etapa, que a pessoa, ou pessoas responsáveis pela captura do áudio e que trabalharão na edição dos textos estejam presentes.

7º) Grave em estúdio: Equipamento técnico de gravação de qualidade é fundamental para o resultado final. Um estúdio de rádio é o ideal.

8º) Module a fala: Os elementos linguísticos devem ser respeitados com rigor. As palavras devem ter amplitude, objetividade e clareza.

9º) Acompanhe o processo da audiodescrição: Nesta etapa seria importante que os autores de tais trabalhos participem do processo de gravação. Além do aprendizado que a prática permite, será possível verificar se o roteirista e o intérprete estão dando um sentido adequado ao material audiodescrito.

10º) Apresente para um consultor: O consultor irá apontar o que está bom e o que tem a ser melhorado nas audiodescrições.

11º) Avalie e aprenda: Após a finalização é imprescindível discutir com a turma os resultados alcançados, como foi o processo de elaboração, o que os acadêmicos aprenderam na prática.

12º) Divulgue a audiodescrição: Divulgar o resultado para que o maior número de pessoas tenha conhecimento dele.

Trazer tais questões para a sala de aula é proporcionar um ensino mais humano e preocupado com a sociedade. Além disso, quando o exercício escolar trabalha com a acessibilidade e a inclusão social, a profissão de jornalista se transforma para melhor, pois há uma liberdade estilística e um compromisso com a sociedade.

Com a nova demanda pela inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, empresas que trabalham no campo da comunicação, tanto no ramo cultural, comunicacional, acadêmico, de entretenimento ou publicitário, veem na acessibilidade um novo mercado a ser trabalhado.

A audiodescrição participa efetivamente dessa nova possibilidade de crescimento profissional e incluí-la na prática laboratorial é formar jornalistas críticos e conscientes de que a informação não deve conter barreiras informativas, que impeçam a acessibilidade comunicativa.

Algumas universidades trazem em seu currículo a prática da acessibilidade no jornalismo. Exemplo disso é o TJ UFSC LIBRAS<sup>57</sup>, da Universidade Federal de Santa Catarina, o primeiro telejornal universitário diário do Brasil, em Libras. O projeto pioneiro começou no ano de 2013, com a parceria entre a equipe do TJ UFSC e o intérprete e estudante de Letras-Libras, Wharley dos Santos. O jornal em LIBRAS é publicado em um canal próprio no *Youtube*<sup>58</sup>, e na página do TJ UFSC no Facebook<sup>59</sup>.

Outro exemplo, é o projeto de extensão do curso de Jornalismo, o *Pampa News: Webjournal Audiovisual Educativo da Unipampa*<sup>60</sup>, do campus de São Borja, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Coordenado pela professora Roberta Roos, desde 2013, o projeto produz um webjornal semanal que apresente questões sociais relacionadas aos contextos em que a universidade está inserida. Além disso, o projeto traz em seu programa, a inserção da LIBRAS, com o intuito de tornar o webjornal acessível às pessoas com deficiência auditiva. Desta forma, permite-se uma abordagem educativa com olhares e possibilidades que vão além das emissoras comerciais de televisão. A partir da produção audiovisual desenvolvida por discentes do curso de Jornalismo, situações da comunidade externa à Unipampa são apresentadas para a sociedade.

Também na Unipampa, os acadêmicos da disciplina de Laboratório de Jornalismo Digital III produzem a revista digital O Infoscópio<sup>61</sup>. A publicação é semestral e contempla temas relacionados ao cotidiano da cidade de São Borja, podendo se aproximar de panoramas nacionais, através da plataforma web. A revista apresenta conteúdos acessíveis a pessoas com deficiência visual e auditiva. A partir do jornalismo interpretativo a construção do conteúdo é atenta a multimidialidade das pautas e ao acesso facilitado a mídias diferentes que permitissem a qualquer pessoa o acesso ao conteúdo na íntegra, sem perdas significativas na apreciação e contextualização da leitura.

A Universidade Estadual do Norte do Paraná promoveu a acessibilidade por meio da Rádio-Vlog Web Universitária<sup>62</sup>, um canal de áudio e vídeo que proporciona um ambiente

---

57 Disponível em: <<http://tj.ufsc.br/tj-libras/>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

58 Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/tjufscclibras>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

59 Disponível em: <<https://www.facebook.com/tjufsc>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

60 Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/pampanewsunipampa>>.

61 Disponível em: <<http://www.oinfoscopio.blogspot.com.br>>

62 Disponível em: <<https://radiouenp.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em 16 ago. 2016.

destinado à inclusão social e digital de pessoas cegas, com baixa visão e surdas, por meio de áudio e vídeos com libras. A universidade onde o projeto é desenvolvido conta com Centros de Letras, Comunicação e Artes. Embora o nome do centro traga a palavra comunicação, o projeto não conta com acadêmicos de jornalismo e áreas afins. Os cursos ofertados nesses centros são os de Letras, com suas diferentes habilitações, como Inglês, Literatura e Espanhol. Atualmente, o projeto de extensão conta com uma equipe formada por estudantes dos cursos de Letras, Pedagogia, História e Ciência da Computação, além da coordenadora, a professora Luciana Brito, do departamento de Letras<sup>63</sup>.

Em 2015, o Jornal Artefato<sup>64</sup>, produzido por alunos do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Católica de Brasília buscava estender seus conteúdos para a versão na internet e acompanhar o cenário de convergência digital no jornalismo. A partir daí, tentou-se institucionalizar a produção de conteúdo para web na prática produtiva do jornal-laboratório impresso e transformá-lo em convergente. Entretanto, naquela edição havia um texto sobre o xadrez adaptado para cegos ou pessoas com baixa visão. Neste momento, foi decidido que o jornal Artefato passaria a ser inclusivo, por meio da gravação de um CD com o jornal falado<sup>65</sup> para atender as necessidades deste público específico. A ideia era que os leitores do jornal pudessem entregar o CD a uma pessoa cega ou com baixa visão.

As experiências laboratoriais acessíveis mostram que é possível adaptar os tradicionais meios de comunicação, inovando na produção, nas rotinas e no fazer jornalístico. Além disso, uma observação importante está no processo de ensino e aprendizagem que passa a dar uma ênfase maior à inclusão social.

A partir disso, para esta pesquisa, propõe-se o seguinte conceito: Jornalismo acessível é toda prática jornalística que produz informações com total entendimento e clareza para o seu receptor, independente se ele tiver algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e intelectual. O jornalismo acessível irá romper as barreiras tradicionais da informação e procurará mecanismos e tecnologias para que todos tenham acesso a mesma informação. A regra aqui é incluir. Como meios para promover a inclusão no jornalismo, pode-se citar LIBRAS para produtos audiovisuais, a audiodescrição para conteúdos imagéticos, *sites* com formatos acessíveis e texto alternativos para imagens na *web*.

---

63 Informações repassadas por meio de e-mail institucional do projeto – Acessibilidade Digital.

64 Disponível em: <<https://artefatojornal.wordpress.com/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

65 Disponível em: <https://soundcloud.com/jornalartefato>. Acesso em 17 ago. 2016.

## 5 PERCURSO E METODOLOGIA DA PESQUISA: AS COMPLEXIFICAÇÕES DA AUDIODESCRIÇÃO NA SALA DE AULA

Neste capítulo, será exposto o conjunto de métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Este estudo foi realizado em um ambiente de observação direta, onde se desenvolveram as experiências da produção laboratorial pelos acadêmicos do curso de Jornalismo da Unisc. A convivência entre graduandos e a pesquisadora possibilitou a interação das atividades de sala de aula, como a ajuda para o desenvolvimento do roteiro e das locuções da audiodescrição do Unicom. Além disso, foi possível observar e registrar os encontros com o grupo, resultando em interpretações detalhadas das situações vivenciadas e analisadas a partir da revisão bibliográfica, realizada nos capítulos anteriores.

O grupo de acadêmicos responsável pelo jornal audiodescrito é composto por voluntários do projeto, matriculados na disciplina de Produção em Mídia Impressa. A proposta de realizar um jornal acessível foi uma sugestão do professor da disciplina, sendo a decisão final da turma. Os quatro alunos: *Fernando Franco*, locutor, roteirista e editor de áudio, *Marcel Lovato*, roteirista e locutor, *Daniel Heck*, roteirista e locutor, e *Dóris Konrad*, locutora, prontificaram-se em assumir o desenvolvimento da atividade, no primeiro semestre de 2016. Os encontros presenciais, entre os acadêmicos e a pesquisadora, aconteceram entre os meses de maio e junho de 2016, no qual foram realizadas explanações sobre a técnica da AD, a elaboração do roteiro, as gravações e as edições das sonoras. Tais encontros foram realizados em horário oposto às aulas. Além dos encontros presenciais, o grupo de acadêmicos, o professor Demétrio e a pesquisadora, utilizaram o Facebook, como ferramenta de comunicação para agilizar o processo da AD do Unicom.

**Ilustração 7:** Fotografia dos alunos do projeto Unicom audiodescrito



Buscou-se compreender, por meio de uma pesquisa qualitativa, e de investigação bibliográfica, a temática da audiodescrição, das narrativas e do jornalismo-laboratorial, que permitiu apontar o que já foi produzido na área, no qual interferiu diretamente na produção desta pesquisa. Ao final, fez-se uso da etnografia, da observação participante e da teoria do *newsmaking*, sob uma perspectiva teórico-metodológico, para compreender os processos da produção do jornal audiodescrito.

A abordagem metodológica qualitativa foi escolhida pelas circunstâncias e pelas características do estudo. A pesquisa qualitativa procura ter acesso às experiências, às interações e aos documentos em seu contexto natural, de forma que dê espaço às suas particularidades e aos materiais aos quais são estudados. Considera-se, ainda, como determinante, o processo de envolvimento da pesquisadora/observadora com os acadêmicos do curso de Jornalismo no processo de elaboração do jornal audiodescrito.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela abertura das perguntas, rejeitando-se toda resposta fechada, dicotômica, fatal. Mais do que o aprofundamento por análise, a pesquisa qualitativa busca o aprofundamento por familiaridade, convivência, comunicação. Embora a ciência, ao final das contas, não consiga captar a dinâmica em sua dinâmica, mas em suas formas, a pesquisa qualitativa tenta preservar a dinâmica enquanto analisa, formalizando mais flexivelmente (DEMO, 2000, p. 159).

Segundo Gibbs (2009, p. 17), o primeiro passo desse tipo de pesquisa é reunir as informações sobre o assunto, para depois entender os dados sobre o que foi pesquisado e então descrevê-los. Por outro lado, Goldenberg (2004, p. 50) infere que, na pesquisa qualitativa, a quantidade é substituída pela imersão profunda, por meio da observação do participante por um período longo de tempo a fim de alcançar o entendimento do objeto pesquisado. Assim, pode-se dizer que as pesquisas qualitativas “têm se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais” (PÁDUA, 2012, p. 36). É por esse viés, da pesquisa qualitativa, que se pretende compreender quais são as estratégias inclusivas e como o jornalismo se reconfigura no formato audiodescrito.

Fazendo uso desta consideração, é possível dizer que acompanhar o processo acadêmico da transposição do jornal Unicom impresso em material audiodescrito pode ser considerado uma pesquisa qualitativa, pois consiste nas “descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2004, p. 53).

Ou seja, pretende-se acompanhar, durante os cinco encontros realizados presencialmente com os acadêmicos, todo o processo de desenvolvimento do jornal

audiodescrito, registrando as dificuldades, as facilidades, as estratégias e os anseios do grupo, durante a realização da atividade, para então, entender que oferta de sentido emerge da prática – audiodescrição de materiais impressos. A importância deste processo está na interação que a pesquisadora/observadora teve durante os encontros com os acadêmicos, que foram marcados pelo desenvolvimento do trabalho, pela troca de conhecimento e experiência do objeto pesquisado.

A operacionalização dos objetivos propostos requereu o desenvolvimento de duas etapas metodológicas, descritas a seguir:

### **5.1 Primeira etapa: Definição da bibliografia**

A primeira etapa contou com a revisão bibliográfica, que consiste na leitura de livros, dissertações, teses e artigos científicos de autores consagrados sobre a audiodescrição, as narrativas e o jornal-laboratório, com o intuito de fornecer explicações para esta pesquisa. Buscou-se informação junto às fontes impressas e eletrônicas, utilizando-se das seguintes palavras-chave de acesso: audiodescrição, acessibilidade, pessoa com deficiência visual, narrativas, jornalismo, jornalismo acessível e jornal-laboratório. À medida que se vai pesquisando os assuntos de interesse, os conceitos que se relacionam são identificados até chegar ao problema que será investigado.

Neste momento, buscou-se entender os conceitos de audiodescrição, narrativas e jornal-laboratório, a fim de responder o problema da pesquisa que norteia o estudo – *de que forma as narrativas laboratoriais impressos se estruturam para dar conta da forma audiodescrita?* Conforme Yin (2005, p. 39), um projeto de pesquisa constitui a lógica que une os dados a serem coletados (e as conclusões a serem tiradas) às questões iniciais de um estudo. Para, além disso, a revisão bibliográfica deve ser uma atividade constante e contínua. Segundo Stumpf (2006, p. 52), ela deve ser iniciada com a formulação do problema e/ou objetivos do estudo e ir até a análise dos resultados.

A investigação do referencial teórico permite localizar o estado da arte do que já foi produzido e o que esta pesquisa pode colaborar para avançar nos temas centrais deste estudo. Este método permite “colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa” (PÁDUA, 2012, p. 55), ou seja,

[...] é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o

aluno examinou de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões (STUMPF, 2006, p. 51).

No capítulo sobre audiodescrição, foi realizado um panorama geral sobre a acessibilidade comunicacional, seguindo pelo conceito da audiodescrição e um breve resgate histórico sobre este recurso, com base nos estudos dos principais pesquisadores da área, como Lívia Maria Villela de Mello Motta, Vera Lúcia Santiago Araújo, Eliana Paes Cardoso Franco, Francisco José de Lima, Bell Machado, Felipe Leão Mianes e Mônica Magnani Monte. A leitura destes trabalhos contribuiu significativamente para o entendimento deste recurso de acessibilidade comunicacional, desde o conceito, aplicação e importância para a sociedade.

E, por fim, buscou-se discutir o papel do jornalismo na divulgação da informação às pessoas com deficiência visual, pelo viés da audiodescrição. Neste momento, foram utilizados autores que ampliaram a discussão sobre a temática proposta, como as jornalistas Cláudia Werneck, pesquisadora acerca da inclusão da mídia e de profissionais de comunicação, e Melina Cardoso que, em 2014, foi a pioneira em inserir a audiodescrição em reportagens televisivas e mais tarde, criou o projeto para audiodescrever as charges da Folha de São Paulo. Já o pesquisador Fernando Simões Saker contribuiu para compreender a função do jornalismo e a relação com as pessoas com deficiência. Entretanto, durante esta investigação, não foram encontrados jornais impressos que receberam o recurso da audiodescrição em seus conteúdos imagéticos. A partir daí, percebeu-se o avanço desta pesquisa para o jornalismo e para a audiodescrição, além de refletir sobre o papel do jornalista na difusão da informação sem barreiras e sem obstáculos.

O capítulo sobre as narrativas seguiu a seguinte ordem: conceito de narrativas, a presença da oralidade e da escrita. A base teórica foi realizada a partir dos estudos de pesquisadores que são referência no assunto, como Luiz Gonzaga Motta, Roland Barthes, Gérard Genette, Muniz Sodré, Paul Zumthor, Cândida Vilares Gancho, Paul Ricoeur, entre outros. Tais autores foram fundamentais para entender como as narrativas se estabelecem no contexto comunicacional e jornalístico, para então compreender a relação a partir do jornal-laboratório e da audiodescrição. A partir disso, chegou-se à importância de estudar a audiodescrição no jornalismo-laboratório, pelo viés das narrativas, para criarmos uma consciência de que as pessoas com deficiência visual precisam de informações adaptadas para melhor compreendê-las. Assim como, para pensar como a narrativa se estabelece em relação ao jornalismo laboratorial audiodescrito.

O último capítulo da revisão bibliográfica referiu-se ao jornal-laboratório, que resgatou as pesquisadas dos principais autores da área, como Dirceu Fernandes Lopes, José Marques de

Melo, Eduardo Meditsch, Demétrio de Azeredo Soster, Mirna Tonus, etc. O capítulo iniciou-se com uma contextualização do jornalismo e a sociedade, seguido pela formação dos jornalistas. Por fim, foi realizada uma busca sobre a temática do jornal-laboratório impresso, um breve resgate de como realizar audiodescrição e as práticas laboratoriais acessíveis. Com isso, verificou-se que há uma legislação e questões humanitárias que propõem trabalhar com as questões em prol da acessibilidade comunicacional e da inclusão social, contudo, o que se percebe é a ausência de tais projetos jornalísticos.

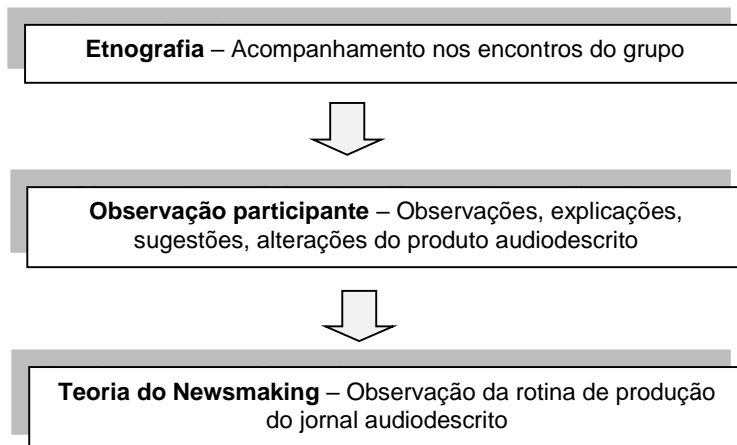
Após a seleção deste material e das informações pertinentes para a pesquisa, iniciou-se o processo de elaboração do texto. A pesquisa bibliográfica é o ponto norteador do trabalho, pois a partir dela é possível entender o jornal audiodescrito Unicom. O resultado constitui o referencial de apoio de cunho seletivo, contemplando aspectos histórico-conceituais acerca do tema central da dissertação. Esta etapa foi fundamental para resgatar e entender o que já foi produzido e onde esta pesquisa pode avançar.

## **5.2 Segunda etapa: Observação**

Em complementação à etapa inicial, optou-se por acompanhar o grupo de alunos responsáveis pela elaboração e produção do jornal audiodescrito. Entretanto, não é apenas estar e observar onde a ação acontece, mas participar de todo o processo produtivo, pois só assim é possível presenciar experiências e estratégias utilizadas para a produção do Unicom audiodescrito. Nesta fase, aparecem três instâncias metodológicas – a etnográfica, a técnica da observação participante e a teoria do *newsmaking*, adaptada para as rotinas de jornal-laboratório – que unidas integram a segunda etapa desta pesquisa. Como mostra o esquema a seguir:



**Ilustração 8:** Esquema da metodologia, na segunda etapa da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, esta pesquisa busca na antropologia o método *etnográfico*, no qual são valorizados o relativismo cultural e a *observação participante*. A etnografia é composta por técnicas e métodos de coletas de dados acompanhados a uma prática do trabalho de campo, com base em uma convivência com o pesquisador junto ao grupo social a ser estudado. Lévi-Strauss (1975, p. 14) define-a de modo mais preciso e objetivo. Para ele, a etnografia

[...] consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade (frequentemente escolhidos, por razões teóricas e práticas, mas que não se prendem de modo algum à natureza da pesquisa, entre aqueles que mais diferem do nosso), e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, de cada vida de cada um deles (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 14).

A observação participante, conforme Angrosino (2009, p. 34), não é propriamente um método, mas sim um estilo pessoal adotado por pesquisadores em campo de pesquisa que, depois de aceitos pela comunidade estudada, são capazes de usar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber sobre as pessoas e seus modos. Devido a essa observação foi possível ter contato com os acadêmicos, explicar como são realizadas as audiodescrições e principalmente a importância deste recurso comunicacional, além de mostrar alguns materiais audiodescritos e acompanhar todo o processo da criação do roteiro e gravações dos áudios.

Os encontros com os acadêmicos e a pesquisadora não seguiram uma periodicidade. Ao todo foram cinco encontros presenciais, nos dias 25 de maio, 1º, 14, 15 e 22 de junho, os quais foram fundamentais para explicar o conceito de audiodescrição, escutar e discutir alguns produtos audiodescritos e acompanhar a elaboração do roteiro e as gravações dos áudios. Estes momentos foram registrados e serão analisados posteriormente. Também foi criado um grupo

fechado no Facebook que permitiu uma interação maior com os alunos, sendo um canal de comunicação extremamente importante para sanar dúvidas, divulgar notícias e projetos da área e também para acompanhar o desenvolvimento do projeto.

### Ilustração 9: Printscreen do grupo Audiodescrição Unicom 2016/1



Aliado a etnografia e a observação participante, no qual estão inseridas no processo de acompanhamento dos acadêmicos para a produção do jornal audiodescrito, sugere-se nesta etapa metodológica a teoria do *newsmaking*, adaptada para entender as estratégias jornalísticas utilizadas em sala de aula. Foi realizada uma transposição desta teoria, ou seja, utilizou-se a sua essência para uma realidade completamente diferente das redações de jornais diários, na qual é estruturada e com periodicidade, para um ambiente de sala de aula, que simula a realidade.

O *newsmaking* está “diretamente relacionada com o processo de produção da notícia, dedica-se a uma compreensão mais minuciosa sobre a lógica dos processos produtivos do jornalismo, as suas implicações para a construção das mensagens” (LOPEZ; RUTILLI, 2014, p. 175). Desta forma, está ligada diretamente à noticiabilidade<sup>66</sup>, aos valores-notícia, aos constrangimentos organizacionais, à construção da audiência e as rotinas de produção da notícia

<sup>66</sup> É o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias, podemos definir os valores/notícia como uma componente da noticiabilidade. Esses valores tentam responder a seguinte pergunta: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia? (WOLF, 1999, p. 195).

em si mesma. “Todas as pesquisas de *newsmaking* têm em comum a técnica observação participante” (WOLF, 2009, p. 186).

A perspectiva desta teoria é construtivista, ou seja, é construída pelas técnicas redacionais e o ambiente com todos os elementos adequados à elaboração e à produção das notícias. Esta teoria pressupõe que as notícias são como são porque a rotina de produção, ou a redação do veículo de comunicação, assim as determina. “Todas as pesquisas de *newsmaking* têm em comum a técnica observação participante” (WOLF, 2009, p. 186). A partir disso, percebe-se a importância de trabalhar a etnografia, observação participante e a teoria do *newsmaking* para este percurso metodológico.

Essa teoria, para Wolf (2009, p. 177), trata-se de um estudo associado à sociologia das profissões, no caso, o jornalismo. Pois, possibilita maior destaque à criação de informações, ou seja, a habilidade de transformação de simples acontecimentos do cotidiano em publicação da notícia, levando em consideração critérios como noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais, construção da audiência e rotinas de produção. Porém, o *newsmaking* apresenta um lado obscuro em sua teoria, Traquina (2005) explica:

As responsabilidades dos jornalistas são, de fato, terríveis; esta constatação implica que as exigências feitas aos profissionais do campo jornalístico serão cada vez maiores. Por isso, torna-se insustentável negar o papel ativo que os jornalistas exercem na construção da realidade social (TRAQUINA, 2005, p. 46).

Para a produção do Unicom, há dois momentos distintos. O primeiro se refere à produção do jornal impresso. O segundo momento, é de fato a produção do jornal audiodescrito, no qual um grupo de acadêmicos analisa quais matérias serão audiodescritas, a escolha das vozes mais adequadas para as narrações, as gravações e por fim, a edição dos áudios. E é neste segundo momento, quando alguns alunos da turma começam a pensar no material audiodescrito, que se insere a segunda etapa do percurso metodológico.

Contudo, o objeto de análise é um jornal-laboratório, que possui características distintas das redações de jornais diários. A partir disso, cria-se um obstáculo epistemológico. Pois, além de observar e participar do processo do jornal audiodescrito (etnografia e observação participante) procurou-se entender a dinâmica de funcionamento e de produção que se estabelece na sala de aula (teoria do *newsmaking*). Assim, a teoria do *newsmaking* foi adaptada para contemplar a rotina de produção de sala de aula.

Para identificar as diferenças e semelhanças entre o jornal-laboratório e de um jornal diário, foi elaborada uma tabela, para então, aplicar a teoria do *newsmaking*.

**Tabela 2:** Diferenças e semelhanças do jornal-laboratório e do jornal diário

<b>Jornal-Laboratório</b>	<b>Jornal Diário</b>
Possui periodicidade variável	Periodicidade fixa
Reportagens	Cunho informativo
Troca de funções dos alunos a cada edição	As funções dos jornalistas tendem a permanecer iguais
Projeto gráfico pode ser reformulado a cada edição	Mantém-se o projeto gráfico
Não há preocupação com o comercial	Há preocupação com o comercial
Nem sempre seguem os critérios de noticiabilidade	Seguem os critérios de noticiabilidade
Alunos trazem as sugestões de pautas	Pautas chegam às redações, jornalistas sugerem

Fonte: elaborada pela autora

A partir disso, percebe-se que a metodologia dessa pesquisa partiu da proposta do professor da disciplina e da cultura dos alunos em sala de aula, que foram desafiados a produzir um material audiodescrito, além de uma nova organização do processo de produção e de trabalho, que contou com atividades fora da sala de aula, gravações e reuniões com os acadêmicos envolvidos para dar conta da atividade. Este processo será analisado no próximo capítulo.

## 6 ANÁLISE: A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO ACESSÍVEL

Em um processo de investigação deve-se explicar, detalhadamente, os métodos seguidos no estudo, conforme exposto no capítulo anterior. A partir disso, parte-se para o trabalho empírico, baseado nos princípios metodológicos propostos, que neste caso, que teve como campo de estudo a sala de aula, mais especificamente com um grupo de acadêmicos do curso de Jornalismo da Unisc, que promoveram a acessibilidade comunicacional no jornal Unicom.

Assim, para analisar o processo do Unicom Audiodescrito, durante o primeiro semestre de 2016, foi necessário acompanhar o grupo de acadêmicos responsáveis pela transcrição do jornal impresso para o áudio. A observação participante, conforme antecipado no capítulo anterior, foi a metodologia encontrada para estabelecer as estratégias utilizadas pelos acadêmicos no decorrer da realização da atividade. Durante toda a etapa da observação participante, na qual o grupo produziu a audiodescrição do jornal impresso, foi importante o embasamento teórico sobre audiodescrição, narrativas e jornal-laboratório, conforme descrito em capítulos anteriores, pois exigiu repensar o método, pelo viés de teorias diferentes com perspectivas diferentes.

A análise foi precedida de uma descrição dos encontros com o grupo. Optou-se, como estratégia metodológica, dividir a análise por datas conforme os encontros foram realizados virtualmente, ou seja, via redes sociais – pelo *Facebook*, e os presencialmente, com os acadêmicos para a produção do jornal audiodescrito.

Logo no início do primeiro semestre de 2016, quando começaram as tratativas do jornal audiodescrito pela turma de Produção em Mídia Impressa, o professor Demétrio inseriu a criação deste produto em um projeto de extensão na Unisc, que deu origem ao e-book *Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos laboratoriais impressos* (Catarse, 2016). O projeto permitiu que este grupo de acadêmicos, responsável pelo Unicom audiodescrito, desenvolvessem, por meio da prática laboratorial, atividades inclusivas, qualificando sua formação e incentivando a democratização do acesso aos meios de comunicação social. Além da produção do Unicom audiodescrito, surge o manual, no mesmo ambiente de sala de aula, a fim de orientar as práticas jornalísticas inclusivas.

**20/04/2016**

O primeiro registro das movimentações dos acadêmicos foi a criação do grupo fechado<sup>67</sup> *Audiodescrição Unicom 2016/1*, no Facebook, por Marcel Lovato. O grupo é formado pelos acadêmicos Fernando Franco, Dóris Konrad, Daniel Heck, Marcel Lovato, Paula Turcatto, o professor Demétrio de Azeredo Soster e a mestranda Daiana Carpes.

A atividade em traduzir o impresso para o áudio é uma experiência nova e também foi realizada por uma equipe nova, que se reunia extraclasse, para desenvolver o trabalho. E estas condições de produzir um material em um formato novo, com colegas novos, foram adaptadas e remanejadas ao longo do processo da audiodescrição do Unicom.

O espaço da web foi destinado para a troca de informações, divulgação de materiais da área, publicação das fotos dos encontros e, principalmente, para a tomada de decisões que precisam de agilidade, como por exemplo, o agendamento do laboratório de rádio.

Na primeira postagem, na manhã do dia 20 de abril, Marcel Lovato publicou o link<sup>68</sup> das últimas edições audiodescritas do Unicom para que o grupo ouvisse o que já foi realizado e para dar embasamento técnico para a próxima edição.

Logo em seguida, Fernando Franco escreveu outro *post*, relatando a importância de marcar um encontro presencial com a mestranda Daiana Stockey Carpes, com o objetivo de entender o que é a audiodescrição. O rápido encontro com os acadêmicos Daniel Heck e Fernando Franco aconteceu naquela manhã, em uma das salas de aula do Mestrado em Letras, e durou cerca de 10 minutos. Basicamente, foi conceituada a audiodescrição e como ela deve ser feita, pois, os alunos não possuíam conhecimento sobre este recurso de acessibilidade comunicacional. Os acadêmicos ouviram atentamente a fala da mestranda e combinaram de marcar outra reunião com o restante do grupo para terem mais subsídios sobre o trabalho que seria desenvolvido.

Fernando e Daniel estavam ansiosos para dar início às audiodescrições e se prontificaram a buscar outras fontes para dar fundamentação ao trabalho.

---

67 No grupo fechado do Facebook qualquer usuário pode encontrar o grupo e pedir para participar ou ser adicionado por um dos membros. Porém, seu conteúdo é oculto e só os membros podem ver e fazer *posts*, comentários, curtir e demais ações da rede social. No entanto, qualquer pessoa pode visualizar o nome do grupo, os usuários que estão nele, a descrição e as marcações do grupo. Qualquer pessoa pode encontrar o grupo na pesquisa do *site*.

68 Disponível em: <<http://blogdounicom.blogspot.com.br/2016/02/audiodescricao-novinha-em-folha.html>>.

26/04/2016

Para compreender a proposta em audiodescrever um jornal impresso buscou-se na *web* algumas fontes que esclarecessem as três dúvidas principais do grupo:

- 1<sup>a</sup>) O que é audiodescrição?
- 2<sup>a</sup>) Como realizar uma audiodescrição?
- 3<sup>a</sup>) O que pode ser audiodescrito?

Durante todo o processo de observação participante foram publicados, no grupo do Facebook, endereços de *sites* que de alguma forma abordassem a temática proposta. Em nenhum momento foram disponibilizados livros impressos. A escolha dos acadêmicos pelos conteúdos disponíveis na *web* se deve à carência de periódicos impressos, pela facilidade e pela disponibilidade em encontrar materiais sobre audiodescrição na rede.

No dia 26 de abril, Fernando Franco publicou no grupo do Facebook o link do *site* Audiodescrição<sup>69</sup>, elaborado pelas audiodescritoras Graciela Pozzobon<sup>70</sup> e Lara Pozzobon<sup>71</sup>, que são pioneiras nesta atividade no Brasil, e já receberam reconhecimento de grupos e instituições ligados à defesa da pessoa com deficiência visual. O portal, explica de forma simples e didática, o que é e como surgiu este recurso de acessibilidade comunicacional.

O mais curioso desta postagem foi a descoberta, ainda por acaso, da autoria deste material. Mesmo sem saber, Fernando levou para a discussão com o grupo, o nome de duas profissionais da área da AD que já estiveram na universidade. Em 2009, durante a aula inaugural do curso de Comunicação Social da Unisc, Graciela palestrou e ministrou uma oficina sobre o tema.

Além deste *site*, Fernando publicou o endereço virtual da Revista Extensão<sup>72</sup>, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que possui uma versão em audiodescrição. A estrutura do roteiro da audiodescrição desta revista e do Jornal Unicom é basicamente a mesma. O que difere são apenas os efeitos sonoros utilizados pelo Unicom, enquanto que no periódico da UFRGS usa-se apenas o som das narrações. Outra diferença está na produção dos periódicos. A Revista Extensão é produzida pela Tagarelas

69 Disponível em: <<http://audiodescricao.com.br/ad/>>.

70 Graduada em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e formada pelo Curso Regular de Formação do Ator na Casa das Artes de Laranjeiras/RJ. Dedicou-se desde 2003 a atividade de criação de roteiro, narração ao vivo e gravação de audiodescrição em produtos audiovisuais.

71 Doutora em Literatura Comparada, mestre em Literatura Brasileira e formada em Letras na UERJ. Desde 1999 coordena a Trabalho Produções, produtora pioneira em projetos acessíveis no Rio de Janeiro. Desde 2003, atua como coordenadora de revisão de conteúdo de roteiros de audiodescrição e participa ativamente de palestras em seminários, congressos e encontros.

72 Disponível em: <[http://www.milpalavras.net.br/portfolio\\_page/revista-da-extensao-ufrgs/](http://www.milpalavras.net.br/portfolio_page/revista-da-extensao-ufrgs/)>.

Produções e a Radioativa Produtora, ambas de Porto Alegre/RS, enquanto o Unicom é elaborado por acadêmicos de graduação. A Revista Extensão foi a publicação que mais se aproximou do Unicom audiodescrito, pelas narrações dos textos e pelas descrições das imagens.

**Ilustração 10:** *Printscreen* da publicação (26/04/2016) do Fernando Franco



A postagem de Fernando rendeu comentários, entre os quais o da Daiana Carpes, que elogiou a pesquisa do acadêmico, pois trouxe conteúdo relevante, que deu embasamento para o Unicom audiodescrito. E, para dar continuidade aos estudos sobre a AD, Daiana postou uma matéria<sup>73</sup> sobre uma fotógrafa cega.

Fernando Franco foi o único acadêmico que se envolveu em todo o processo de produção do Unicom audiodescrito, desde a pesquisa de materiais audiodescritos, a elaboração do roteiro, as narrações, a edição e publicação dos áudios. O restante do grupo se envolveu

<sup>73</sup> Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2013/06/fotografia-fator-inclusao-deficiente-visual.html>>.



apenas em algumas etapas do processo de produção, como foi o caso da acadêmica Dóris, que ficou responsável por narrar alguns áudios.

**06/05/2016**

No dia 6 de maio, Fernando publicou a chamada de uma reportagem<sup>74</sup> sobre a audiodescrição, ou seja, um vídeo curto que resumiu as informações principais da reportagem que foi veiculada no programa *Como Será?*, da emissora Rede Globo, no dia 7 de maio.

**Ilustração 11:** *Printscreen* da publicação (06/05/2016) do Fernando Franco



Percebe-se o envolvimento dos acadêmicos no projeto e a atenção em trazer materiais atuais que estão em pauta na sociedade. Outro ponto que merece destaque é a ampla pesquisa realizada pelos acadêmicos na web, desde *sites* que trazem o conceito de audiodescrição, revistas impressas audiodescritas e reportagens televisivas que abordam este recurso. A partir daí, constata-se como a tecnologia e a internet estão presentes nesta etapa da pesquisa.

<sup>74</sup> Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5005402/>>.

**11/05/2016**

Marcel Lovato, no dia 11 de maio, resgatou a reportagem completa da Rede Globo, na qual o Fernando Franco postou anteriormente a sua chamada, e publicou o *link* no grupo do Facebook.

**Ilustração 12:** *Printscreen* da publicação (11/05/2016) do Marcel Lovato



Nota-se que os acadêmicos estão buscando subsídios na web para realizar o projeto do Unicom audiodescrito, por meio de experiências e exemplos que estão disponíveis na rede. Esta preocupação, em elaborar um material de qualidade e de procurar referências do que já foi produzido em termos de audiodescrição marcou todo o processo de produção da AD do Unicom. Algo semelhante acontece nas redações de jornais diários, os jornalistas analisam o que a concorrência produz, com o objetivo de qualificar o seu trabalho.

**18/05/2016**

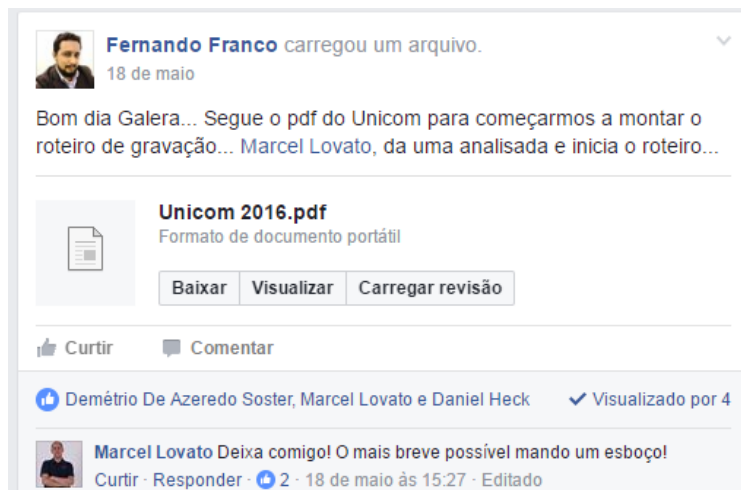
A constituição do grupo responsável pela AD foi realizada no início do semestre de 2016, de forma voluntária e à parte das atividades desenvolvidas em sala de aula. No intervalo

entre a constituição do grupo e liberação das páginas diagramadas<sup>75</sup> do Unicom, os acadêmicos realizaram pesquisas sobre este recurso de acessibilidade na *web*, conforme descrito anteriormente.

A partir da finalização e aprovação do *layout* do Unicom impresso, a equipe da audiodescrição iniciou o trabalho de adaptação do impresso para o áudio. O aviso da liberação das páginas foi postado pelo acadêmico Fernando Franco no dia 18 de maio, que também foi responsável pelo projeto gráfico e diagramação do jornal impresso.

Após a postagem de Fernando, Marcel Lovato escreveu nos comentários que começaria a elaborar o roteiro.

**Ilustração 13:** *Printscreen* da publicação (18/05/2016) do Fernando Franco



O grupo levou cerca de um mês para finalizar o roteiro das audiodescrição e para dar início às locuções dos áudios.

**25/05/2016**

Na manhã do dia 25 de maio, foi realizada a primeira reunião com a equipe da audiodescrição do Unicom, com duração de uma hora, aproximadamente. Este encontro foi realizado em uma sala de aula do prédio do PPG em Letras, da Unisc, e contou com a presença do professor Demétrio de Azeredo Soster, dos acadêmicos Dóris Konrad, Marcel Lovato, Fernando Franco, Daniel Heck e Paula Turcatto e da mestrandia Daiana Carpes.

<sup>75</sup> Diagramar corresponde ao ato organizar elementos gráficos (textos e imagens) em um determinado espaço, neste caso, no jornal Unicom.

Na ocasião, o professor Demétrio iniciou a conversa, lembrando-se do surgimento da audiodescrição no Unicom e a importância em trabalhar com questões de inclusão e de acessibilidade na formação do jornalista.

A mestranda Daiana Carpes contou que a implantação e desenvolvimento da audiodescrição na Unisc surgiu a partir da sua percepção, ainda quando aluna de jornalismo, quando adaptou um jornal acadêmico impresso para um meio em áudio, com as descrições das imagens, a um aluno cego, em 2011. Mas foi durante as disciplinas de Projeto Experimental (2013) e Monografia em Jornalismo (2014) de Daiana Carpes, com a orientação do professor Demétrio de Azeredo Soster, que a iniciativa não apenas ganhou corpo como foi, mais tarde, incorporada às práticas laboratoriais impressas do Curso de Comunicação Social. Logo após, a mestranda explicou o que é a audiodescrição e a importância em oferecer este recurso à sociedade.

Durante a conversa, a equipe chegou ao seguinte consenso:

- Realização da audiodescrição em três reportagens (A Maria que não vê, O ato de se amar e Retratos da Escravidão). Em virtude do tempo, os acadêmicos optaram em audiodescrever apenas três reportagens, pois tais atividades foram realizadas fora do horário de aula.

- Como ferramenta de divulgação e para armazenar, em um único ambiente, todas as edições do periódico acessível, foi sugerido pela mestranda a inclusão do Unicom Audiodescrito no *site* do HiperMídia<sup>76</sup>. A mesma se prontificou em conversar com o coordenador do Curso de Comunicação Social, professor Hélio Etges para verificar a possibilidade de utilizar este canal de comunicação.

- A criação de uma *fanpage* para divulgar as etapas de produção do Unicom Audiodescrito. Nas publicações com conteúdo imagético, foi utilizado a descrição de imagens, aderindo assim, o #PraCegoVer, projeto que dissemina a cultura da acessibilidade nas redes sociais, com foco em pessoas com deficiência visual. Ao usar esta expressão, o usuário permite que um deficiente visual saiba o que está inserido na imagem postada, tendo em vista que é necessário expor uma descrição do que contém a imagem.

---

76 O HiperMídia (<http://hipermidia.unisc.br/portal/>) é um espaço no qual os alunos da Agência Experimental divulgam diversas práticas são desenvolvidas por alunos-monitores, com o objetivo de recriar a realidade profissional de cada habilitação do Curso. Todos os trabalhos são supervisionados por um professor em cada um dos 4 Núcleos que juntos formam a Agência Experimental de Comunicação. <http://hipermidia.unisc.br/portal/>

Os acadêmicos fizeram anotações sobre os encaminhamentos acordados e questionaram como elaborar um roteiro de audiodescrição, como utilizar as falas dos entrevistados nas reportagens e como seria a melhor forma de descrever uma página de jornal.

A acadêmica Paula Turcatto esteve presente apenas no primeiro encontro presencial. Entretanto, participou das discussões realizadas no grupo do Facebook, publicando alguns comentários e ajudando a escrever os resumos das reportagens impressas.

**Ilustração 14:** Fotografia da primeira reunião presencial com o grupo de acadêmicos



Após o encontro, a pesquisadora Daiana Carpes publicou no grupo do Facebook, o artigo do projeto de extensão *Biblioteca Falada*, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da Unesp de Bauru<sup>77</sup>. O projeto promove acesso às pessoas com deficiência visual a matérias jornalísticas, literárias, ficcionais, dramáticas entre outros, dos mais diferentes formatos, por meio da adaptação e transposição de textos originalmente impressos, digitais e/ou audiovisuais para o áudio. Também realiza produções próprias e inéditas, sempre tendo o áudio como elemento fundamental de suas produções. Um dos objetivos do projeto é criar um espaço para aprofundar os conhecimentos e as práticas dos acadêmicos de Jornalismo e Radialismo quanto à produção para as mídias sonoras, como o rádio e a web rádio. O projeto ainda contribui para os alunos criarem um senso crítico em relação aos problemas dos diferentes grupos da sociedade e o respeito por eles, tendo como base os princípios de cidadania e direitos humanos.

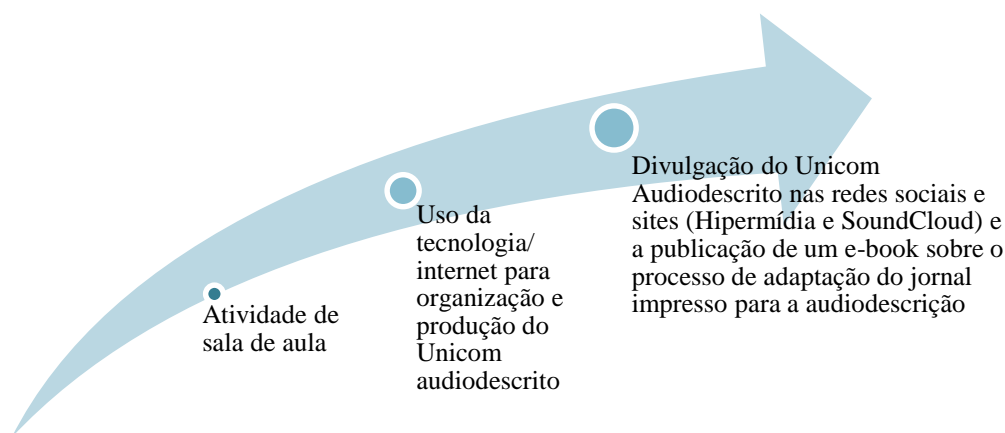
---

<sup>77</sup> Disponível em: <<http://200.145.6.205/index.php/congressoextensao/8congressoextensao/paper/viewFile/1029/464>>.

Neste mesmo dia, a pesquisadora entrou em contato com o professor Hélio Etges, coordenador do curso de Comunicação Social da Unisc, para verificar a possibilidade de inserir as audiodescrições do Unicom no *site* do curso – Hipermídia, com o objetivo de ter todos os áudios em um único ambiente. Pois, a cada semestre, as audiodescrições eram publicadas no SoundCloud<sup>78</sup>, com uma nova conta e, conseqüentemente, com um novo endereço, o que com o tempo acabava dificultando o histórico dos trabalhos realizados. A ideia foi aceita pelo coordenador do curso e um *post* foi publicado no grupo do Facebook para que a equipe soubesse dos encaminhamentos realizados. Logo, Etges solicitou à mestranda que encaminhasse um e-mail ao professor Lucio Siqueira Amaral Filho, responsável pelo site da Agência Experimental, para verificar a possibilidade de incluir os áudios do Unicom neste ambiente virtual. Imediatamente, Amaral Filho foi favorável à ideia e incluiu a bolsista Lariane Menezes nas trocas de mensagens, para que ela incluísse este material audiodescrito.

Fica evidente que o aparato tecnológico marca este processo, desde a organização do grupo até a divulgação do trabalho desenvolvido em sala de aula pela mídia.

**Ilustração 15:** Esquema da produção do Unicom audiodescrito:



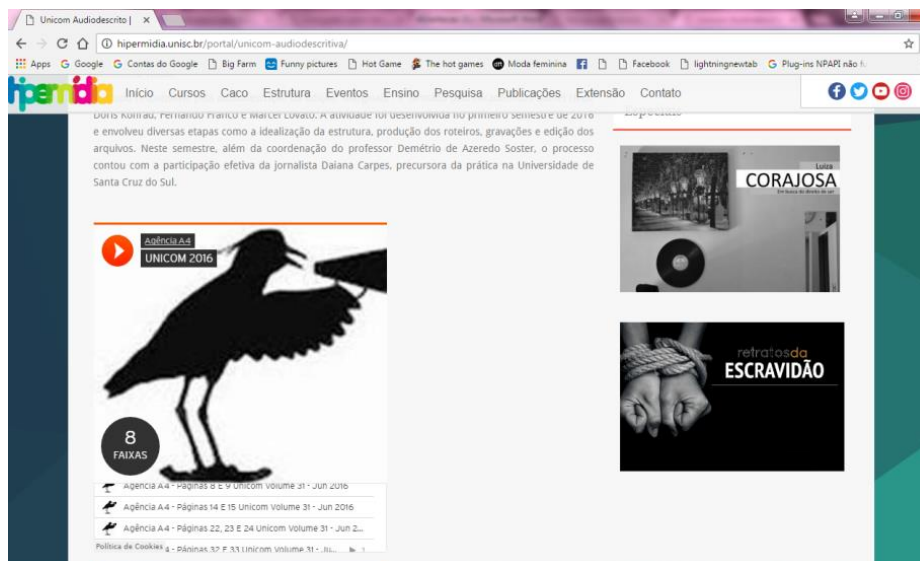
Fonte: Elaborado pelo autor

Após a finalização das AD, foi criado o espaço<sup>79</sup> no *site* Hipermídia para a inserção dos áudios, como mostra a ilustração 18.

<sup>78</sup>SoundCloud é uma plataforma *online* de publicação de áudio. Disponível em: <<https://soundcloud.com/>>.

<sup>79</sup> Disponível em: <<http://hipermidia.unisc.br/portal/unicom-audiodescritiva/>>.

### Ilustração 16: *Printscreen* do site HiperMídia



O site HiperMídia traz notícias produzidas pela Agência Experimental do Curso de Comunicação Social da Unisc, além da listagem dos professores e o currículo de cada habilitação, as publicações produzidas pelos acadêmicos e os eventos que o curso participa, como o Festival de Cinema de Gramado, a Feira do Livro e a Oktoberfest, em Santa Cruz do Sul.

**26/05/2016**

No dia seguinte, o professor Demétrio de Azeredo Soster usou o canal para compartilhar o link do *e-book* *Audiodescrição: práticas e reflexões*<sup>80</sup> (2016), organizado por Daiana Stockey Carpes.

<sup>80</sup> Disponível em: <<http://editoracatarse.com.br/site/2016/02/19/audio/>>.

**Ilustração 17:** *Printscreen* da publicação (26/05/2016) do professor Demétrio



A coletânea mostra a importância da audiodescrição em nossa sociedade e como ela vem sendo trabalhada no Brasil. Estão reunidos no livro artigos de pesquisadores e profissionais da área, entre eles, há uma pesquisa realizada por Carpes e Soster sobre a prática da audiodescrição no jornal-laboratório. O artigo em questão consiste na reflexão de um produto experimental acessível aos cegos, no qual o jornal Unicom e a revista Exceção do curso de Comunicação Social da Unisc foram audiodescritos, garantindo a acessibilidade e o direito à informação.

**27/05/2016**

No dia 27 de maio, Daiana Carpes usou o grupo para publicar três *posts*. O primeiro é a divulgação da Revista Falada Dorina Nowill<sup>81</sup>, criada para disseminar informações para pessoas com deficiência visual, por meio do áudio. O periódico possui notícias, curiosidades, entrevistas e vídeos. Porém, a publicação não se preocupou em audiodescrever os conteúdos imagéticos presentes nos vídeos das entrevistas. Mais tarde, Daiana Carpes utilizou a edição da Revista Falada para explicar ao acadêmico Fernando como são realizadas as audiodescrições.

81 Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/revistafalada/>>.

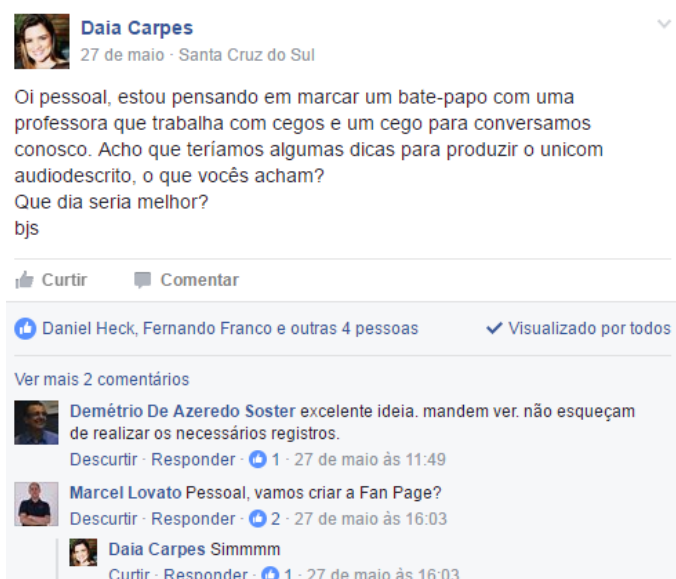


### Ilustração 18: *Printscreen* da primeira publicação (27/05/2016) da Daiana Carpes



O segundo *post* se refere à possibilidade de convidar uma professora que leciona para uma turma de alunos cegos e uma pessoa com deficiência visual para uma conversa informal com a equipe. A ideia foi bem aceita pelo grupo, entretanto, em virtude da disponibilidade dos horários da equipe, o encontro não aconteceu. Nos comentários desta publicação, Marcel Lovato lembrou da proposta, discutida na primeira reunião presencial com a equipe, em criar uma *fanpage* do Unicom Audiodescrito.

### Ilustração 19: *Printscreen* da segunda publicação (27/05/2016) da Daiana Carpes



A *fanpage*<sup>82</sup> foi criada naquele dia por Daiana Carpes e publicada o *link* no grupo do Facebook, lembrando que as imagens deveriam ter as descrições (#PraCegoVer), conforme conversado no primeiro encontro presencial, marcando a terceira publicação da mestranda, do dia 27 de maio.

**Ilustração 20:** *Printscreen* da terceira publicação (27/05/2016) da Daiana Carpes



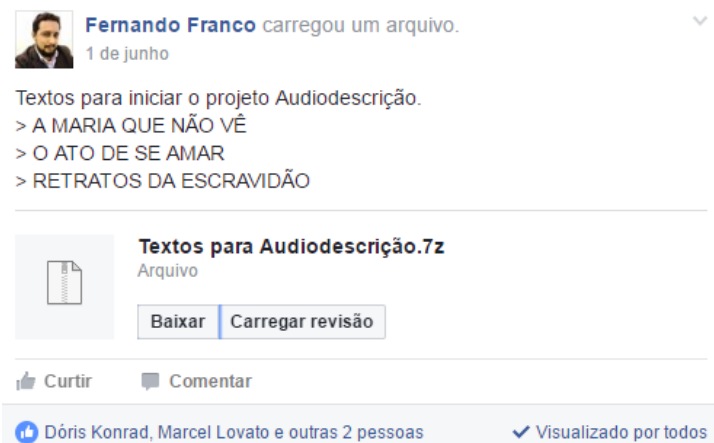
Atualmente, a página conta com 60 seguidores. E no período de 27 de maio a 5 de julho, foram publicadas oito postagens dos acadêmicos, das quais, conseguiram atingir até 508 pessoas, como foi o caso do *post* do dia 15 de junho, que retratou a apresentação do Unicom audiodescrito ao restante da turma de Produção em Mídia Impressa.

**01/06/16**

Após as escolhas das três reportagens que seriam audiodescritas (A Maria que não vê, O ato de se amar e Retratos da Escravidão), que foram definidas durante o primeiro encontro presencial, Fernando Franco, publicou, pela segunda vez, o PDF do jornal, pois foram realizadas algumas mudanças no layout das páginas e dos textos. Consequentemente, o roteiro da audiodescrição também sofreu algumas alterações. Logo após, Marcel Lovato postou o primeiro esboço do roteiro. A partir deste material, Fernando Franco iniciou o processo de reformulação do roteiro que foi utilizado nas gravações.

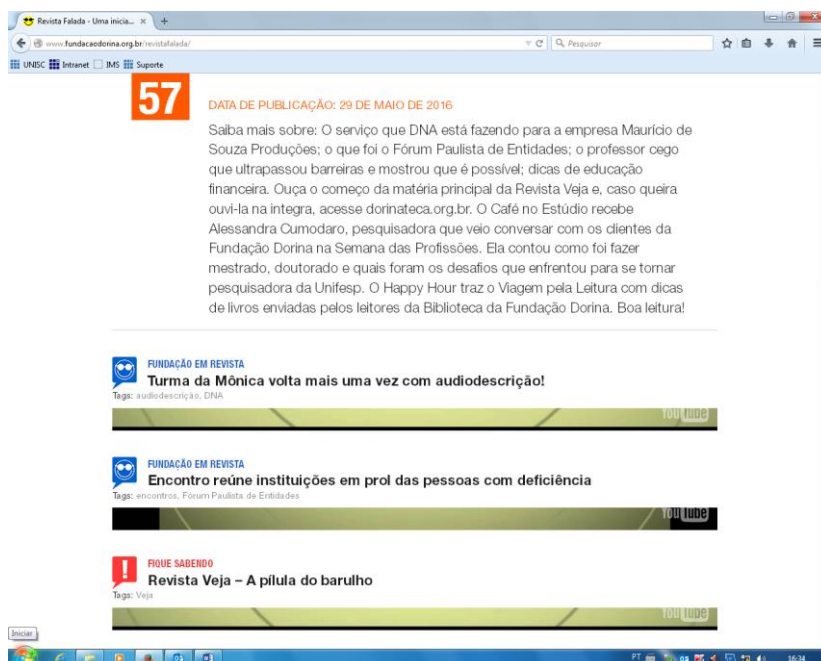
<sup>82</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/unicomaudiodescrito/?fref=ts>>.

### Ilustração 21: *Printscreen* da publicação (01/06/2016) do Fernando Franco



Como o acadêmico Fernando Franco estava com dúvidas quanto à elaboração do roteiro do Unicom Audiodescrito, foi realizada uma conversa informal, de aproximadamente 20 minutos, com a pesquisadora Daiana Carpes. Na ocasião, a mestrandia explicou como tornar um jornal impresso acessível aos cegos. Para isso, acessou o *site* da Revista Falada<sup>83</sup> Fundação Dorina Nowill, edição 57.

### Ilustração 22: *Printscreen* do *site* da Fundação Dorina Nowill - Revista Falada



<sup>83</sup> A Revista Falada Fundação Dorina Nowill foi criada para disseminar informações a pessoas com deficiência visual que busquem referências que ajudem no seu desenvolvimento. Produzida desde 2007 e distribuída em CD, e desde maio de 2015, a revista ganhou um novo formato na web, com veiculação semanal. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/revistafalada/>>.

Entre os áudios ouvidos, uma sessão da revista chamou a atenção do acadêmico, o da *Veja Falada*<sup>84</sup>, edição do dia 25 de maio, que trouxe como manchete de capa “A pílula do câncer”. A *Veja Falada* é a audiodescrição de toda a revista *Veja*. Uma equipe de locutores profissionais grava, semanalmente, em áudio todo o conteúdo publicado no impresso, incluindo a descrição das fotografias, desenhos e gráficos, importantes elementos para a compreensão dos textos. Ao disponibilizar estes áudios, a Fundação garante às pessoas com deficiência visual informações atualizadas que possivelmente não encontrarão disponíveis em outro formato acessível.

Além da *Veja Falada*, a mestrandia mostrou a *Revista Natura Falada*<sup>85</sup>, onde todo o seu conteúdo é descrito, facilitando a compreensão dos seus clientes.

### Ilustração 23: Printscreen do site da Natura - Revista Natura Falada



Fernando Franco estava preocupado em realizar o roteiro do Unicom Audiodescrito e com dúvidas quanto às descrições das imagens. Não sabia de que forma descrever as imagens. Também questionou o que poderia ser audiodescrito, o que não poderia, quais elementos deveriam ser levados em consideração e que tipo de linguagem abordar nos roteiros. Após escutar os áudios, acompanhado de uma breve explicação da mestrandia, Fernando sanou suas dúvidas e ficou mais tranquilo para dar continuidade ao trabalho de AD. Como as dúvidas partiram do acadêmico, a reunião informal não foi realizada com o restante do grupo.

84A Fundação Dorina Nowill disponibiliza a revista *Veja*, da editora Abril, em áudio, semanalmente. O conteúdo da revista *Veja* é lido integralmente e gravado em CD, no formato de MP3.

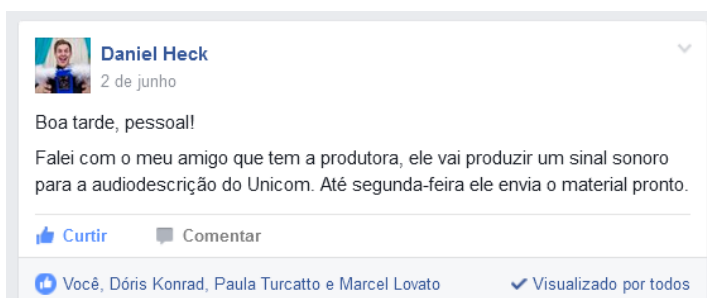
Esse serviço tem o custo de R\$10 mensais. Um valor simbólico, visto que são quatro revistas *Veja* mensais em áudio.

85 A Natura é uma empresa brasileira que atua no setor de produtos de tratamento para o rosto e o corpo, banho, óleos corporais, perfumaria, cabelos, proteção solar, e infantil vem se destacando por trabalhar com questões de acessibilidade. Disponível em: <<http://revistafalada.natura.com.br/>>.

02/06/2016

No dia dois de junho, Daniel Heck informa ao grupo que o acadêmico em Produção em Mídia Audiovisual, Maicon Herdina, aceitou o convite para produzir o sinal sonoro<sup>86</sup> do Unicom Audiodescrito. A ideia deste sinal foi proposta pelos próprios acadêmicos, para ser uma espécie de marca do jornal em áudio.

**Ilustração 24:** *Printscreen* da publicação (02/06/2016) do Daniel Heck



Neste mesmo dia, Daiana Carpes publicou o *link* do site da Rádio Gazeta 890 KHz AM<sup>87</sup>, que privilegia a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência.

**Ilustração 25:** *Printscreen* da publicação (02/06/2016) da Daiana Carpes



A emissora elaborou um plano de integração, via ação radiofônica colaborativa, compartilhada com uso de legendas e interpretação de LIBRAS, para atender a pessoas com

<sup>86</sup> Marca sonora que identifica um serviço ou uma empresa.

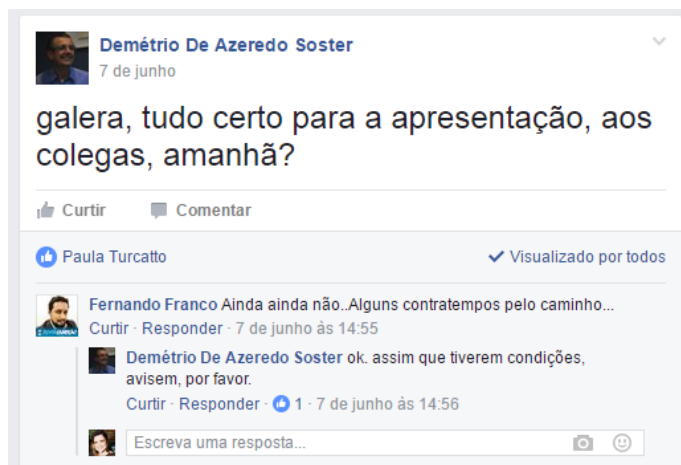
<sup>87</sup> Disponível em: <<http://www.gazetaam.com/acessibilidade-2/>>

deficiência auditiva. Exemplo disso é o atendimento aos cegos, por meio da prestação de serviços e da leitura de materiais impressos, das quais as apresentações possuem aspectos diferenciais, trazendo uma linguagem descritiva e interpretativa (de texto, fotos e ilustrações), com a interatividade dos recursos da internet, das mídias e das redes sociais.

**07/06/2016**

O professor Demétrio utilizou o canal para perguntar aos acadêmicos se a apresentação do Unicom Audiodescrito estava finalizada para a aula do dia oito de junho. Fernando Franco alertou que estava atrasado com a produção do roteiro do material.

**Ilustração 26:** *Printscreen* da publicação (07/06/2016) do professor Demétrio



Percebe-se que o professor utiliza uma linguagem informal para conversar com o grupo. A presença do substantivo *galera* assinala uma linguagem mais descontraída e uma forma de relacionamento com o grupo, marcada pela empatia.

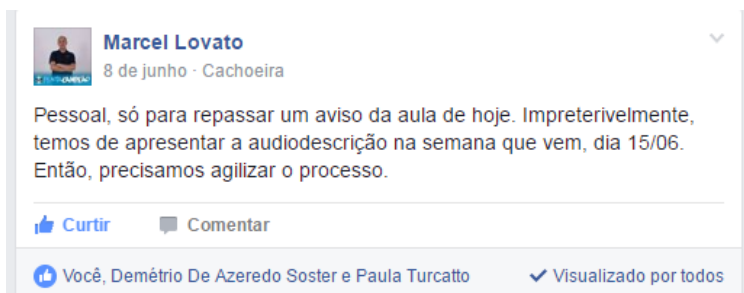
**08/06/2016**

Durante a aula do dia 8 de junho, foi definido que a apresentação do Unicom Audiodescrito seria no dia 15 de junho. Marcel Lovato alertou ao grupo, que o processo de produção do material deveria ser agilizado.

Neste *post*, identifica-se que o grupo responsável pelas audiodescrições, mesmo realizando as atividades em horários opostos da aula, também dialoga com o restante da turma, com o intuito de apresentar o projeto, ouvir opiniões, críticas e sugestões dos colegas que não

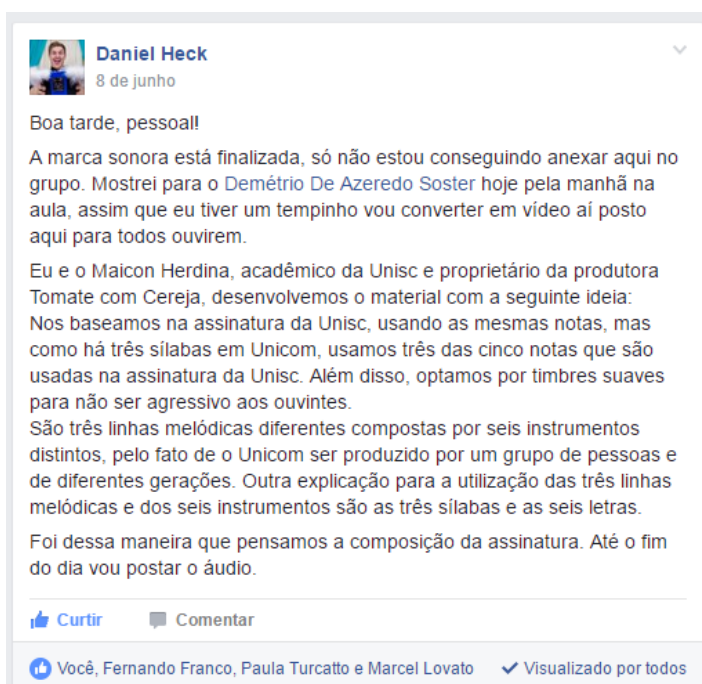
estão participando desta atividade. Outro ponto presente neste discurso é a questão dos prazos de entrega do trabalho, o que se assemelha com as rotinas das redações de jornal.

**Ilustração 27:** *Printscreen* da publicação (08/06/2016) do Marcel Lovato



No mesmo dia, Daniel Heck avisou que o sinal sonoro do Unicom Audiodescrito estava pronto. E explicou que a marca foi pensada a partir da assinatura sonora da Unisc, utilizando as mesmas notas. Entretanto, como há três sílabas no Unicom, foi utilizado três das cinco notas que estão na assinatura da universidade. Além disso, optou-se por timbres suaves para não ser agressivo aos ouvintes. O sinal sonoro parte de três linhas melódicas diferentes compostas por seis instrumentos distintos, pelo fato de o Unicom ser produzido por um grupo de pessoas e de diferentes gerações e também para remeter as três sílabas e seis letras que a palavra Unicom possui.

**Ilustração 28:** *Printscreen* da publicação (08/06/2016) de Daniel Heck



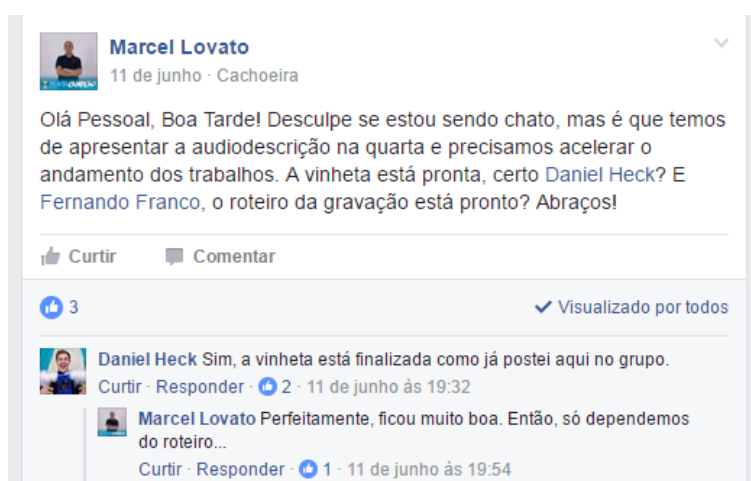
Mais uma vez, percebe-se o envolvimento e a criatividade dos acadêmicos na realização do Unicom Audiodescrito. Daniel buscou auxílio de um colega de Produção em Mídia Audiovisual para ter subsídios e embasamento para a criação da marca sonora. Durante três anos de projeto do Unicom Audiodescrito, foi a primeira equipe que criou uma marca sonora que identificasse o jornal em áudio.

A partir deste movimento, identifica-se a presença da interdisciplinaridade no projeto. Para dar conta de um sinal sonoro, buscou-se o conhecimento de outra área afim do jornalismo.

**11/06/2016**

Neste dia, Marcel Lovato publicou um *post*, no qual se mostra preocupado com o andamento do trabalho.

**Ilustração 29:** *Printscreen* da publicação (11/06/2016) do Marcel Lovato



Até o dia 11, os acadêmicos não haviam finalizado o roteiro das AD e não tinham começado as gravações das sonoras no estúdio de rádio da universidade. Apenas a vinheta estava pronta. Entre as desculpas observadas pelo atraso da produção, está no fato de conciliar os horários com o restante da equipe, a jornada de trabalho em horário oposto às aulas e a demanda de atividades e provas procedentes do término do semestre letivo.



**13/06/2016**

Foi só no dia 13 de junho que os roteiros foram finalizados. A partir de então o grupo se organizou para marcar a primeira gravação no estúdio. Marcel Lovato publicou alguns horários disponíveis para as gravações.

**Ilustração 30:** *Printscreen* da publicação (13/06/2016) do Marcel Lovato



O papel do ambiente virtual foi importante para agilizar a organização dos agendamentos dos horários do laboratório de rádio com o grupo.

**14/06/2016**

As primeiras narrações do Unicom audiodescrito foram feitas por três acadêmicos – Fernando Franco, Dóris Konrad e Marcel Lovato, no laboratório de rádio da universidade, previamente agendado. O grupo gravou durante uma hora e 30 minutos a capa, o expediente, o editorial e a reportagem de capa do jornal.

Antes das gravações, os acadêmicos fizeram alguns testes para verificar a velocidade e a entonação ideal das narrações. Durante os testes, identificaram que as locuções deveriam ser



Mais uma vez, a presença da linguagem informal é identificada pelos comentários da acadêmica Dóris, que utiliza emoticons<sup>88</sup> para parabenizar a equipe (com os ícones de palmas) e para mostrar que está feliz com resultado das gravações (com um emoticon sorrindo) e pelo professor Demétrio, que escreve a gíria *mazááá!!!* para felicitar a equipe pelas gravações realizadas.

A linguagem informal, utilizada pelo grupo não está preocupada com as normas gramaticais, e por isso, é marcada pela forma espontânea e descontraída, com o intuito de interagir. Assim, é comum usar gírias, abreviar palavras e emoticons nos textos.

**15/06/2016**

O grupo responsável pela audiodescrição do jornal apresentou para a turma as reportagens que foram audiodescritas. As escolhas, conforme o grupo, levaram em conta os temas abordados, a diversidade dos assuntos e o estilo da escrita do repórter. Primeiramente, o grupo optou em audiodescrever três reportagens. Entretanto, após a primeira gravação, decidiu acrescentar mais duas reportagens na lista, que ficou da seguinte forma:

- 1) Capa e contra-capas,
- 2) Expediente,
- 3) Editorial: Qual seu lugar na sociedade?,

Reportagens:

- 4) Reação em cadeia contra o lado negro da obstetrícia, de Stephanie Freitas,
- 5) A Maria que não vê, de Kethlin Meurer,
- 6) Reportagem de capa: O ato de se amar, de Nicole Rieger,
- 7) Retratos da Escravidão, de Régis de Oliveira Júnior,
- 8) Esporte de desafios, de Daniel Heck,

---

<sup>88</sup> Forma de comunicação paralinguística. A palavra emoticons derivada da junção de dois termos em inglês: emotion (emoção) e icon (ícone).

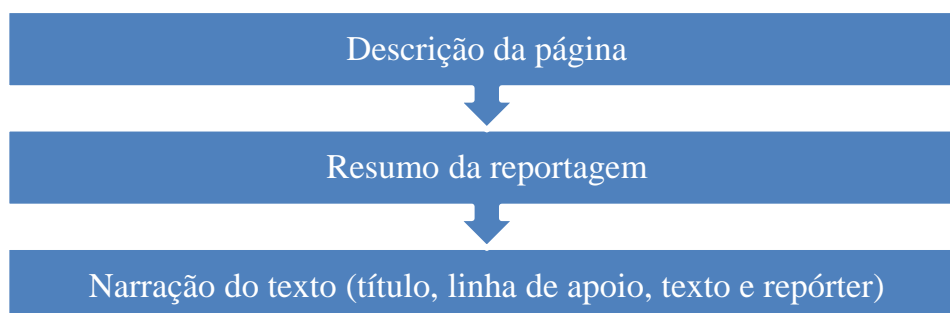
**Ilustração 33:** Fotografia do grupo responsável pela audiodescrição do Unicom



Durante a conversa com a turma, o grupo explicou que o diferencial desta edição foi a criação da identidade sonora do Unicom audiodescrito, conforme já descrito. Além disso, após as descrições do *layout* das páginas diagramadas, foi criado um novo elemento, que não foi usado nas edições anteriores, um resumo da reportagem e depois, as narrações dos textos. A ideia deste resumo introdutório é para explicar ao ouvinte o que será falado na reportagem. Desta forma, se o assunto do resumo não agrada o ouvinte, este poderá passar para o próximo áudio do jornal.

A estrutura das audiodescrições seguiu esta ordem:

**Ilustração 34:** Esquema da AD do Unicom



Fonte: Elaborado pelo autor

Apenas uma aluna questionou as escolhas das reportagens que foram audiodescritas. O restante aceitou e elogiou o trabalho do grupo. Logo após a explanação do trabalho realizado, o professor Demétrio de Azeredo Soster sugeriu à turma que fechasse os olhos e escutasse o material audiodescrito. Esta atividade foi fundamental para entender os princípios da AD, além

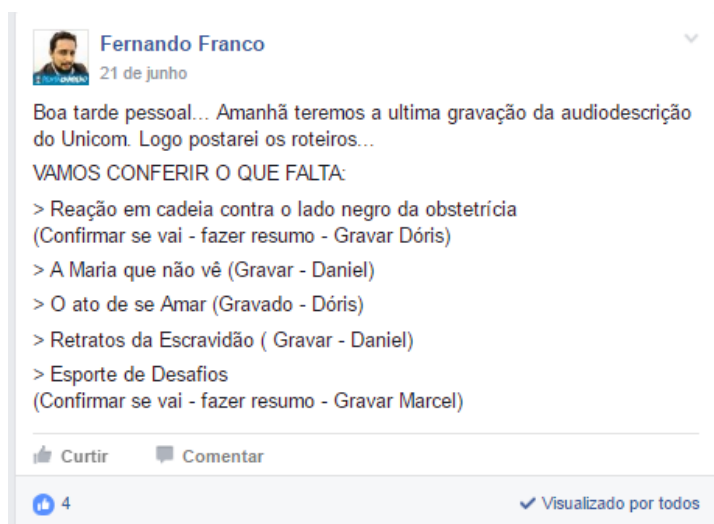
de experimentar, por alguns instantes, como uma pessoa com deficiência visual recebe uma informação audiodescrita.

Ainda no dia 15, Marcel Lovato publicou no grupo do Facebook, que havia agendado o laboratório de rádio, para a próxima quarta-feira, 22 de junho, a partir das 8 horas.

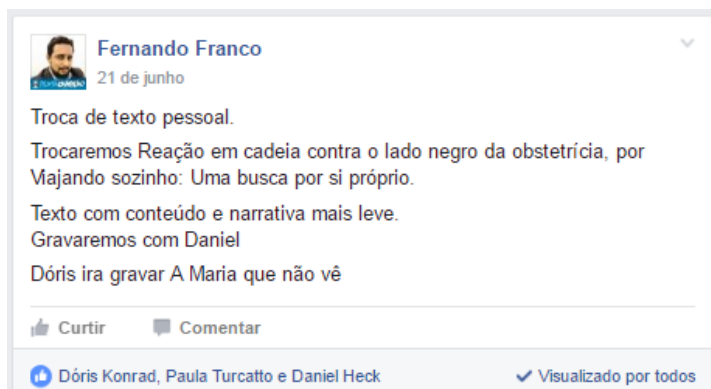
**21/06/2016**

Fernando Franco utilizou o canal do Facebook para lembrar que a última gravação está agendada para o dia 22 de junho. E postou um pequeno resumo das atividades que ainda estão pendentes:

**Ilustração 35:** *Printscreen* da publicação (21/06/2016) do Fernando Franco



Durante a elaboração do roteiro, Fernando Franco, percebeu que a reportagem sobre obstetrícia tinha uma linguagem textual que não condizia com os critérios das escolhas de reportagens audiodescritas, estipulados pelo grupo durante a primeira reunião presencial. Em virtude disso, o grupo resolveu substituir a reportagem “Reação em cadeia contra o lado negro da obstetrícia” por “Viajando sozinho: uma busca por si próprio”.

**Ilustração 36:** *Printscreen* da publicação (21/06/2016) do Fernando Franco

Vale ressaltar, aqui, que qualquer material que tenha conteúdo imagético, pode ser audiodescrito, independente de tamanho, formato, texto. Em virtude do pouco tempo para a produção da atividade, o grupo criou alguns critérios, levando em consideração a semelhança na escrita do repórter, para escolher o que foi audiodescrito, por isso ocorreram as trocas de reportagens.

**22/06/2016**

Neste dia foram realizadas as últimas gravações do Unicom Audiodescrito. A acadêmica Dóris Konrad gravou a reportagem “A Maria que não vê”, Marcel Lovato, “Esporte de Desafios”. Fernando Franco e Daniel Heck gravaram alguns detalhes das sonoras. Ao todo, o grupo permaneceu uma hora no estúdio para realizar esta atividade.

**Ilustração 37:** Fotografia do grupo da AD, no laboratório de rádio

Durante as gravações, o acadêmico Daniel Heck fez um vídeo<sup>89</sup> da narração da Dóris, da matéria “A Maria que não vê” e postou na *fanpage* do Unicom audiodescrito, com o intuito de divulgar o trabalho.

**Ilustração 38:** *Printscreen* da publicação do Unicom audiodescrito, postado pelo Daniel Heck



Neste post, identifica-se a presença da convergência tecnológica do jornalismo, no qual o material impresso se transforma em uma faixa de áudio e também em um vídeo publicado na web, tornando a internet um meio de viabilizar, produzir e distribuir conteúdo multimídia, de forma rápida e com a possibilidade de interação com o internauta.

**08/07/2016**

No dia 8 de julho, Fernando Franco finalizou a edição do Unicom Audiodescrito. Os áudios foram disponibilizados no SoundCloud e depois publicados no *site* HiperMídia.

<sup>89</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/unicomaudiodescrito/videos/1743540315859738/>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

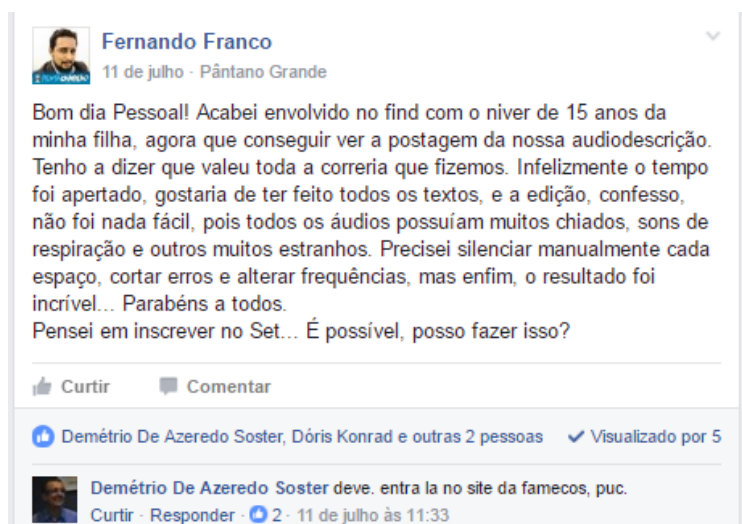
**Ilustração 39:** *Printscreen* do site SoundCloud com as faixas em áudio do Unicom



**11/07/2016**

Fernando Franco postou um comentário sobre o desenvolvimento da atividade, trazendo para o texto questões pessoais, como o aniversário da filha e o desafio de produzir a audiodescrição de um jornal impresso em pouco tempo. Por fim, parabenizou a equipe e registrou sua vontade em inscrever o trabalho em um concurso de produções acadêmicas.

**Ilustração 40:** *Printscreen* da publicação (11/07/2016) do Fernando Franco



Após a publicação dos áudios, nas plataformas virtuais, os acadêmicos não se preocuparam em divulgar o trabalho realizado. Um dos motivos alegados foi o término do semestre e o início das férias.

Fruto desta análise foi a publicação do Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos laboratoriais impressos, que relata a experiência em elaborar materiais acessíveis



a partir de jornais-laboratório impressos e propõe doze passos para produzir tais materiais. A obra foi publicada pela editora Catarse, em novembro de 2016 e contou com o prefácio da professora de Jornalismo da UnB Dione Moura<sup>90</sup> e a apresentação do audiodescritor consultor Felipe Mianes<sup>91</sup>.

**Ilustração 41:** Imagem da capa do livro *Manual de Audiodescrição*



Fonte: Editora Catarse

O manual traz 12 passos para a realização de produtos audiodescritos em práticas laboratoriais, e tem uma função importante no processo da construção e da difusão de conhecimentos sobre este recurso comunicacional no campo do jornalismo impresso.

90 Docente e pesquisadora da Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), com ênfase nos estudos de Jornalismo e Sociedade. Na SBPJor, atuou como Diretora Editorial (2004-2005; 2006-2007), coautora do Projeto Editorial da Brazilian Journalism Research (BJR) e Presidenta da SBPJor (2011-2013).

91 Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Doutorado pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

## 7 CONSIDERAÇÕES INTERPRETATIVAS

Esta pesquisa teve como principal objetivo estudar as complexificações e sentidos que se estabelecem quando as narrativas de uma mídia impressa (jornal-laboratório Unicom) são adaptadas para uma mídia em áudio, por meio da audiodescrição. Para isso, observou todo o processo de produção da audiodescrição do Unicom. Para contemplar os objetivos específicos, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre AD, narrativas e jornal-laboratório, após essa investigação e com o aporte da observação participante chegou-se a uma proposta de conceito para jornalismo acessível, além de compreender que oferta de sentido emerge e quais são as estratégias utilizadas na prática da audiodescrição de produtos impressos. Aliado a isso, discutiu-se e refletiu-se o direito à informação e a inclusão e como as Diretrizes Curriculares Nacionais preveem a questão da acessibilidade na grade curricular dos cursos de Jornalismo. Assim, durante a elaboração desta dissertação, que apresenta diferentes abordagens, que permitiram a construção de um referencial teórico pertinente sobre a temática proposta, e da observação participante com o grupo de acadêmicos, pode-se constatar e averiguar a relevância desta pesquisa, e, sobretudo pontuar algumas considerações, que serão expostas a seguir.

São visíveis as mudanças e transformações que o jornalismo sofreu nos últimos anos, principalmente com o desenvolvimento da tecnologia e com a chegada da internet. Com isso, novos meios e novas formas de “contar” as notícias são criadas para atingir um número cada vez maior de pessoas. Já não basta simplesmente noticiar os fatos é preciso garantir que todos tenham o mesmo acesso a informação.

Se há mudança no consumo da notícia, trazidas pelas novas tecnologias, é imprescindível pensar na maneira de produzir e apresentar os conteúdos jornalísticos. A mídia precisa ser reeducada para incluir as pessoas com deficiência no que tange a divulgação de notícias. E pensar na inserção deste tema, desde a formação dos jornalistas, faz toda a diferença na qualificação deste profissional do ponto de vista humano, mas, também, para instrumentalizá-los a uma prática acessível que requer conhecimento técnico, além de adequar esta produção as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A pesquisa apresentada aqui procurou compreender essas mudanças, pelo viés da análise da narrativa jornalística laboratorial acessível, a fim de entender as estratégias utilizadas pelos acadêmicos em Jornalismo para produzir um meio de comunicação audiodescrito. Diante das referências, explanações e análises realizadas nos capítulos anteriores, foi possível relacionar a teoria às práticas realizadas em sala de aula. Também, buscou-se observar a técnica

de AD em um ponto de vista de formação de jornalistas, para isso, acompanhou-se todo o processo de produção do Unicom Audiodescrito.

Abordar o tema sobre a audiodescrição no jornal-laboratório e desenvolver uma dissertação sobre o assunto requer um cuidado especial no que diz respeito à construção do referencial teórico, metodologia e análise, pois trabalhos desenvolvidos nesta área ainda são escassos. Desta forma, a leitura de pesquisas produzidas sobre audiodescrição, narrativas e jornal-laboratório, além da participação dos encontros com os acadêmicos que elaboraram o Unicom audiodescrito, foi indispensável para a contextualização do tema.

Diante de tudo isso, foi possível pensar em um conceito para aquele jornalismo que se preocupa com a acessibilidade, entendido aqui como *jornalismo acessível*, no qual há uma adaptação do seu conteúdo original, com o objetivo de incluir as pessoas com deficiência para ter acesso à informação. O jornalismo acessível rompe as barreiras tradicionais da informação e procurará mecanismos e tecnologias para que todos tenham acesso a mesma informação. A regra aqui é incluir. Como meios para promover a inclusão no jornalismo, pode-se citar a Libras para produtos audiovisuais, a audiodescrição para conteúdos imagéticos, *sites* com formatos acessíveis e textos alternativos para imagens na web.

Com base em Mianes (2016), Motta (2015), Araújo (2010), Franco (2010), Lima (2011), Machado (2010) e Monte (2016), conseguiu-se definir o conceito de audiodescrição e traçar um roteiro para audiodescrever conteúdos jornalísticos. Aliado a isto, as pesquisas de Mello (1985, 2007), Lopes (1989, 2001) e Soster e Tonus (2013) também foram indispensáveis como referência de jornal-laboratório, um tema pouco explorado, mas que já começa a despertar a curiosidade de novos pesquisadores. Relacionando a audiodescrição, o jornal-laboratório e as observações das práticas de sala de aula, conseguiu-se adaptar o roteiro de AD para o campo do jornalismo impresso. Desta forma, emergiu neste contexto o Manual de Audiodescrição para produtos jornalísticos laboratoriais impressos (CARPES; SOSTER, 2016) para auxiliar os cursos de jornalismo preocupados com a acessibilidade em suas grades curriculares e também para qualificar a formação dos acadêmicos. Aqui, forma-se o tripé da educação, com o ensino, a pesquisa e a extensão, que são indispensáveis e fundamentais para uma construção do conhecimento com qualidade e produtividade:

- O *ensino*: as atividades de produção do Jornal Unicom audiodescrito, desenvolvidas pelos acadêmicos em sala de aula;

- A *pesquisa*: a proposta desta dissertação, a fim de refletir a temática do jornalismo e da audiodescrição.

- A *extensão*: publicação do manual, que possui a importância de instrumentalizar os futuros jornalistas.

Os processos de audiodescrição jornalísticos levam a novas práticas do jornalismo e demandam adaptações na sua estrutura narrativa e nas estratégias de diálogo que estabelece com seu público, principalmente aqueles que possuem cegueira. Auxiliar na composição de uma narrativa mais atraente, acessível e de fácil compreensão para sujeitos com deficiência visual é dever do comunicador, que tem no seu papel fornecer o conteúdo compreensível a todos os públicos. Comunicar por meio do som, uma vez que é realizada a audiodescrição do impresso, envolve entender inúmeros elementos que dialogam no processo de construção da informação do impresso para o áudio, entre eles, a técnica da audiodescrição, e da transmissão de emoções e sensações do público que se quer atingir. E é a partir destes elementos que se forma a narrativa acessível aos cegos e conseqüentemente, forma-se a comunicação, efetivando o processo de inclusão.

Outro ponto importante, nesta pesquisa, foi a criação de um ambiente virtual – grupo fechado no Facebook, no qual os acadêmicos interagem, opinavam e compartilhavam conteúdos que de alguma forma pudessem ser úteis ao desenvolvimento da audiodescrição do Unicom. Observar e participar desta dinâmica possibilitou a relação da teoria do jornalismo – *newsmaking*, pensando nas rotinas de produção do jornal; do jornal-laboratório, pelo viés da produção realizada pelos acadêmicos e da realidade de produzir conteúdo acessível em sala de aula, utilizando para isso, estratégias narrativas para dar conta de um jornal audiodescrito. Neste aspecto, aparece fortemente a tecnologia, a qual passou a fazer parte da elaboração do Unicom audiodescrito, por meio da internet, com o uso das redes sociais.

Além disso, identifica-se uma convergência do jornal-laboratório, ou seja, o produto original (Unicom Impresso) foi traduzido para o áudio, por meio da audiodescrição, e foi inserido na web, sendo divulgado e inserido nas redes sociais e também nos sites HiperMídia e SoundCloud. Neste processo de convergência, um grupo de acadêmicos matriculados na disciplina de Jornalismo Impresso, que, por sua vez, trabalha com mídias impressas, teve que buscar conhecimento em outras áreas do jornalismo, como o radiojornalismo, para a elaboração do roteiro das ADs, para as locuções e edições dos áudios e no jornalismo digital, para a publicação do conteúdo produzido na internet. Identifica-se a partir disso, uma interdisciplinaridade das áreas da comunicação, exemplo disso, foi o auxílio técnico do acadêmico em Produção em Mídia Audiovisual, para dar conta do sinal sonoro do Unicom audiodescrito. Pensar em um jornal audiodescrito, demanda pensar em um processo complexo e que exige profissionais habilitados de diferentes áreas.

Trabalhar com a interdisciplinaridade, aliado às questões da acessibilidade, como a audiodescrição, reflete nas qualidades e aptidões que este futuro jornalista poderá oferecer no mercado de trabalho, conforme já salientado. Além disso, àqueles alunos que fazem uso das técnicas da audiodescrição em produtos jornalísticos exercitam as habilidades de atenção, de descrição cuidadosa e minuciosa de cada página, analisando cada detalhe do conteúdo imagético. Trazendo o exercício da descrição, para o campo jornalístico, Beltrão (2012) relata que aprimorar as técnicas da descrição jornalística, ou seja, quando o jornalista ilustra as características físicas e particulares de pessoas, de ambientes e objetos de um acontecimento, no texto de sua reportagem, influencia significativamente, a qualidade da reportagem. Pois, quanto melhor a descrição dos fatos, melhor será o entendimento da informação divulgada pelo repórter. O que foi realizado pelos acadêmicos de jornalismo foram as descrições das páginas do jornal, no qual tiveram que olhar atentamente cada página e descrever o seu conteúdo, ampliando a compreensão dos cegos. Assim, esta atividade de sala de aula, também qualificará as técnicas de reportagem deste jornalista.

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional e é um direito constitucional da pessoa com deficiência visual, uma vez que a todos é assegurado o direito à informação, à educação e ao lazer, empregando-se, para isso, recursos econômicos na forma da lei. Pensar no recurso da audiodescrição é proporcionar aos cegos acesso a uma realidade que antes eles não teriam conhecimento. Acredita-se que iniciativas de acessibilidade voltadas à autonomia comunicacional e ao bem-estar das pessoas com deficiência visual se tornarão em breve uma realidade nas empresas jornalísticas. Por essa razão, se dá a importância desta pesquisa, uma vez que dialoga com o jornalismo laboratorial e a consciência dos futuros jornalistas, além da criação de produtos comunicacionais voltados aos cegos. A pesquisa em questão é de grande valia para a difusão da audiodescrição no jornalismo laboratorial.

A experiência sugere que é possível adaptar um jornal impresso a qualquer meio de comunicação impresso, seja ele jornal ou revista. Contudo, ao fazer esta tradução é necessário seguir as especificações, citadas anteriormente. O projeto do jornal acessível pode contribuir tanto com a divulgação do jornal-laboratório Unicom, da Universidade de Santa Cruz do Sul e ainda criar uma consciência entre os acadêmicos do curso, como futuros profissionais da comunicação, que devem pensar no receptor da informação, independente se tiver algum tipo de deficiência ou não. De alguma forma esta ferramenta inaugura a participação do jornalismo de laboratório na inserção da acessibilidade, sendo um mecanismo eficiente de adaptação da mídia impressa para os cegos.

A força desta pesquisa está em promover um jornal-laboratório acessível aos cegos e em decorrência disto, tornar a formação de jornalistas mais inclusiva e cidadã. A pesquisa também se justifica por estar em movimento de ascensão à acessibilidade comunicacional, tanto em pesquisas científicas, como acadêmicas. Diante destas observações, aponta-se uma necessidade de constante revisão das práticas jornalísticas e comunicacionais, buscando o aprimoramento e a inovação, em prol da inclusão. Logo, pode-se incluir o Unicom audiodescrito como um meio de comunicação acessível, respeitando o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que consta: todo cidadão tem direito à informação, abrangendo o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

## REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE DIGITAL. *Informações sobre o Rádio-Vlog web Universitária* [Mensagem institucional]. Mensagem recebida por <radiouenp@hotmail.com> em 18 ago. 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA. *Instrução Normativa nº 116, de 18 de dezembro de 2014*. Brasil. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-onsolidadas/instru-o-normativa-n-116-de-18-de-dezembro-de-2014>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

ANGROSINO. *Etnografia e a observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. A formação de audiodescritores no Ceará e em minas gerais: uma proposta Baseada em pesquisa acadêmica. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. *Manual de Radiojornalismo: Produção, ética e internet. Ética e internet*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BARBOSA, Karina Gomes. Groth e Lampião: jornalismo laboratorial impresso e a ciência dos jornais. In: *Brazilian Journalism Research*, vol. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/760>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland, et al. *Análise estrutural da narrativa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: FIORI, Otília B.; BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jürgen. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975

BELTRÃO, Luiz. *Metodologia do ensino de Jornalismo Luiz Beltrão*. Organização, revisão e edição Antonio Hohlfeldt. Uberlândia: EDUFO; São Paulo: INTERCOM, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 14 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979*. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D83284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000*. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/L10048.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L10048.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com

mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006*. Ministério das Comunicações. Brasília. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/24680-portaria-n-310-de-27-de-junho-de-2006>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em 05 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 188, de 24 de março de 2010*. Ministério das Comunicações. Brasília. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/26611-portaria-n-188-de-24-de-marco-de-2010>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BUSATTO, Cléo. *Contar & Encantar*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CAMPOS, Rodrigo. O signo da cidade: 1ª sessão da história do cinema nacional em que surdos e cegos assistiram um filme do circuito comercial em sua estreia no cinema: In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010.

CARDOSO, Melina. Impactos da audiodescrição de charges políticas para o leitor com deficiência visual. In: CARPES, Daiana Stockey. *Audiodescrição: práticas e reflexões*. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2016. Disponível em: <<http://editoracatarse.com.br/site/wpcontent/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-reflex%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2016.

CARPES, Daiana Stockey. *Audiodescrição: práticas e reflexões*. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2016. Disponível em: <<http://editoracatarse.com.br/site/wpcontent/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-ereflex%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2016.



CARPES, Daiana Stockey; STROHSCHOEN, Ana Maria. Jornal em áudio: adaptação de acessibilidade na comunicação? In: BENEVENUTO JR., Álvaro; STEFFEN (orgs.). *Tecnologias pra quê? Os impactos dos dispositivos tecnológicos no campo da comunicação*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2012.

CARPES, Daiana Stockey; SOSTER, Demétrio de Azeredo Soster. Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos laboratoriais impressos. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2016. Disponível em: <[http://editoracatarse.com.br/site/wpcontent/uploads/2016/11/Manual\\_de\\_audiodescri%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_produtos\\_jornal%C3%ADsticos\\_laboratoriais\\_impresos-1.pdf](http://editoracatarse.com.br/site/wpcontent/uploads/2016/11/Manual_de_audiodescri%C3%A7%C3%A3o_para_produtos_jornal%C3%ADsticos_laboratoriais_impresos-1.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. In: *Revista Matrizes*. USP, São Paulo, ano 6, n. 1, jul/dez 2012. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/261/pdf>>. Acesso em 9 mai. 2016.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. O sistema braille no Brasil. In: *Instituto Benjamin Constant (IBC)*. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=10235>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO. *Filólogos, tradutores, intérpretes e afins*. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CONDE, Antonio João Menescal. Definindo a cegueira e a visão subnormal. In: *Instituto Benjamin Constant (IBC)*. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=94>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COSTA, Larissa; FROTA, Maria Paula. Audiodescrição: Primeiros Passos. In: *Tradução em revista, Projeto Maxwell PUC-Rio*, Rio de Janeiro, vol. 11, 2011. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/18882/18882.PDFXXvmi=ffUwzvULR7rP0cTU9eLSGvXG7xJ7kTbBA69aD4VubolcBf7KuTEbqDRzcBGwvR96ZihCne7zDtMfJU0eOFpgihPuTv3pocwovP1T49tHDgXmbZC1E2hXk8seEwF4Kdsg3ua7EePiVNG8Mi9rlrpGATVeqCjcPMsShD1WiRgfFWnsgwVCZlizffOHR8THVnBd2CbkrBaoZEFvAivWC6dRUUJ4Pr0e3egGpBbSclhc1XICHfzTlMLhIvmzXmN2C4I>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

CUNHA, Álvaro Fernando Rodrigues da. Análise de uma narrativa pela teoria de cruzamento em oralidade e escrituralidade – tecoe. In: *Augusto Guzzo – Revista Acadêmica*, n. 13, 2014. Disponível em: <[http://www.fics.edu.br/index.php/augusto\\_guzzo/article/view/218](http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/218)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CUNHA, Leonardo; SILVA JR., Maurício Guilherme. Nota sobre o “jornalismo que suja os sapatos”. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; TONUS, Mirna. *Jornalismo-Laboratório: impressos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DÍAZ, Juan E. Bordenave. *O que é comunicação*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ESCOLA DE GENTE. *Manual da mídia legal: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade*. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. 2007. Disponível em: <[http://fenaj.web2015.uni5.net/wpcontent/uploads/2014/06/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros..pdf](http://fenaj.web2015.uni5.net/wpcontent/uploads/2014/06/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf)>. Acesso em 09 ago. 2016.

FERREIRA, Luciana Gomes. Digitação e convergência na produção laboratorial no curso de Jornalismo. In: MACHADO, Elias (org.). *O ensino de Jornalismo na era da convergência: conceitos, metodologias e estudos de casos no Brasil*. Salvador: UDUFBA, 2011.

FLÔRES, Onici; SILVA, Mozara Rosseto. *Da oralidade à escrita: uma busca da mediação multicultural e plurilinguística*. Canoas: Ulbra, 2005.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristiana Correa Carvalho. Audiodescrição: Breve passeio histórico. In: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello Motta; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso. Legenda e áudio descrição na televisão garantem acessibilidade a deficientes. In: *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, 2006, v. 58 n. 1. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S00097252006000100008&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S00097252006000100008&script=sci_arttext)>. Acesso em 12 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. A importância da pesquisa acadêmica para o estabelecimento de normas da audiodescrição no Brasil. In: *Revista Brasileira de Tradução Visual*, vol. 3, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://WWW.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/38/39>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 9. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

GAUDREAU, André; JOST, François. *A narrativa cinematográfica*. Brasília: Ed. da UnB, 2009.

GENETTE, Gérard. Fronteiras da Narrativa. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

GIBBS, Grahah. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOVERNO ELETRÔNICO. *O uso correto do texto alternativo*. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/o-uso-correto-dotextoalternativo>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

HAMON, Philippe. O que é Descrição? In: ROSSUM-GUYON, Françoise van; HAMON, Philippe; SALLENAVE, Danièle. *Categorias da narrativa*. Lisboa: Vega, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <[http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&id\\_noticia=2125](http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&id_noticia=2125)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Ensino de jornalismo nos tempos de convergência digital: diretrizes para ação. In: MACHADO, Elias (org.). *O ensino de jornalismo na era da convergência: conceitos, metodologias e estudos de casos no Brasil*. Salvador: UDFBA, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LIMA, Francisco José de.; LIMA, Rosângela Aparecida Ferreira; GUEDES, Lívia. Em defesa da áudio-descrição: contribuições da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. In: *Revista Brasileira de Tradução Visual*, vol. 1, n. 1, 2009. Disponível em:<<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal>>. Acesso: em 10 mar. 2016.

LIMA, Francisco José de; LIMA, Rosângela Aparecida Ferreira. O áudio-descritor em eventos educacionais e científicos: orientações para uma áudio-descrição simultânea. In: *Revista Brasileira de Tradução Visual*, vol. 16, n. 6, 2013. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwihnrLycXLAhVGWpAKHW0CDI4QFgglMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.rbtv.associadosdainclusao.com.br%2Findex.php%2Fprincipal%2Farticle%2Fdownload%2F186%2F321&usg=AFQjCNEGIM\\_CMHox1tKgQZm6k1YHAID\\_kQ](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwihnrLycXLAhVGWpAKHW0CDI4QFgglMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.rbtv.associadosdainclusao.com.br%2Findex.php%2Fprincipal%2Farticle%2Fdownload%2F186%2F321&usg=AFQjCNEGIM_CMHox1tKgQZm6k1YHAID_kQ)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

LIMA, Francisco José; SILVA, Fabiana. Subsídios para a construção de um código de conduta profissional do áudio-descritor. In: *Revista Brasileira de Tradução Visual*, vol. 5, n. 5, 2010. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/75/116>>. Acesso em 19 mai. 2016.

LIMA, Francisco José de. Introdução aos estudos do roteiro para áudio-descrição: sugestões para a construção de um script anotado. In: *Revista Brasileira de Tradução Visual*, vol. 7, n. 7, 2011. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/viewArticle/92>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Jornal Laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor*. São Paulo: Summus, 1989.

\_\_\_\_\_. Para uma pedagogia do jornal-laboratório. In: *Cadernos de Pós-Graduação da Universidade Católica de Santos*. Comunicação n. 1, p. 1 – 48, dezembro. Santos: Editora Universitária Leopoldianum – Universidade Católica de Santos, 2001.

LOPEZ, Debora Cristina; RUTILLI, Marizandra. Aproximações a uma abordagem teórico-

metodológica a partir do newsmaking. In: BARRICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha; RUBLESCKI, Anelise (orgs.). *Pesquisa em Comunicação: olhares e abordagens*. Santa Maria: Facos – UFSM, 2014.

MACHADO, Bell. Ponto de Cultura Cinema em Palavras – a filosofia no projeto de inclusão social e digital. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). *Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010a.

MACHADO, Flávia Oliveira. Para inglês ouvir: Política de adoção da audiodescrição na TV digital do Reino Unido. In: *Revista Brasileira de tradução visual*, vol. 2, n. 2, 2010b. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/34/34>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MASCARENHAS, Renata de Oliveira. A narrativa audiovisual recriada na audiodescrição: uma proposta de tradução para a minissérie policial Luna Caliente. In: ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; ADERALDO, Marisa Ferreira (orgs.). *Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil*. Curitiba: CRV, 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINO, Luiz C. Escola Latino Americana: Equívoco teórico e político. In: FERREIRA, Giovandro Marcus; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; MORAES, Osvando J. de. (orgs.). *Teorias da Comunicação: trajetórias investigativas*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010. Disponível em: <<https://books.google.de/books?id=v6n6b1z2Dc8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 04 nov. 2016

MARTINS, Lilia Pinto. Definições. In: RESENDE, Ana Paula Crosara; VITAL, Flavia Maria de Paiva (coord.) *A Convenção sobre Direito das Pessoas com Deficiência Comentada*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

MEDINA, Susana Passos. Ecphasis ou ekphasis. In: CEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. 2016. Disponível em: <<http://www.edtl.com.pt/business-directory/7085/ecphasis-/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento?. In: *BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acessado em 22 de ago de 2016.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização*. Florianópolis: Insular, 2012.

MELO, José Marques de. *Comunicação: Teoria e Política*. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

\_\_\_\_\_. *Comunicação: direito à informação: questões da Nova e da Velha República*. Campinas: Papyrus, 1986.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: LOPES, Dirceu Fernandes. *Jornal Laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor*. São Paulo: Summus, 1989.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e modernidade: o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação*. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

\_\_\_\_\_. Os primórdios do ensino de jornalismo. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 1, n. 2 – 2º semestre de 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2074>>. Acesso em: 10 out.2016.

\_\_\_\_\_. Inquietações de um jornalista radical, em busca de um jornalismo inclusivo. In: *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. Brasília, v. 1, n. 2, ago./nov., 2007. Disponível em: <<http://WWW.fnnpj.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=7>>. Acesso em: set. 2015.

MIANES, Felipe Leão. Consultoria em audiodescrição: alguns caminhos e possibilidades. In: CARPES, Daiana Stockey. *Audiodescrição: práticas e reflexões*. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2016. Disponível em: <<http://editoracatarse.com.br/site/wpcontent/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-ereflex%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2016.

MICHELS, Lísia Regina Ferreira; SILVA, Mara Cristina Fortuna da. A audiodescrição na escola. In: CARPES, Daiana Stockey. *Audiodescrição: práticas e reflexões*. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2016. Disponível em: <<http://editoracatarse.com.br/site/wpcontent/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3or%C3%A1ticas-ereflex%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2016.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e à distância. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2015/instrumento\\_avaliacao\\_cursos\\_graduacao\\_presencial\\_distancia.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_avaliacao_cursos_graduacao_presencial_distancia.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MONTE, Mônica Magnani. Roteirizar, gravar, editar: Os efeitos da edição sobre os filmes audiodescritos exibidos na TV brasileira. In: CARPES, Daiana Stockey. *Audiodescrição: práticas e reflexões*. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2016. Disponível em: <<http://editoracatarse.com.br/site/wpcontent/uploads/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-reflex%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2016.

MORAES JÚNIOR, Enio. *Formação de Jornalistas – Elementos para uma pedagogia de ensino do interesse público*. São Paulo: Editora Annablume, 2013.

MOTTA, Lívya Maria Villela de Mello. *Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para a leitura do mundo*. Juiz de Fora: NGIME/UFG, 2015. Disponível em: <<http://www.vercompalavras.com.br/pdf/a-audiodescricao-na-escola.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. In: *Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*,

1 ed., dez. 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/8/9>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga; FRAGA, Emerson Charley da Fonseca. A disputa pela voz: conflito e negociação de sentidos na construção de uma telenarrativa jornalística. In: *Revista Líbero*. São Paulo, v. 16, n. 32, jul./dez. de 2013. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/01/9-A-disputa-pela-voz.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: *Portcom*. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005. Disponível em: <[http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10576805284273874082859050\\_1726523142462.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10576805284273874082859050_1726523142462.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2016

\_\_\_\_\_. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UNB, 2013.

MOTTA, Sérgio Vicente. A árvore genealógica das principais formas narrativas: das origens ao nascimento do romance. In: *Itinerários – Revista de Literatura*, n. 25, 2007. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/5231>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

NUNES, ELTON Vergara; DANDOLINI, Gertrudes; SOUZA, João Artur de; VANZIN, Tarcísio. Mídias do conhecimento: um retrato da audiodescrição no Brasil. In: *Data Gramma Zero - Revista de Ciência da Informação*, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/712/3/Midias%20do%20conhecimento%20-%20um%20retrato%20da%20audiodescricao%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

PÁDUA, Elisabete Matallo M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias: linhas de análise de discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

RESOURCE: *The Council for Museums, Archives and Libraries Acessibilidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2005.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo 1. Campinas: Editora Papyrus, 1994.

ROMEU, Paulo. A saga da audiodescrição no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Blog da Audiodescrição*. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/a-saga-da-audiodescricao-no-brasil>>. Acesso em 15 fev. 2017.

SAKER, Fernando Simões. *Jornalismo e pessoas com deficiência: Construção de conceitos e superação de estigmas por meio da comunicação*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), Faculdade Cásper Líbero, 2010. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wpcontent/uploads/>

2014/02/05-Jornalismo-epessoascom defici%C3%AAncia.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016

SANTANA, Maurício. A primeira audiodescrição na propaganda da TV brasileira: Natura Naturé um banho de acessibilidade. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria todos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010.

SANT'ANNA, Laercio. A importância da Audiodescrição das Pessoas com Deficiência. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello Motta; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010.

SANTAELLA, Lucia. Palavra, imagem & enigmas. In: *Revista USP*, n. 16, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25684>>. Acesso em 9 jan. 2016.

SARTORETTO, Maria Lúcia; BERSCH, Rita. *O que é tecnologia assistiva?*. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto. Acessibilidade na comunicação é um direito, comunicação alternativa é um caminho. *Revista Teias*. Rio de Janeiro: Edição eletrônica, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=284&path%5B%5D=28>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

SCHOLES, Robert; KELLOGG, Robert. *A natureza da narrativa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; TURATTO, Jaqueline; MACHADO, Lizete Helena. Os deficientes visuais e o acesso à informação. In: *Revista ABC*, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/368/438>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SILVA FILHO, Alpeniano. *Circulando do jornalismo local ao jornalismo cívico: Jornal-Laboratório como instrumento de interação com as comunidades*, 2012. Dissertação (mestrado) – Centro Universitário UNA, Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2014/11/Alpeniano-Silva-Filho.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2016.

SILVA, Fabiana Tavares dos Santos; BONA, Viviane de; SILVA, Andreza da Nóbrega Arruda; CARVALHO, Isis; SILVA, Elisangela Viana da. Reflexões sobre o pilar da áudio-descrição: “descreve o que você vê”. In: *Revista Brasileira de Tradução Visual*, vol. 4, n. 4, 2010. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/58/83>>. Acesso em 10 mar. 2016.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnicas de reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SOSTER, Demétrio de Azeredo; CARPES, Daiana Stockey; AZEREDO, Diana; TRILHA, Isadora; BARTZ, Rodrigo; OLIVEIRA, Vanessa. Reconfigurações narrativas nos livros-reportagem de Fernando Morais. In: *ALAIC – Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação*, 2014, Peru. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp->

content/uploads/2013/10/vGT16-de-Azeredo-Carpes-Azeredo-Trilha-Ba-rtz-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SOSTER, Demétrio de Azevedo; TONUS, Mirna. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (orgs). *Jornalismo laboratorial*: impressos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SPANNENBERG, Ana Cristina; BARROS, Cindhi Vieira Belafonte; JERÔNIMO, Lucas Felipe. Construção colaborativa de um jornal-laboratório Senso (in)Comum. In: SOSTER, Demétrio de Azevedo; TONUS, Mirna. *Jornalismo-Laboratório*: impressos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 51-61.

TAVARES, Liliana Barros. Tecnologia Assistiva. In: TAVARES, Liliana Barros (org.). *Notas proemias: Acessibilidade comunicacional para produções culturais*. Pernambuco: DVD, 2013.

TEIXEIRA, Tattiana. Projetos pedagógicos em tempos de mudanças no jornalismo: desafios e alternativas. In: MACHADO, Elias (org.). *O ensino de jornalismo na era da convergência: Conceitos, metodologias e estudos de casos no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2011a.

TEIXEIRA, Juliana. O ensino do webjornalismo audiovisual no Brasil: perfil dos profissionais envolvidos na produção webjornalística audiovisual universitária. In: MACHADO, Elias (org.). *O ensino de jornalismo na era da convergência: Conceitos, metodologias e estudos de casos no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2011b.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2005.

UNESCO. *Um Mundo. Muitas Vozes – Comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

VILLAÇA, Gabriela Tinoco. Jornal Laboratório: uma análise da aplicação prática de critérios e conceitos jornalísticos no jornal Impressão. In: BOCC - Biblioteca online de Ciências da Computação, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vilaca-gabriela-jornal-laboratorio-a-analise.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

WERNECK, Claudia. *Manual sobre Desenvolvimento Inclusivo para a Mídia e Profissionais de Comunicação*. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2009.

ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



C297a Carpes, Daiana Stockey  
A audiodescrição como estratégia narrativa para um jornalismo acessível / Daiana Stockey Carpes. – 2017.  
136 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Demétrio de Azeredo Soster.

1. Audiodescrição. 2. Pessoas com deficiência visual – Sistemas de impressão e escrita. 3. Narrativas. I. Soster, Demétrio de Azeredo. II. Título.

CDD: 362.41

Bibliotecária responsável: Edi Focking - CRB 10/1197